

Manual de Redação

O jornalismo antirracista a partir
da experiência da Alma Preta

PRETA
ALMA ALMA ALMA ALMA
PRETA PRETA PRETA PRETA
ALMA ALMA ALMA ALMA ALMA ALMA
PRETA PRETA PRETA PRETA PRETA PRETA

Apoio:

IBIRAPITANGA



2023

**ALMA
PRETA** | **JORNALISMO
PRETO E LIVRE**

ÍNDICE

5 **Apresentação**

Linha editorial
O papel da Alma Preta no Brasil
Alma Preta é imprensa negra?
Alma Preta e o ambiente digital

25 **A imprensa negra é imprensa tradicional**

Introdução
Referências jornalísticas que
contribuíram para a construção
do Manual de Redação

58 **A ética do jornalismo é a ética dos Direitos Humanos**

77 **Técnicas**

Tipos de fontes
Gêneros e Formatos



128 Como Cobrimos

Acessibilidade e inclusão
África e Diáspora
Alma Pretinha
Carnaval
Conceitos
Educação e Divulgação Científica
Esportes
LGBTPQIAP+
Meio Ambiente
Política
Tradições de Matriz Africana
Saúde
Segurança Pública
Urbanismo

247 Anexos

Anexo 1
Agradecimentos
Referências Bibliográficas

APRESENTAÇÃO

O **Manual de Redação da Alma Preta** foi desenvolvido para suprir duas demandas compartilhadas por gerações de jornalistas e comunicadoras negras: o desejo de reunir os aprendizados da população negra ao longo da história da imprensa e a criação de paradigmas para servir de norte para as práticas da mídia negra.

Sob a orientação da historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, professora da Universidade de Brasília (UnB), do jornalista Juarez Tadeu de Paula Xavier, professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), e do jornalista Pedro Borges, cofundador e editor-chefe da **Alma Preta**, este **Manual de Redação** foi desenvolvido com a participação das pesquisadoras: Fernanda Rosário, Giovanne Ramos, Jéssica Cristina Rosa, Marcelo Vinicius de Oliveira Santos, Natália Maria Faria Santos e Victor Oliveira Moura.

O que se apresenta aqui é resultado de um minucioso processo de construção pautado na pesquisa de documentos históricos e na realização de diversas entrevistas com referências negras da imprensa brasileira. As entrevistadas ao longo dos três anos de projeto foram Ana Flávia Magalhães Pinto, André Luís Santana, Beatriz Sanz, Caê Vasconcelos, Cecília Olliveira, Claudia Alexandre, Cinthia Gomes, Fernanda Felisberto, Flávia Ribeiro, Flavio Carrança, Gisele Brito, Maíra de Deus Brito, Éle Semog, Juarez Tadeu de Paula Xavier, Juca Guimarães, Juliana César Nunes, Juliana Dias, Luis Adorno, Marcia Maria da Cruz, Mônica Oliveira,

Nataly Simões, Oswaldo de Camargo, Paulo Victor Melo, Rachel Quintiliano, Ronaldo Matos da Silva, Rosane da Silva Borges, Silvia Nascimento, Solon Barbosa Veloso Neto, Vera Daisy Barcellos, Vinicius Martins e Yago Rodrigues.

No processo de construção deste **Manual de Redação**, entendeu-se que era necessário propor novas formas de se pensar, inclusive no campo da linguagem. A leitora encontrará aqui não apenas termos, conceitos e palavras que a **Alma Preta** não usa em suas reportagens. Optamos pelo uso do feminino como pronome neutro, de forma a romper com uma estrutura de linguagem que reproduz o masculino como universal. Essa prática, ainda que não seja o padrão para os textos jornalísticos da Agência, propõe o exercício do incômodo e do questionamento de opressões estruturais da sociedade. Foi uma escolha política e uma forma de expressão dos anseios deste **Manual**. Não se busca negar o uso de outros pronomes neutros, mas propor novas formas de leitura de textos formais e jornalísticos.

Por fim, a **Alma Preta** compartilha neste documento diretrizes do que acredita ser fundamental para a garantia da qualidade editorial e para o compromisso com o enfrentamento ao preconceito, à discriminação e ao racismo no século XXI. Com base nesses objetivos, o grupo de pesquisadores formulou um manual de imprensa guiado pelo antirracismo e a partir do enfrentamento de quatro desafios que consideramos centrais para a forma que queremos fazer jornalismo: o teórico, o ético, o histórico e o técnico.

Esta publicação resulta de uma parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio da Coordenação de Promoção da Igualdade Racial. Além deste apoio, a Bancada Feminista foi preponderante para indicar a Emenda Parlamentar ao projeto e fazer ele possível. A Bancada é uma proposta de Candidatura Coletiva, que visa promover a ocupação das mulheres na política. Formada por Silvia Ferraro, Paula Nunes, Carolina Iara, Dafne Sena e Natália Chaves, a Bancada Feminista se propõe a dar voz e lugar às mulheres, defendendo o feminismo para as 99%, o antirracismo, o combate a LGTBfobia e a defesa do meio ambiente.

LINHA EDITORIAL

A **Alma Preta** é uma agência de notícias comprometida com o combate ao racismo estrutural e todas as desigualdades sociais do país. Para a equipe, não há possibilidade de se viver em um regime democrático com o atual estado de diferenças existente no Brasil. A redação também tem o compromisso de romper com o atual modelo econômico vigente no país, responsável por fomentar e estimular a concentração de renda, a exploração da classe trabalhadora, as desigualdades sociais e a violência contra o povo negro.

O posicionamento editorial, como de qualquer outro grupo de mídia, é a prova da impossibilidade da neutralidade ou imparcialidade na imprensa. A **Alma Preta** não reverbera esses paradigmas falaciosos e tenta construir uma relação de transparência com o público acerca do posicionamento editorial da redação.

Entre os princípios clássicos do jornalismo, a agência de notícias opta por valorizar a objetividade. A repórter da **Alma Preta**, mesmo que posicionada, não pode fechar os olhos para os fatos e deve exercer um trabalho responsável de apuração. A realidade é complexa, repleta de contradições e assim deve ser reportada.

Em acordo com as diretrizes mencionadas, o jornalismo da **Alma Preta** é comprometido com a checagem e a publicação de informações

de interesse público¹, ou seja, fatos relevantes, de interesse social. Estas são notícias capazes de denunciar uma situação de violência, enfrentar um cenário de desigualdade e apresentar caminhos para uma outra sociedade.

Por outro lado, a **Alma Preta** evita a publicação de reportagens e conteúdos de interesse do público, como acontecimentos sem potencial de mudança da realidade e que podem reforçar as ideologias dominantes. A **Alma Preta** pode, nesse sentido, produzir notícias de caráter positivo, ligadas ao campo da cultura e das artes, que fortaleçam a identidade negra, desde que destaque características e valores da cultura popular e associados à luta e à resistência dos descendentes de pessoas africanas.

Atingir esses objetivos políticos e jornalísticos exige da **Alma Preta** o desenvolvimento de um trabalho com profundidade e qualidade. A Agência tem caminhado para melhor embasar a produção jornalística, de maneira mais técnica, para que a leitora tenha acesso a informações cada vez mais completas e inovadoras.

O **Manual de Redação** é, portanto, uma forma de sintetizar todo esse esforço técnico, ético e político. É um exercício de transparência com o público e um serviço para o povo negro.

¹Ver Oliveira, Dennis. **Iniciação aos Estudos de Jornalismo**. São Paulo: Editora Abya Yala, agosto/2020, p. 65-68.

AS EDITORIAS

“É necessário fazer das discussões desses desafios, que são individuais, das trajetórias individuais, em discussões que sejam coletivas e políticas.” - Rosane Borges

A **Alma Preta** tem o objetivo de combater o racismo e as desigualdades por meio de um jornalismo pautado na informação de interesse público. Para isso, as editorias da Agência estão segmentadas em Cotidiano, Clima e Meio Ambiente, Política, Cultura, África e Diáspora, Quilombo e Segurança.

1 Cotidiano

Nesta editoria, a **Alma Preta** apresenta os desafios diários das comunidades negras e periféricas em condições de vulnerabilidade. Em Cotidiano, a leitora encontra reportagens sobre atos de discriminação racial e problemas ligados ao dia-a-dia da comunidade negra em grandes centros urbanos, como transporte e urbanismo.

2 Política

Essa editoria tem como principal desafio cobrir a economia e a política brasileira sob a perspectiva antirracista. Para isso, a repórter deve acompanhar o desenvolvimento de políticas que impactam o cotidiano de pessoas negras e periféricas e estar atento a órgãos estratégicos para a garantia de direitos de pessoas negras, como a Fundação Cultural Palmares, o Incra e pastas ligadas aos direitos humanos.

3 Cultura

Nessa editoria, a **Alma Preta** cobre as multiplicidades e potências das culturas negras e periféricas. Para isso, a repórter deve abordar artistas e movimentos culturais desses grupos sociais, em especial aquelas pessoas e aqueles segmentos com menor espaço na imprensa, sempre a partir de ângulos inovadores. A editoria é também uma oportunidade para cobrir manifestações culturais negras criminalizadas no passado e no presente, como é o caso do samba, do hip-hop e do funk. A jornalista deve denunciar as violências impostas a esses gêneros e a potência transformadora da cultura negra. Em Cultura, a leitora também poderá encontrar textos literários, como crônicas, contos e novelas.

4 O Quilombo

Espaço de opinião do povo negro dentro da **Alma Preta**, esta editoria publica textos de relevância social sobre diferentes temas. Há uma diversidade política imensa dentro do movimento negro e existem especialistas e intelectuais negras das mais diferentes áreas do conhecimento. A **Alma Preta** deve dar conta dessa diversidade, sem aceitar textos que contrariem a linha editorial da Agência. Os artigos enviados são sempre analisados pela equipe; porém, nem sempre refletem por completo a opinião do grupo.

5 África e Diáspora

A editoria África e Diáspora é a seção internacional

da **Alma Preta**. Na cobertura do continente africano, a repórter deve desenvolver pautas com o objetivo de mostrar a complexidade da região e enfrentar mitos negativos e positivos. Dado que são 55 países com características culturais, econômicas, políticas e sociais diversas, a apuração deve priorizar algumas nações, como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe, todos territórios que compartilham a língua portuguesa. Além desses, há países que, por sua relevância para o mundo e para o Brasil, também são objeto de atenção, a exemplo de Nigéria, Egito e África do Sul.

O povo negro, por conta de processos históricos, em particular a escravidão, está espalhado pelo planeta. Em regiões do mundo como a América Latina e a do Norte, formam um importante contingente populacional, com presença marcante em nações como Colômbia, Venezuela, Jamaica, Estados Unidos, entre outros. A repórter da **Alma Preta** deve privilegiar a cobertura dos países dessa região e mostrar os problemas impostos pelo racismo e as potências negras do continente.

6 Alma Pretinha

Nesta editoria, inédita em toda a trajetória da Imprensa Negra no Brasil, a **Alma Preta** oferece conteúdos de formação de público para crianças a partir de 5 anos. Trata-se de um esforço de valorização da infância negra por meio de atividades lúdicas, jogos, vídeos, histórias em quadrinho, entre outros recursos disponíveis em ambiente virtual.

7 Clima e Meio Ambiente

Cientistas apresentam todos os anos dados sobre as mudanças climáticas e denunciam os seus impactos na vida cotidiana das pessoas, como a alteração dos regimes de chuvas, a desertificação de áreas, entre outros fenômenos. Essas situações afetam a vida das pessoas, em especial as pobres e negras no contexto brasileiro, como em situações de falta de água e enchentes.

Para além dos desafios climáticos, a repórter da **Alma Preta** deve estar atenta aos problemas ambientais sentidos por habitantes do campo, matas e cidades. Em regiões rurais e de florestas, o desmatamento tem causado o aumento da violência; em áreas urbanas, por sua vez, a falta de saneamento e de cuidado com o lixo tem impulsionado doenças e a perda de vidas com enchentes. A repórter da **Alma Preta** tem a tarefa de cobrir essas situações e mostrar os impactos climáticos e ambientais sobre pessoas negras, periféricas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas.

8 Segurança

As estatísticas de violência no Brasil revelam que a letalidade policial e a violência urbana, seja ela praticada por agentes públicos ou privados, têm pessoas negras como as principais vítimas. A repórter da **Alma Preta** deve denunciar casos de violência contra pessoas negras e prisões arbitrárias sem descontextualizar esses fatos do problema do racismo e do genocídio negro. A equipe deve ouvir especialistas em segurança pública e ativistas do movimento negro para a promoção de análises sobre o problema e possibilidades de superação dele.

O PAPEL DA ALMA PRETA NO BRASIL

A história do Brasil é marcada pela violência, por regimes autoritários e por uma frágil e incompleta noção de democracia. Para além dos 388 anos de escravidão, o país lidou com situações de ameaça e ruptura das curtas experiências democráticas que experienciou. Desde a Noite da Agonia, de 1823, até o golpe parlamentar de 1964, é fácil perceber como a dita “democracia” brasileira é fraca.

A Constituição de 1988, cem anos após a abolição da escravatura, representou avanços, com a garantia de direitos constitucionais para todos os brasileiros, inclusive os afrodescendentes. Pessoas negras foram agentes ativos na formulação da chamada Constituição Cidadã, ainda que fossem minoria numericamente. Essa participação direta é uma das responsáveis por assegurar que pautas históricas dos Movimentos Negros fizessem parte do texto final. Exemplo disso é a criminalização do ato de racismo.

Apesar do texto constitucional, pessoas negras seguem com os piores trabalhos, são as maiores vítimas de violência, têm menor acesso à moradia, entre outras amostras de exclusão.

²D. Pedro I dissolveu, no dia 12 de novembro de 1823, a Assembleia Constituinte, no Rio de Janeiro e, com o apoio do dispositivo militar, prendeu e exilou os responsáveis pela redação da primeira constituição.

A distância entre o que é assegurado na constituição e o que é praticado pelo Estado nas periferias, favelas, quilombos, comunidades ribeirinhas é a prova de que a democracia não chegou às pessoas negras.

Como agravante, deve-se considerar o mito da democracia racial, que permitiu ao Estado e às elites brancas manterem as desigualdades raciais enquanto negavam a existência do racismo. Essa via de mão dupla foi construída em todas esferas sociais do país, seja na política, na cultura ou na imprensa.

Diante desse cenário complexo, a **Alma Preta** se coloca como uma agente para a construção de uma real democracia e a garantia de direitos humanos, civis e sociais. Cabe às jornalistas e à equipe o compromisso de enfrentar esse ambiente de injustiças, em especial nos territórios onde não são vigentes o estado democrático de direitos e os direitos humanos, como nas prisões e nas periferias do país.

“Então, temos que começar a pensar a questão da negritude numa perspectiva cidadã dentro desse contexto democrático que nós vivemos.” - Ele Semog.

O jornalismo é uma ferramenta de transformação social. Diferentemente do que prega o senso comum da profissão, de que a cobertura jornalística é um espelho da sociedade e deve buscar a neutralidade e a imparcialidade, o trabalho da **Alma Preta** denuncia as desigualdades de raça, classe, gênero, sexualidade, região, entre

outras, apontando caminhos para uma sociedade mais justa e igualitária.

Por isso, pautas como a violência urbana contra a comunidade negra, a violência na área da saúde e em toda sociedade contra a mulher negra, o cerceamento de direitos do povo negro, a defesa dos territórios quilombolas, a preservação ambiental na Amazônia e nos diferentes biomas são assuntos de interesse da **Alma Preta**.

A jornalista da Agência também deve se atentar a pautas de interesse público que abordem os aspectos positivos da negritude e as potências das periferias e favelas do país. É necessário cobrir essas experiências a partir de olhares disruptivos, sem reproduzir uma lógica de mercado e liberal, ambas corresponsáveis pelo cenário de exclusão sentido pela maioria do povo.

Para além dos assuntos e compromissos políticos, a agência de notícias preza pelo respeito à diversidade regional existente no país. Não é possível fazer uma cobertura nacional a partir de um único lugar, em particular o eixo Rio-São Paulo. A **Alma Preta** estimula, nesse sentido, o desenvolvimento de equipes em regiões do território nacional onde há presença significativa de pessoas negras, como Pernambuco, Bahia, Distrito Federal e Amazonas.

A equipe editorial então reafirma o compromisso histórico da Imprensa Negra de lutar contra o racismo e todas as desigualdades existentes no país e assume o papel de produzir um jornalismo informativo e libertador para todo o povo, em especial para as pessoas de pele negra.

ALMA PRETA É IMPRENSA NEGRA?

A **Alma Preta** faz parte da Imprensa Negra por ser feita por pessoas negras, se dirigir a um público também negro e/ou comprometido com a luta antirracista e abordar a realidade a partir da perspectiva dos afrodescendentes, maioria populacional do Brasil.

Como nos periódicos do século 19 e 20, raça e racismo direcionam a linha editorial da **Alma Preta**. No caso da Agência, são as referências para o desenvolvimento do lide de notícias e do texto no formato de pirâmide invertida.

“Hierarquia de informações: se a gente tem uma pesquisa, como o Mapa da Desigualdade 2020, que traz diversas informações com e sem o viés racial, é importante que a gente dê prioridade para questão racial, de acordo com a nossa linha editorial.” - Nataly Simões.

Essa regra vale para toda e qualquer situação, seja quando o marcador racial saltar aos olhos, como em casos de violência, seja quando ainda não há um consenso social sobre os malefícios do racismo, como na área ambiental.

Apesar das semelhanças entre os cadernos do passado e as agências do presente, é necessário apontar as diferenças.

As equipes dos canais digitais de Imprensa Negra têm uma melhor estrutura financeira e comercial não por falta de capacidade das pessoas que vieram antes, mas por fatores sociais daquele período histórico. Houve um processo de abertu-

ra de caminhos e avanços dos Movimento Negros, com a participação direta da Imprensa Negra, que permitiram a entrada de pessoas pretas e pardas nas universidades e o acesso a recursos antes imagináveis, por exemplo.

Essas oportunidades e vitórias alteraram a dinâmica da Imprensa Negra, que desde o início dos anos 1990, com a Revista Raça, tem a possibilidade de ter profissionais dedicados exclusivamente ao trabalho jornalístico. Antes, como afirmam os mais velhos, a imprensa era feita com o dinheiro do bolso e com o tempo que restava após o expediente.

“Há jornais que saem dois números apenas. Eles não conseguem se manter. Outra característica: o dinheiro sai do próprio bolso. A maior parte mantém o jornal com o próprio salário. E todos ganham mal. Não existe gente com bom salário. Aí é que surge, em parte, uma figura que vai conseguir além de ser da Imprensa Negra, editar seus livros, que vai ser o Lino Guedes. [...] Ele chegou a ser chefe de revisão do Estado de São Paulo. Ora, um negro ser chefe de redação era algo inédito. Então ele tinha um salário bom”. - Oswaldo de Camargo

As diferenças, impossíveis de serem desconsideradas e resultados de avanços daquelas que vieram primeiro, não são suficientes para descharacterizar a **Alma Preta** e as mídias negras digitais do conceito de Imprensa Negra. Muito pelo contrário, a noção de continuidade reforça esse significado.

Oswaldo de Camargo, um dos principais nomes da história da Imprensa Negra paulista,

apresenta uma definição do que considera como literatura negra e literatura negrista, dimensões próximas e possíveis para entender o jornalismo feito por descendentes de africanas.

“Eu faço literatura negra, que é aquela na qual o próprio negro revela sua alma, sua relação com a vida. Por outro lado, a literatura negrista é produzida por autores não negros, que falam a respeito do negro, a partir do olhar de fora.” - Oswaldo de Camargo.

O atual jornalismo feito pela Agência revela a alma e fala a respeito de pessoas negras a partir de uma perspectiva negra. Essas características organizam o jornalismo da **Alma Preta** e reforçam a universalidade do ser negro e a centralidade do racismo como problema social no Brasil. É, definitivamente, a continuação de um legado ancestral. É, também, o compromisso de entregar para as próximas gerações mais ferramentas para superar o racismo.

O Movimento Negro e a Alma Preta

“A tarefa principal era denunciar o racismo. Após a marcha negra de 1995, o movimento negro deu um salto no sentido de propor políticas públicas, não só denúncias, mas com proposições também. A Imprensa Negra também foi um canal de proposição de política pública, como o jornal do MNU, Ìrohìn, Djumbay, Maioria Falante, que também trouxeram essa discussão. Acredito que é fundamental recuperarmos essa trajetória histórica.” -

Mônica Oliveira

A **Alma Preta** acompanha o Movimento Negro brasileiro e tem a tarefa de reportar a sua plenitude e complexidade. As diferentes organizações que compõem esse cenário têm dado continuidade à denúncia da violência urbana e policial, sobretudo contra jovens, criticado o sistema carcerário, apresentado as limitações da democracia sabotada pelo racismo, defendido as políticas de ações afirmativas, protestado pelo fim da violência contra terreiros, reivindicado direitos para mulheres negras e dado cada vez mais destaque para o racismo ambiental. A jornalista da **Alma Preta** deve, portanto, estar atendida a esses assuntos, conhecer as principais organizações existentes no país, entender as diferentes linhas de pensamento e as principais lideranças.

Vale destacar que o Movimento Negro tem presenciado cada vez mais o protagonismo de mulheres e pessoas LGBTQIAP+. Esses grupos hoje compõem as lideranças das principais entidades e a repórter da agência de notícias deve priorizar a escuta desses segmentos.

A jornalista da **Alma Preta** também deve privilegiar a entrevista de lideranças de base, fundamentadas e forjadas na luta dos movimentos sociais. O atual formato do capitalismo e o contexto das redes sociais privilegiam personalidades que nem sempre estão atreladas a organizações e movimentos de base, de maneira que a equipe editorial não deve reproduzir essa lógica.

A jornalista da **Alma Preta** também deve tomar cuidado com os perigos da representação

e da representatividade. O capitalismo e setores de direita se apropriaram da agenda racial e apresentaram, como resposta às críticas mais radicais, organizações e influenciadores que se colocam como porta-vozes da luta antirracista. Estes são grupos que não concordam com uma perspectiva libertadora, de ruptura com o sistema na sua totalidade e, portanto, exigem um olhar cuidadoso da equipe editorial da **Alma Preta**. É preciso escutar essas figuras com um olhar crítico e apresentar nas reportagens o perigo da construção da identidade negra por meio do consumo e do empreendedorismo.

O projeto político das principais organizações de movimento negro, de ruptura com o racismo e o atual modelo econômico, e a linha editorial da **Alma Preta** e da Imprensa Negra devem estar em consonância. É preciso observar esses dois agentes sociais como vetores de transformação que caminham para uma única direção.

Por fim, a **Alma Preta**, enquanto organização, precisa saber balancear a relação com o Movimento Negro. É necessário prestar apoio comunicacional para dar mais visibilidade para algumas ações e, ao mesmo tempo, garantir autonomia editorial. A **Alma Preta** não pode atuar como assessoria de imprensa do Movimento Negro e precisa ter liberdade para inclusive apresentar críticas e contradições existentes.

ALMA PRETA E O AMBIENTE DIGITAL

A partir do fim do século 20 e início do 21, os ambientes digitais surgiram como alternativa para produzir jornalismo e buscar informação. A rede online possibilitou o surgimento de novas experiências de comunicação em decorrência do maior acesso às plataformas e ampliou a capacidade de apuração e produção jornalística de grupos sociais marginalizados, como a população negra.

A facilitação do acesso às plataformas de comunicação permitiu o surgimento de experiências de mídia negra, como o Geledés, o Mundo Negro, o Correio Nagô, a Revista Afirmativa, a **Alma Preta**, a Notícia Preta, entre outras. Esse novo cenário permitiu que a **Alma Preta** e as demais experiências alcançassem números expressivos de audiência e reconhecimento nacional e internacional, mesmo com baixo custo operacional quando comparado aos grandes grupos de comunicação do país.

As mídias com estruturas menores e mais ágeis estão mais adaptadas às mudanças, quase cotidianas, da dinâmica da comunicação digital. A velocidade, em partes, joga a favor das experiências de mídia negra. Enquanto grandes corporações sofrem para alterar as rotinas internas, os meios nativos digitais ganham destaque com a maior dinamicidade diante do diferente.

Essas ferramentas também permitem um diálogo mais próximo entre diferentes regiões e países. A internet e as redes sociais facilitam para a **Alma Preta** o desenvolvimento de equipes fora da cidade de São Paulo, hoje sede principal da Agência, e mesmo a cobertura em diferentes localidades, onde não há equipe.

“Para mim é muito importante falar da Amazônia, muito importante falar dos Quilombolas. E eu não encontraria espaço para falar dessa realidade que eu vivo se não fosse na Alma” – Flávia Ribeiro.

Além da expansão geográfica, a plataforma digital estimula a incorporação de diversos recursos, como o audiovisual. Esses conteúdos em formato de áudio ou vídeo viabilizam, para a **Alma Preta**, o acesso a outros públicos. A Agência, então, aproveita todas as oportunidades para potencializar e democratizar a informação. Este é um aspecto fundamental da redação, cujo objetivo é contribuir com a informação e a mobilização para o enfrentamento do racismo estrutural.

Apesar disso, ressalvas são necessárias. A facilidade no acesso às plataformas e tecnologias não alterou as desigualdades globais, ou seja, se a Imprensa Negra está mais conectada, ideais de supremacismo branco também estão.

Além disso, não é possível ignorar as barreiras impostas pelo racismo algorítmico, que coloca mais empecilhos para a circulação de conteúdos e reportagens produzidas por pessoas negras,

assim como é preciso salientar que a comunicação mundial está concentrada em alguns poucos oligopólios, que dominam o mercado de comunicação em todo o planeta.

O que cabe à **Alma Preta** é estimular as potencialidades apresentadas pelo momento histórico e enfrentar o problema das desigualdades. A ciência e a tecnologia só estarão a serviço do povo quando o funcionamento delas for regrado de maneira pública e participativa. Para se chegar a esse ponto, é preciso de um jornalismo informativo e comprometido com as mudanças sociais, como é o caso da **Alma Preta**.

**A IMPRENSA
NEGRA É IMPRENSA
TRADICIONAL**

ALBRE



Introdução

Para a escrita deste **Manual de Redação**, o grupo de pesquisadoras optou por ler uma série de periódicos da Imprensa Negra, dos séculos 19 e 20, para ter essas produções como referência.

Os cadernos listados e estudados dão a dimensão de como o jornalismo escrito por pessoas negras foi feito e se desenvolveu ao longo dos anos. Mais do que isso, o levantamento reforça a pluralidade política e social do povo negro, composto por grupos com diferentes perspectivas e objetivos.

A longevidade dos jornais e revistas, demonstrada a partir dos registros históricos desde 1833, é a prova de como a mídia feita por pessoas negras é tradicional. Não é apenas a imprensa corporativa, feita por pessoas brancas e com o desejo de manutenção do status quo, que pode carregar esse título.

Essa trajetória da imprensa negra e a solidez dos projetos editoriais serviram de base para a criação dos canais atuais, alguns deles profissionalizados. A geração de hoje mantém as características do passado, de ser feita por pessoas negras, dirigir-se a esse público e ter como norte a luta antirracista; além disso, inova em formatos editoriais, comerciais e administrativos.

Apresenta-se nesta seção os periódicos que foram essenciais para a construção do presente **Manual de Redação**. Não se pretende construir uma lista exaustiva ou, ainda, elencar os mais im-

portantes e/ou impactantes, afinal, centenas de jornais, dos quais temos conhecimento e contato ou não, foram deixados de fora. O objetivo é enumerar aqueles que foram consultados pelos pesquisadores envolvidos de forma a construir as bases teóricas, éticas e técnicas do presente material. A listagem reforça, assim, o lugar da **Alma Preta** na história da Imprensa Negra. Para a direção editorial, é fundamental que todas as pessoas que compõem a equipe tenham essa consciência.

O Homem de Cor / O Mulato ou O Homem de Cor: É considerado o primeiro jornal da Imprensa Negra no Brasil, publicado no Rio de Janeiro (RJ), entre 14 de setembro e 4 de novembro de 1833. Cinco números circularam, impressos na Tipografia Fluminense de Brito E. C.. Os textos de autoria anônima denunciam arbitrariedades cometidas contra “cidadãos de cor”, ou seja, gente negra livre. Não se tratava de um jornal abolicionista. Era um veículo que se posicionava diante das disputas do período regencial (1831-1840), com o registro de perspectivas do campo dos liberais exaltados. Local de consulta: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O Homem: Publicado em Recife (PE), durante o ano de 1876 e editado na Tipografia Correio do Recife, era de propriedade de uma associação, conforme informa o cabeçalho. O olhar para o contexto internacional, somado à análise da política nacional da época, permitia ver um fim próximo

para a escravização. Os textos, anônimos, demandavam oportunidades de emprego e educação para cidadãos negros. Para defesa dos seus ideais, poesias e textos literários eram ferramentas essenciais, bem como a divulgação de biografias de importantes homens negros. O único texto assinado é um folhetim publicado no número 11, de Ernesto Castro. Local de consulta: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O Exemplo: Uma das experiências mais longevas da Imprensa Negra, O Exemplo persistiu ao longo de mais de quatro décadas, contou com mais de mil edições e teve inúmeros editores e diretores. Publicado em Porto Alegre (RS), de 1892 a 1897, de 1902 a 1911 e de 1916 a 1930, o jornal chegou a pertencer a uma associação e via o associativismo como ferramenta importante para o lazer e a educação de pessoas negras. O periódico reconhecia o papel das mulheres como educadoras dos lares e destacava a necessidade delas se instruírem, como defendiam os textos de Sophia Ferreira Chaves (Pepita). De acordo com os ideais da direção, a orientação da coletividade negra ocorria por meio da publicação de textos literários e da divulgação da vida de pessoas negras de importância. Local de consulta: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O Getulino: Publicado em Campinas (SP), entre 1923 e 1926, o jornal tinha Lino Guedes como redator-chefe e Gervásio de Moraes como redator

secretário, com o subtítulo “Órgão para a defesa dos homens pretos”. O periódico, cujo nome é uma referência ao livro do advogado abolicionista Luiz Gama, publicava folhetins e biografias relevantes de pessoas negras no Brasil, principalmente abolicionistas. Entendia que a liberdade física, conquistada pela abolição em 1888, era importante, mas não completa, e era necessário adquirir direitos. Para isso, a educação era um caminho elementar e o jornal era parte do processo. Contou com textos de Mary Santos, José Luiz de Mesquita, Archimimo de Camargo, entre outros. Local de consulta: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Quilombo: Publicado entre dezembro de 1948 e junho-julho de 1950, no Rio de Janeiro (RJ), O Quilombo era dirigido por Abdias do Nascimento e era o veículo de comunicação oficial do Teatro Experimental do Negro (TEN). O periódico era responsável por informar sobre as ações artísticas e sociais da companhia de teatro, tratava da defesa da educação e do acesso à cultura, moradia e trabalho e se posicionava quanto a questões internacionais. Destaca-se a presença de uma coluna para falar com as mulheres negras, suas vivências e lutas, assinada por Maria do Nascimento. Contou com publicações de Ironides Rodrigues, Edson Carneiro, Efrain Tomás Bó, entre outros. Local de consulta: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e IPEAFRO.

Jornal SINBA: Fundado pela Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA), em julho de 1977, no

Rio de Janeiro (RJ), contou com Amauri M. Pereira e Yedo Ferreira como redatores, entre outros. Circulou até 1980. Os textos, com alto teor combativo, são resultados do momento em que a Ditadura Civil-Militar se encaminhava para o final e os movimentos sociais se reorganizavam, posicionando-se sobre o lugar de pessoas negras e sobre suas lutas contra a violência e o racismo. Muitos textos falavam sobre o colonialismo, as artes e as disputas que tinham lugar no continente africano. Tinham, ainda, uma seção de definição de termos, como racismo, preconceito e discriminação. Destacam-se as contribuições de Pedrina de Deus e Léa Garcia. Local de consulta: Negritos.

Jornal Versus - Suplemento Afro-Latino-América: Suplemento do jornal alternativo Versus, fundado pelo jornalista e militante Hamilton Cardoso, a partir de um provocativo texto de Neusa Maria Pereira, publicado no Versus. Circulou entre 1977 e 1979. De caráter socialista, buscava desmistificar a ideologia da democracia racial e lutar contra o racismo e a violência. Cobriu as ações impressas, políticas e culturais no Brasil, na África e na Diáspora. As especificidades das vivências das mulheres negras e o racismo do regime civil-militar, instituído em 1964, ganharam espaço. Artigos, reportagens, poesias e entrevistas apareceram no jornal. Destaca-se a entrevista de Thereza Santos nas edições 18, 19 e 20. Além dos textos de Hamilton Cardoso, contou com contribuições de Oswaldo de Camargo, Neusa Maria Pereira, Tânia Regina

Pinto, José Adão de Oliveira, Maria Dulce Pinheiro Pinto, Oliveira Silveira, Vanderlei José Maria e Clóvis Moura. Local de consulta: Fundação Perseu Abramo.

Jornegro: Foi o órgão de divulgação da Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo (FEABESP) entre 1978 e 1979. Em 1979, com a exclusão da FEABESP, passou a ser publicado pelo Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN). Circulou entre 1978 e 1980. Francisco Carlos C. Santos, Francisco Marcos Dias, José Carlos de Andrade, Leonardo Ferreira, Luiz Silva (Cuti), Tânia Regina Pedro, entre outros, compuseram a equipe de redação. O grupo cobria os eventos culturais e políticos em São Paulo, bem como as lutas e expressões culturais (com especial atenção para as religiões de matriz africana) de pessoas negras no Brasil e no mundo. Textos de história, entrevistas, artigos de opinião, HQs e poesias também estavam presentes. O jornal recebia também cartas dos leitores. Destaque ao dicionário de nomes africanos que aparece nos números 03, de 1978, e 06, de 1979. Outra reportagem interessante é a do número 11, quando entrevistam pessoas para saber o que pensam do 13 de maio e de Zumbi dos Palmares, alinhados ao debate sobre comemorar ou não a data da Abolição. Local de consulta: Negritos e Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.

Maioria Falante: Publicado na Bahia, entre 1987 e 1996, o Maioria Falante contava com uma co-

bertura nacional e internacional e chegou a ser publicado em edição bilíngue, português-inglês. Trouxe em suas páginas as marcas do fim da ditadura civil-militar e as demandas de um país em busca por um novo contrato social, apesar da crise econômica e das opressões. Violências que atingiam indígenas, imigrantes, mulheres, trabalhadoras sem-terra e sem-teto, trabalhadoras urbanos, movimento sindical, crianças e adolescentes abandonadas, idosas, pessoas com deficiência, entre outras, eram pauta no jornal, assim como foi a pandemia de HIV/AIDS dos anos de 1980. Contou, entre outras pessoas, com Ele Semog, Julia Feijó Theodoro, Wilma Barbosa de Oliveira, Eliane Potyguara, Pedrina de Deus e Dora Bertúlio no Conselho Editorial, e com a colaboração de Elza Maria Marques Vieira, Vera Dayse Barcellos e Inocência da Mata. O periódico foi caracterizado por uma maior presença feminina nas redações, uma tendência que se consolidou no século 20. Fizeram parte do seu Conselho Consultivo: Abdias do Nascimento, Amauri Mendes Pereira, Ana Louryon Davis, Ângela Nenzi, Benedito Sérgio de Almeida Alves, Elza Soares, Elisa Larkin do Nascimento (que também traduziu a edição para o inglês), Fernando Conceição, Hédio Silva Junior, Ivaldo Assis do Nascimento, Ivair Augusto Alves dos Santos, Ivanir dos Santo, Januário Garcia, Jorge Barros, Jeruse Romão, Joel Rufino dos Santos, José Bernardo Domingos, Luís Carlos dos Santos, Lorenzo Zanetti, Márcio Alberto de Souza y Almeida Clington, Márcio Antônio Gomes Pacheco, Nei Oliveira, Nei

Lopes, Oswaldo dos Santos Neves, Regina Domingues, Regina Leite Garcia, Ruth Pinheiro, Yêdo Ferreira. Local de consulta: Programa Avançado de Cultura Contemporânea.

Nêgo - Jornal do MNU: Boletim informativo do Movimento Negro Unificado (MNU), o periódico foi publicado em Salvador (BA), entre julho de 1981 e agosto/setembro/outubro de 1993, com notícias sobre as ações e demandas do povo negro. Passou por três fases, com alterações no nome (Nêgo; Nêgo. Jornal Nacional do MNU; e Jornal do MNU) e manteve como principais pautas temas como saneamento básico, condições de vida, desemprego, fome, feminismo negro, segregação urbana, encarceramento, arte, poesia, militância, reforma agrária, educação - e o ensino de Histórias Afro-Brasileiras e Africanas. Publicava poesias contemporâneas, textos anônimos e assinados, com destaque para as colaborações de Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Vera Lucia Araújo, Nadir Nóbrega, Valdina Pinto, Silvia Black, Valdeci Santos, Wilson Santos, Ana Célia da Silva, Petronilha Beatriz G. e Silva, Milton Barbosa, Edson Cardoso, Jurema Batista, Hamilton Vieira, Milton dos Santos, Cuti, entre outras. Vale ressaltar as entrevistas com Benedita da Silva e Lélia Gonzalez, nos números 15 e 19, respectivamente. Local de consulta: Negritos.

Angola: Publicado em Recife (PE), em 1981, 1986 e 1989, o periódico foi vinculado ao Centro de Cultura Afro-Brasileira (CCAB), sob a direção de Ed-

valdo Ramos e Jorge Morais. Focava na cobertura das religiões de matriz africanas, principalmente Umbanda e Candomblé, com atenção especial para notícias de festividades, eventos e comemorações. A denúncia do descaso do poder público e da discriminação contra a Umbanda e o Candomblé também foram temas de textos e editoriais. Sua distribuição era gratuita. Local de consulta: Negritos.

Negração: Boletim informativo do Afoxé Alafin Oyó, o periódico foi publicado e distribuído de maneira gratuita em Olinda (PE), entre 1988 e 1991. Temas como a Constituição de 1988, violência, eleições e o Apartheid foram assuntos de artigos e entrevistas, que também apresentavam análises de conjuntura de questões nacionais e internacionais. Além disso, eventos e expressões culturais, como dança, poesia e Carnaval recebiam atenção. Vale destacar a cobertura do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, de 1989, e as contribuições textuais de Alzenide Simões e Inaldete Pinheiro de Andrade. O caderno teve em sua diretoria Martha Rosa, Alzenide Simões, Márcia Diniz, Olivia Pessoa e Mônica Oliveira. Local de consulta: Negritos.

Negritude: Boletim informativo do Movimento Negro Unificado (MNU) de Pernambuco, o periódico foi publicado e distribuído de maneira gratuita em Recife (PE), entre 1986 e 2002. Divulgou os eventos culturais e políticos do MNU e outras organizações antirracistas e falava das vivências,

lutas e histórias das pessoas negras em Pernambuco, principalmente, e no Brasil, no geral. Destacam-se também textos sobre a situação das mulheres negras e aqueles que questionam o 13 de maio. O Negritude contou com contribuições valorosas de Irene de Souza, Martha Rosa e Josafá Mota e teve o time de redação composto por nomes como Alzenide Simões, Mônica Oliveira, Vilma de Deus, José Alves Dias e Marcelo Pedroso. Local de Consulta: Negritos.

Djumbay: Filiado, inicialmente, ao Sambaxé Consultoria, Eventos e Promoções, o Djumbay foi publicado em Recife (PE) entre março de 1991 e 1997 e contou com duas fases, entre março e abril de 1991 e entre 1992 e 1997. A preocupação com a história e a ancestralidade está no nome do caderno, que significa acontecimentos em crioulo da Guiné Bissau, e nas matérias que reivindicam uma educação que conte a verdadeira história das pessoas negras. O caráter político cultural do Carnaval ganhou destaque, bem como a cobertura de festas e eventos dos terreiros de religiões de matriz afro-brasileira. Não deixou de denunciar casos de racismo e cobriu a pandemia de HIV/AIDS. Destacam-se, entre outras, as colaborações de Elza Maria Marques Vieira, Edson Silva, Nei Lopes, Gláucia Maria, Verônica Gomes, Lepê Correia e Leci Brandão. O periódico, ligado à TV Viva e à Dinâmica Comunicação, produziu vídeo-debates. Local de consulta: Negritos.

Omnira: Boletim informativo do Grupo de Trabalho Omnira do MNU/PE, grupo formado exclusivamente por mulheres. O periódico foi publicado e distribuído de maneira gratuita entre 1993 e 1994. Os textos falavam sobre as ações do GT Omnira e as condições específicas às quais as mulheres negras eram (são) submetidas no Brasil, como esterilização forçada, violência obstétrica, etc. Poesia e textos sobre mulheres negras na história também faziam parte da publicação. A redação do caderno contou com Alzenide Simões, Cristina Vital e Vilma de Deus e destacam-se as contribuições de Mônica Oliveira e Martha Rosa. Local de consulta: Negritos.

Revista Raça: Publicada pela primeira vez em setembro de 1996, tornou-se, em pouco tempo, um fenômeno editorial com pautas sobre a inclusão racial e de gênero. Busca reverter estereótipos negativos e resgatar a identidade, a história e o papel social de pessoas negras no país. A publicação segue ativa e é referência em toda América Latina na abordagem de temas como valorização da autoestima, da cultura, dos valores e da estética do povo negro. Conta com Maurício Pestana na diretoria executiva, Flávia Cirino como editora-chefe de conteúdo, Hamalli Alcantara como diretora de produção, e Rachel Quintiliano como colaboradora de conteúdo. Local de consulta: <https://revistaraca.com.br/>. Levantamento de pessoas que foram entrevistadas

Referências jornalísticas que contribuíram para a construção do Manual de Redação

André Santana: Formou-se em jornalismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2003. É mestre em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), onde é professor nos cursos de graduação em Comunicação. Leciona na especialização em Comunicação da Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e da Faculdade Dois de Julho. É cofundador do Instituto Mídia Étnica, criado em 2005, e editor do portal Correio Nagô, desde 2008. Atualmente, é colunista do Portal UOL. Em sua entrevista para este manual, falou sobre a importância de se criar veículos de comunicação que desafiem as formas de representação relegadas às pessoas negras. Tratou, ainda, do cuidado que se deve ter com a fonte e com a imagem que circula dela para romper com estereótipos racistas.

Beatriz Sanz: Cofundadora do banco de currículos para comunicação, Banco de Talentos Negros, Beatriz Sanz é integrante da Cojira-SP. Trabalhou no Portal UOL, R7 Notícias, El País e na equipe de Curadoria do Twitter. É coautora da série de livros Mestres da Reportagem e foi bolsista da rede argentina Cosecha Roja em 2020. Em sua entrevista para a construção deste manual, falou sobre a ética e os cuidados na cobertura das vivências, violências e potencialidades das comunidades LGBTQIAP+.

Caê Vasconcelos: Jornalista, homem trans e bissexual, Caê Vasconcelos nasceu na Vila Nova Cachoeirinha, periferia da zona norte de São Paulo. Sua prática jornalística debruça-se sobre as temáticas LGBTQIAP+ e direitos humanos. É autor do livro *Transresistência: Pessoas trans no mercado de trabalho*. Foi o primeiro jornalista trans do *Roda Viva*, no programa com Erika Hilton. Também foi o primeiro jornalista trans da redação da ESPN Brasil, onde foi editor de texto do *SportsCenter*, da série *Reflexões LGBTQIA+* e idealizou a série *AtleTrans*. Foi repórter de segurança pública, direitos humanos e pautas LGBTQIAP+ da *Ponte Jornalismo* de 2017 a 2021 e escreveu para a *Agência Mural de Jornalismo das Periferias* de 2017 a 2022. Atualmente, é repórter do *Uol Notícias*, na editoria de segurança pública e política, e conselheiro da *Énois Conteúdo*. Em sua entrevista para a construção deste manual, falou sobre os cuidados e potencialidades da cobertura da população LGBTQIAP+, com especial atenção quanto ao trato com as fontes.

Cecília Oliveira: Pós-graduada em Criminalidade e Segurança Pública pela UFMG, é idealizadora da plataforma *Fogo Cruzado* e editora do *The Intercept Brasil*. Foi consultora da *Anistia Internacional* e editora do jornal *Maré de Notícias*. Foi consultora de comunicação da *LEAP Brasil* e assessora de comunicação do *PRVL (Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens)*, uma iniciativa do *Observatório de Favelas* realizada em

conjunto com a UNICEF e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Em sua entrevista para a construção deste manual, tratou sobre os cuidados e a ética na cobertura de Segurança Pública.

Cinthia Gomes: Graduada em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero, é mestre em Ciências da Computação pela ECA-USP, com pesquisa sobre representação e autoria negra na imprensa do século XIX a partir da obra do Dr. Luiz Gama. Durante a graduação, foi cocriadora do projeto Dandaras, que incluía a edição de fanzines, organização de palestras e debates e veiculação de programa homônimo pela Rádio Gazeta AM Universitária. Foi produtora na Rádio Eldorado e repórter na Rádio Estadão, período em que foi vencedora da etapa estadual do Prêmio Sebrae de Jornalismo, na categoria Radiojornalismo. Atuou como repórter e apuradora na Rádio CBN. Também foi colunista da Revista Raça Brasil. Ativista dos movimentos negro e LGBTQIAP+, integra a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial, a Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, o Movimento Saracura Vai-Vai e é chefe de gabinete da vereadora Erika Hilton. Em sua entrevista para o desenvolvimento deste manual, tratou da cobertura de religiões de matriz afro-brasileira.

Cláudia Alexandre: Entrou no jornalismo a partir da cobertura do samba, com ênfase no envolvimento da população negra. É jornalista, radialista, mestre e doutora em Ciência da Religião pela

PUC-SP. É Diretora de Comunicação da Vedacit Vôlei Guarulhos. Integra a Cojira-SP e o Coletivo Ojú Obinrín. Foi assessora do Museu Afro-Brasil, da União das Escolas de Samba e da Fundação Cultural Palmares. Em 2019 e 2020, foi comentarista de Carnaval no canal Globo News. É autora do livro *Orixás no Terreiro Sagrado do Samba - Exu e Ogum no Candomblé da Vai-Vai*. É criadora da rádio online BR Brasil Show, especializada em samba e cultura afro-brasileira. Em sua entrevista para a produção deste manual, falou sobre os cuidados, as potencialidades, a ética e as ferramentas para a cobertura do Carnaval, das escolas de samba e das religiões de matriz afro-brasileira.

Edson Cardoso: Edson Lopes Cardoso nasceu em Salvador, em 1949, é militante desde os anos 1970, com atuação no Movimento Negro Unificado (MNU). Foi editor de importantes publicações da Imprensa Negra, como *Raça & Classe*, da Comissão do Negro do PT-DF (1987), e o *Jornal do MNU* (1989-1994). Entre 1996 e 2010 editou o jornal *Ìrohìn*, atualmente Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro-Brasileira *Ìrohìn*. É poeta, doutor em educação pela Universidade de São Paulo (USP), autor de vários livros e defensor da literatura como gesto político. Em sua entrevista para a construção deste manual, Edson relatou sua experiência enquanto militante na construção da Imprensa Negra, destacando pautas que têm sido essenciais para as comunidades negras brasileiras.

Ele Semog: Formado em Análise de Sistemas, tem especialização em Administração de Empresas pela PUC-RJ. No final dos anos de 1970, participou dos grupos “Garra Suburbana” e “Bate-Boca”, voltados para o estudo e a produção da poesia afrodescendente. Em 1977, integrou as antologias Incidente normal e Ebulição da escrituração, em 1978 lançou o livro O arco-íris negro e, no ano seguinte, Atabaques, as duas últimas obras em co-autoria com José Carlos Limeira. É autor de diversos livros solo e participante de muitas antologias. Entre 1989 e 1996, foi presidente do CEAP – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, também foi assessor do Senador Abdias Nascimento e conselheiro executivo do Instituto Palmares de Direitos Humanos. Na Imprensa Negra, foi cofundador do jornal Maioria Falante. Em sua entrevista para a construção deste manual, falou sobre a importância de uma boa análise de conjuntura com recorte racial e sobre o caráter coletivo que a militância negra deve ter.

Elias Santana Malê: É jornalista formado pela Universidade Federal da Bahia. Foi redator e colunista da edição impressa do jornal Brasil de Fato Bahia e assistente editorial da agência de notícias Alma Preta Jornalismo. Envolvido há quase uma década com o jornalismo esportivo, atualmente compõe a assessoria de comunicação do Esporte Clube Bahia.

Felipe Brito: É Baba Egbẹ do Ile Maroketu Àşẹ Oba e Ebomi no Ile Maroketu Àşẹ Oşun. Jornalista,

doutorando no programa de Pós Graduação em Humanidades Direitos e Outras Legitimidades do Diversitas/USP, mestre em Políticas Públicas (UMC). Coordenou a comunicação da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de São Paulo (2013/2015). É idealizador e diretor geral da Ocupação Cultural Jeholu, movimento cultural, político e antirracista organizado a partir das tradições de matrizes africanas. E integrou e coordenou a equipe de articulação política da Mandata Quilombo da ex- deputada estadual Erica Malunginho.

Lívia Cristina Gonçalves Martins: É formada em 2016 em jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. Atualmente, é produtora de reportagem dos jornais locais da TV Globo. Foi editora de conteúdo do portal JIO FOLIA, especializado em desfiles de escolas de samba, em 2018 e 2019, na festa de SP. Também atuou como repórter da Alma Preta na cobertura dos desfiles das escolas de samba de SP do grupo de Acesso em 2020. Por fim, em 2022, cobriu os desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro no UOL. Já em fevereiro de 2023, cobriu os desfiles das escolas de samba de SP na TV Glovo/portal G1 SP.

Luciana Viegas: É autista, mulher preta e mãe de um menino autista não oralizado. Formada em pedagogia, atua como educadora popular e inclusiva desde 2014. Em 2020, decidiu criar o instagram @umamaepretaeautistafalando para falar sobre seu diagnóstico de autismo tardio, a vida de uma

mãe preta neurodivergente. É ativista de direitos humanos na luta anticapacitista e antirracista. É Idealizadora do #MovimentoVidasNegrasComDeficiênciaImportam no BRASIL. Foi eleita D-30 Disability impact List pela Diversability em 2022.

Mariana Belmont: É jornalista nascida em Colônia (extremo sul da cidade de São Paulo), trabalha com mobilização social e comunicação para políticas públicas. Atuou em cargos no governo sobre questões ambientais e de habitação na Prefeitura da cidade de São Paulo. Trabalhou como coordenadora de comunicação e articulação do Mosaico Bocaina de Áreas Protegidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio). Colaborou no Instituto Update, Purpose Climate Lab e no Projeto Ligue os Pontos Agricultura Urbana. Também é ativista, parte de movimentos ambientalistas e periféricos. Atualmente é Diretora de Clima e Cidade no Instituto de Referência Negra Peregum. Já foi colunista do UOL e agora escreve mensalmente para o portal Gênero e Número.

Mayara Penina: É jornalista e mãe. Dedicou seu trabalho à pesquisa e produção de conteúdo sobre mulheres e crianças. É especialista em Educação Infantil, cofundadora do Nós, mulheres da periferia, foi editora do Catraquinha e do Portal Lunetas e é membro do Coletivo Colo - jornalismo infanto-juvenil, que discute o espaço das crianças na imprensa brasileira. Em 2021, foi fellow do Dart Center for Journalism and Trauma da Universidade de Columbia de Nova York, investigando o im-

pacto da pandemia no desenvolvimento das crianças na primeira infância.

Fernanda Felisberto: Graduada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mestre pelo Colegio de Mexico e Doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é professora do Departamento de Letras da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Fernanda Felisberto atua no mercado editorial brasileiro há 14 anos e trabalha no programa Espelho, apresentado por Lázaro Ramos. Na Imprensa Negra, participou da Revista Afirmar e do Jornal Irohín, sempre com a literatura como pauta. É uma das criadoras do Website de Articulação de Mulheres Negras. Possui publicações na área das literaturas Negro-brasileira, Negro-diaspóricas e das relações raciais e educação. É tutora do Pet-Conexões Baixada - IM UFRRJ e coordenadora do Ciclo de Seminários Mulheres Nas Artes: Conceição Evaristo, promovido pela Escola do Olhar do Museu de Arte do Rio (MAR). Integra o Conselho Editorial de publicações dos manuscritos de Carolina Maria de Jesus. Em sua entrevista para a construção deste manual, tratou da importância de a literatura ocupar espaços na Imprensa Negra e sua relevância para a construção de novos imaginários sobre pessoas negras.

Flávia Ribeiro: Jornalista e assessora de imprensa, atuou como repórter na **Alma Preta** entre 2020 e 2021, dedicando-se à cobertura da Região Norte. É mestranda no Programa de Pós-Graduação

em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM-UFPA). Atua, há quase vinte anos, no mercado de comunicação, com experiência em assessorias de comunicação e na redação de jornais na Grande Belém. É ativista no Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, da Rede de Mulheres Negras do Pará, da Rede Fulanas - Negras da Amazônia Brasileira e da Rede Nacional de Ciberativistas Negras e está na organização da Marcha das Mulheres Negras em Belém. Em sua entrevista para a construção deste manual, falou sobre a importância da desconstrução da imprensa sudestina, que toma o Sudeste como único ponto de potencialidades, notícias e produção cultural.

Flávio Carrança: Formou-se em jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero em 1980 e produz conteúdo para o site do Consulado Geral de Angola, em São Paulo. Atuou na Rádio Cultura de São Paulo, no Diário Rural da TV Bandeirantes, na Rádio Eldorado de São Paulo e no jornal Diário Popular. É coautor das coletâneas Espelho Infiel: o negro no jornalismo brasileiro - organizada em parceria com Rosane Borges - e Diversidade nas Empresas & Equidade Racial - organizada em parceria com Maria Aparecida da Silva Bento. É diretor do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, onde coordena a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial - Cojira SP. Na Imprensa Negra, atuou na Revista do MNU, na Pode Crê, na Revista Raça e na TV da Gente. Em sua entrevista para este manual, falou sobre a importância do reconhecimento do jornalista como trabalhador (e da importância de sua sindi-

calização) e do papel da Imprensa Negra no que se refere à divulgação da produção acadêmica de pessoas negras e de seus trabalhos.

Gisele Brito: Formada em jornalismo pela Universidade Mackenzie, Gisele Brito trabalhou na Folha Universal e, no mestrado, aprofundou os estudos sobre cidades. Atuou na chamada “imprensa alternativa”, nas revistas Carta Capital e Caros Amigos. É, hoje, uma das referências para a Rede de Jornalistas das Periferias de São Paulo. Em sua entrevista para este manual, falou sobre a atenção que a Imprensa Negra deve dedicar aos temas urbanos e aos termos linguísticos usados nessas reportagens. Tratou, ainda, sobre a importância de escutar as histórias das mais diversas fontes da reportagem e sobre a Imprensa produzida nas periferias dos centros urbanos, destacando também a potencialidade dos podcasts.

Guilherme Soares: É jornalista, empreendedor e consultor de viagens. Atuou em veículos como Revista Trip, Portal UOL, O Estado de S. Paulo, Valor Econômico, Agência Estado, **Alma Preta**, entre outros. Atualmente, é colunista da Folha de São Paulo. É fundador e editor da Revista Calle2. É sócio-proprietário da plataforma Guia Negro, que produz conteúdo sobre viagens, cultura negra, afroturismo e black business. Em sua entrevista para a construção deste manual, tratou da sua trajetória na imprensa corporativa e da importância do olhar para o continente africano para a Imprensa Negra contemporânea.

Juca Guimarães: Bacharel em Publicidade, Propaganda e Marketing pela Universidade Cásper Líbero desde 1999, formou-se em Jornalismo, Comunicação Social, em 2006, e concluiu o Master of Business Administration, MBA/Agenda Brasil, em Economia para jornalistas, em 2011. Trabalhou na Gazeta Mercantil, no telejornal Jornal da Gazeta, nos jornais Agora São Paulo e Diário de S. Paulo, no Repórter Brasil, no Portal UOL, no Brasil de Fato e no Portal R7. Colaborou com o Estadão Expresso e com a Ponte Jornalismo. Assina o blog Na Pegada da Periferia e foi repórter da **Alma Preta** até julho de 2022. Atualmente, é produtor do programa Encontros, da Rede Globo. Em sua entrevista para a construção deste manual, contou sua trajetória enquanto jornalista negro e sua expectativa de que o presente manual possa dar diretrizes para as jornalistas da Imprensa Negra.

Juliana Dias: Jornalista e comunicadora social desde 2007, atuou como coordenadora de projetos comunitários no Instituto Mídia Étnica e como repórter nos jornais Ìrohìn e A Tarde. Prestou assessoria de imprensa para órgãos públicos e privados. A sua trajetória profissional lhe rendeu dois prêmios de jornalismo pelo Banco do Nordeste em 2010. Como pesquisadora, dedica-se ao estudo de identidades culturais, comunicação, negritude e cultura. Atualmente, é produtora e pesquisadora musical do programa Especial das Seis da Rádio Educadora FM (Salvador-BA) e coordena a área de comunicação de projetos que atuam com a promoção dos direitos humanos de populações negra e indígena. Escreveu um manual de Impren-

sa antirracista, produzido a partir da linguagem jornalística dos veículos de comunicação de Salvador, cujo padrão era embranquecido. Em sua entrevista para este manual, tratou do processo de construção do seu próprio texto e da importância que a Imprensa Negra deve dar, também, aos não ditos das fontes.

Juliana Cezar Nunes: Jornalista, especialista em Bioética e mestra em Jornalismo e Sociedade pela Universidade de Brasília (UnB), Juliana Nunes pesquisa comunicação negra, quilombola e comunicação pública. Tem larga experiência de trabalho em órgãos públicos. É jornalista da EBC (licenciada para mandato sindical) e diretora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF. Trabalhou no Correio Braziliense, Agência Brasil, Radioagência Nacional e Rádio Nacional (veículos da EBC). Já recebeu os prêmios de jornalismo Vladimir Herzog, Líbero Badaró, Tim Lopes, Petrobras, Sebrae e Jornalista Amiga da Criança (Andi/Unicef). É integrante da Cojira (DF) e uma das desenvolvedoras do **Manual de Redação** da EBC. Integra a irmandade Pretas Candangas (ligada à Articulação Nacional de Mulheres Negras) e o coletivo Paó Comunicação. Em sua entrevista para este manual, tratou da importância da variedade de formatos que a Imprensa Negra deve ter para atingir mais pessoas: rádio, mídias sociais, impressos, sites, etc. Comentou também sobre o compromisso da comunicação pública com a sociedade, sobre a necessidade do conhecimento legislativo e sobre a potencialidade do uso das Newsletters.

Luis Adorno: Graduado em jornalismo pela Universidade Anhembi Morumbi, com extensão online de Jornalismo Investigativo pela Columbia University. É jornalista em MOV, a produtora de vídeos do UOL, cofundador do site Ponte Jornalismo e foi repórter no núcleo de jornalismo investigativo da Record TV. É especialista em jornalismo investigativo e se dedica, principalmente, à cobertura de segurança pública. Foi vencedor do Prêmio Aceesp (2019), do Grande Prêmio UOL (2020) e do Prêmio Neusa Maria de Jornalismo (2020). Teve menção honrosa no Prêmio Nacional Domingos Fraga (2021) e no Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo (2022). Foi escolhido para integrar a Red Latinoamericana de Jóvenes Periodistas (2016). Em sua entrevista para a construção deste manual, comentou sobre a importância dos termos usados nas reportagens sobre segurança pública.

Maíra de Deus Brito: Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pelo Centro Universitário de Brasília, é mestre em Direitos Humanos e cidadania pela UnB e doutoranda pela mesma universidade. É professora voluntária da Faculdade de Direito da UnB e integrante do grupo Maré - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Cultura Jurídica e Atlântico Negro. Escreveu o livro Não. Ele não está, que entrevista mães que perderam seus filhos para o genocídio da juventude negra, resultado de sua dissertação de mestrado. Em sua entrevista para este manual, falou sobre a imparcialidade na prática jornalística e a sensibilidade e sinceridade ao entrevistar fontes em situações de vulnerabilidade.

Márcia Maria Cruz: Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em Comunicação Social pela mesma universidade, é coordenadora do Núcleo de Diversidade no jornal Estado de Minas desde 2007. Colaborou com a revista Carta Capital e é vencedora do Troféu Mulher Imprensa 2022 na categoria Diversidade! Integra o Coletivo de Jornalistas Negras e Negros Lena Santos e compôs o International Visitor Leadership Program (IVLP) em Media Literacy, em 2018, nos EUA. Coordenou o curso de Jornalismo na Una, lecionou sobre a profissão na PUC Minas e Faculdade Promove e foi presidente da Oficina de Imagens. É autora do livro Morro do Papagaio, da coleção BH, a cidade de cada um, e Maria Mazarello - preto no branco, lutas e livros, da Editora Contafios, e coautora do livro Vozes Negras em Comunicação. Em sua entrevista para este manual, falou sobre a importância da escuta na cobertura de tragédias, ouvindo e respeitando as vítimas. Tratou, ainda, da importância de se repensar o teórico e o ético na produção jornalística atual.

Monica Oliveira: É formada em Comunicação Social pela Universidade Católica de Pernambuco, fez parte do Alafin Oyó e é membro da coordenação da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. Foi Diretora de Programas da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR-PR). Fez parte da diretoria do Afoxé e foi militante do MNU. Na Imprensa Negra, contribuiu para a construção

do NegrAção, Negritude e Omnira. Em sua entrevista para a construção deste manual, tratou da sua experiência na construção da Imprensa Negra brasileira, destacando a importância de o veículo saber se posicionar, com boas análises de conjuntura. Além disso, falou sobre os limites e potencialidades da relação entre os veículos de Imprensa Negra e as organizações do Movimento Negro.

Nataly Simões: Graduada em Jornalismo, foi editora da **Alma Preta**. Contribuiu com textos para UOL, Estadão Expresso, Yahoo Notícias, Folha de S. Paulo, entre outras empresas. Escreve sobre diversidade, mobilidade, entretenimento, entre outros. Em sua entrevista para a construção deste manual, tratou da linha editorial da **Alma Preta** e os cuidados editoriais para uma Imprensa Negra ética, honesta e informativa.

Oswaldo Faustino: Nascido em Mairinque, no interior de São Paulo, em 1952, Faustino atua como jornalista desde 1976, em rádio, TV e jornais, como Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Correio Popular e Diário Popular, onde atuou como editor de Cultura, além de fazer parte da TV da Gente. É colaborador fixo da Revista Raça há 20 anos e integrante da Cojira-SP (Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial, do estado de São Paulo). É coautor – com Aroldo Macedo – dos livros: A Cor do Sucesso (Editora Gente, 1999), Luana, a Menina que viu o Brasil Neném (FTD, 2000), Luana e as Semente de Zumbi (FTD, 2004), Luana, Capoeira e

Liberdade (FTD, 2009) e Luana e as Asas da Liberdade (FDT, 2010). Lançou, pela Editora Selo Negro/Summus, a biografia do escritor e compositor Nei Lopes (2009), da Coleção Retratos do Brasil Negro, e o romance histórico A Legião Negra (2011). Na Imprensa Negra, acompanhou o surgimento do Jornegro e participou do jornal Chama Negra. Em sua entrevista para este manual, destacou o lugar que a jornalista negra e a pessoa negra têm nas páginas da imprensa corporativa, a importância da produção de uma Imprensa Negra para crianças e adolescentes e do cuidado e ressignificação de termos.

Paulo Victor Melo: Graduado em Comunicação Social pela Universidade do Estado da Bahia, é mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal de Sergipe e Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É investigador integrado no Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, onde realiza pesquisa de pós-doutoramento sobre tecnovigilância e discriminações algorítmicas no Brasil e em Portugal. É professor do curso de Ciências da Comunicação da Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação – IADE/ Universidade Europeia. Colaborou com textos para a revista Carta Capital. Em sua entrevista para a construção deste manual, falou sobre temas importantes de pautas sobre o continente africano e sobre as estratégias para a cobertura da região.

Rachel Quintiliano: Jornalista, pós-graduada em Comunicação e Saúde, com experiência em gestão de comunicação e gestão de mudança, tem larga experiência no desenvolvimento da comunicação pública e da assessoria de imprensa, atuando no gerenciamento de crises, em mídias sociais e no planejamento estratégico. Atuou, durante anos, em órgãos públicos e atualmente é oficial do Programa para Gênero, Raça, Etnia e Comunicação no Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e gerente de relações institucionais no GIFE. É colunista da Revista Raça. Em sua entrevista para este manual, falou sobre as potencialidades do rádio na comunicação da Imprensa Negra e sobre o cuidado com a escrita da jornalista.

Ronaldo Matos: É jornalista, educador e cofundador e editor do portal de notícias Desenrola e não me enrola, coletivo de jornalismo periférico criado em 2013, que produz e pesquisa jornalismo e comunicação. O grupo também forma jovens comunicadores e jornalistas, com atuação em rede nas periferias e favelas de São Paulo. É um dos autores do livro *Você Repórter da Periferia: Visões e Vivências do Jornalismo nas Periferias*, publicado em 2018 pela editora FiloCzar. É membro e articulador da Rede Jornalistas das Periferias e do Fórum de Comunicação e Territórios. Atua para desenvolver a indústria do jornalismo nas periferias e favelas, pesquisando tendências de Tecnologias da Informação e Comunicação em contextos de periferias urbanas para desenvolver novos pro-

ditos e serviços de notícias. Além disso, ele é colunista do UOL TILT. Em sua entrevista para este manual, falou sobre a potencialidade dos espaços ditos de periferia, o que exige abandonar generalizações e estereótipos, com uma escrita cuidadosa, uma variedade de fontes e temas. Tratou, ainda, do rap nacional como espaço de produção de conhecimento e de reflexão sobre a realidade.

Rosane Borges: Nasceu em São Luís do Maranhão, em 1974, é pós-doutora em comunicação pela USP e professora colaboradora da Escola de Comunicação e Artes (ECA), da mesma universidade. Atua como articulista da Carta Capital e do blog da Editora Boitempo. É, ainda, autora de vários livros: *Esboços de um tempo presente* (2016), *Mídia e Racismo* (2012); *Jornal: da forma ao discurso* (2002), *Rádio: a arte de falar e ouvir* (2003), *Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro* (2004) - organizada em parceria com Flávio Carrança -, e é conselheira de honra do grupo Reinventando a educação. Em sua entrevista para este manual, falou sobre a importância do conhecimento teórico da comunicação social e dos estudos de raça e gênero para a produção jornalística de qualidade, ética e respeitadora dos direitos humanos.

Silvia Nascimento: É jornalista, curadora digital e produtora de conteúdo especializada em diversidade com foco na comunidade negra. É diretora de conteúdo do Site Mundo Negro, portal de notícias online pioneiro na produção de conteúdos

voltados para pessoas negras. É também fundadora do projeto Negros Digitais, de mapeamento e qualificação de comunicadoras e influenciadoras negras. Em sua entrevista para este manual, destacou a importância das notícias e da produção de conteúdo positivo para empoderamento, construção de novas narrativas e quebra de estereótipos.

Solon Neto: Graduado e mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), é cofundador da **Alma Preta** e repórter da agência internacional Sputnik News, especializado em cobertura internacional. Em sua entrevista para a construção deste manual, falou sobre a ética, as potencialidades e as ferramentas envolvidas na cobertura do continente africano pela Imprensa Negra.

Vera Daisy Barcellos: Nascida em 1949, no Rio Grande do Sul, destacou-se por ter sido a primeira mulher negra a fazer a cobertura de esportes pelo jornal Zero Hora e a primeira mulher negra a fazer cobertura de Carnaval. Atualmente, atua no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (Sindjors), do qual é presidente (2019-2022). Foi editora da Revista Tição e colaborou com o jornal Maioria Falante. Em sua entrevista para este manual, falou sobre a importância da diversidade de fontes para o jornalismo, da comunicação como direito humano e da variedade de temas na Imprensa Negra.

Vinicius Martins: Graduado em Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), é cofundador da **Alma Preta** e trabalha com temas ligados a direitos humanos, relações étnico-raciais, política, esporte e cultura. Também foi gestor de multimeios do Instituto Vladimir Herzog para o projeto Usina de Valores e jornalista de vídeo na Folha de São Paulo. Em sua entrevista para a construção deste manual, tratou das especificidades técnicas e éticas da construção da notícia em formato audiovisual na Imprensa Negra.

Yago Rodrigues: É Videomaker e Motion Designer. Atuou na **Alma Preta** até julho de 2022 e foi apresentador do podcast da Agência, o Papo Preto. Em sua entrevista para a construção deste manual falou sobre sua experiência na captação e edição dos conteúdos audiovisuais, detalhando suas especificidades técnicas e éticas para a jornalista negra.

**A ÉTICA DO
JORNALISMO É A
ÉTICA DOS DIREITOS
HUMANOS**



A boa profissional de imprensa é uma pessoa com princípios éticos alinhados aos direitos humanos e à transformação social. Para a **Alma Preta**, é necessário ter uma postura ética disruptiva para o desempenho do bom jornalismo.

A jornalista da **Alma Preta** não deve confundir conceitos fundamentais para a imprensa, como neutralidade, imparcialidade e objetividade. A repórter também não deve seguir as descrições convencionais ou fomentadas pela imprensa corporativa sobre esses princípios.

Cabe à equipe editorial o compromisso com a população negra, o fato e a transformação da realidade. Para tanto, são elencados a seguir conceitos essenciais para a prática jornalística da **Alma Preta**.

Ativismo: Ativismo é a prática continuada com a intenção de mudar a realidade. Ela é usualmente debatida no meio da política social por quem luta por uma causa. A **Alma Preta** entende o ativismo como expressão legítima de ideologias e se posiciona ao lado daqueles que adotam a postura antirracista, feminista e anticapitalista, ainda que não seja porta-voz de movimentos sociais.

Alinhamento institucional: A repórter da **Alma Preta** deve estar alinhada com os princípios institucionais da Agência de notícias. É preciso que a profissional acredite na necessidade de superação do racismo, da violência e das desigualdades. Estes são parâmetros civilizatórios fundamentais para a equipe.

Anonimato da fonte: O Artigo 5º da Constituição Federal de 1988 é enfático ao afirmar que o Estado brasileiro garante o direito “à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. O inciso XIV do mesmo artigo afirma também que é “assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. A jornalista, portanto, quando julgar necessário, seja para evitar risco ou preservar a entrevistada, deve manter o anonimato da fonte da informação.

Antirracismo: O antirracismo é uma forma de ação contra o preconceito racial, o racismo sistêmico e a opressão estrutural de grupos marginalizados racial e etnicamente. As profissionais da

Alma Preta devem ter um compromisso com o antirracismo.

“Escrever conteúdo antirracista faz parte de uma pauta civilizatória, é um compromisso político, um compromisso de correção de uma falha que a humanidade cometeu há muitos anos e que a gente acredita que é possível reverter e que o jornalismo contribui para essa reversão.” - André Santana

Boatos e fofocas: Boatos e fofocas são informações pessoais de sujeitos famosos e populares na sociedade. Fatos acerca dessas pessoas podem ter interesse público, como situações de violência racial praticadas por ou contra elas, mas outras informações, como relacionamentos ou vida pessoal, pouco interessam à **Alma Preta**. (Ver verbetes interesse público e interesse do público, na seção A Ética do Jornalismo é a Ética dos Direitos Humanos, deste **Manual de Redação**).

Compartilhamento de documentação: Para a publicação de reportagens investigativas, a jornalista pode oferecer às leitoras os documentos de origem que foram utilizados na investigação. Caso tenha utilizado bases de dados, a repórter deve informar qual foi a metodologia de análise utilizada e, se possível, compartilhar as informações no Github.

Compromisso ético com a fonte: A jornalista deve compreender as fontes como indivíduos únicos e não ferramentas para execução do trabalho.

As pessoas são o centro da atividade jornalística da **Alma Preta**. Nesse sentido, a jornalista deve evitar a busca pela confirmação de hipóteses durante uma entrevista e respeitar os limites da fonte.

Conduta profissional: A integrante da **Alma Preta** deve ter uma conduta profissional e pessoal ética, de acordo com os valores da organização, fundamentados no antirracismo, anti-sexismo, anti LGBTQIAP+fobia e contra todas as opressões. A profissional deve ter uma conduta enraizada nesses valores em todos os ambientes do cotidiano.

*“Ética jornalística é a ética dos direitos humanos.” -
Rosane Borges*

Direito de resposta: O direito de resposta dos diferentes lados envolvidos em uma notícia deve ser garantido no jornalismo da **Alma Preta**. Não assegurá-lo, inclusive, pode gerar complicações judiciais, já que o direito de resposta é sustentado pela Constituição Federal e pela Lei nº 13.188/2015. Cuidar de ouvir todos os segmentos envolvidos na notícia é fator fundamental no fortalecimento de um jornalismo credível, objetivo e transparente. Antes de publicar a matéria, a jornalista da **Alma Preta** deve informar as fontes com antecedência sobre o tempo do recebimento da resposta a uma pauta específica em que o nome dessas pessoas ou organizações está associado. Esse tempo de

resposta também pode variar de acordo com a pauta em questão e deve ser ponderado de forma ética para que os diferentes lados envolvidos na pauta sejam contemplados em seu direito de se posicionar e de responder tranquilamente as perguntas, mesmo que o retorno seja uma não resposta ou um pedido de mais tempo. É importante que haja um registro como prova dessa comunicação. Se após a publicação do conteúdo, a fonte que negou resposta ou se silenciou quiser se pronunciar, não há mais uma obrigação legal para que isso aconteça, dependendo somente do julgamento da equipe de Redação da **Alma Preta** sobre a importância da informação ser compartilhada.

Vale ressaltar que existem cenários em que ouvir alguns lados de uma história pode desqualificar a informação. Por exemplo, é de amplo conhecimento histórico os malefícios da escravidão no país e a importância de Zumbi dos Palmares na história da resistência negra. Quando uma repórter convoca uma fonte racista e/ou que descredibiliza os impactos negativos da escravidão e nega a importância de Zumbi, a jornalista não agrega à informação, uma vez que essa opinião desmente algo historicamente comprovado.

Diversidade de fontes: Não há como fazer jornalismo sem diversidade de vozes, vivências e interpretações. Sendo assim, a jornalista da **Alma**

Preta deve diversificar a sua escolha de fontes, a partir de critérios de gênero, sexualidade, regionalidade, entre outros. Pessoas negras são a prioridade de escuta para a equipe editorial.

Escuta ativa: A transmissão oral de conhecimento é algo histórico na cultura africana. Nesse sentido, a jornalista da **Alma Preta** deve praticar a escuta ativa, ou seja, durante o processo de entrevista, deve ouvir atentamente as informações fornecidas e respeitar a fala da fonte. Deve também atentar-se para as particularidades da entrevistada e se recordar de que o silêncio é uma informação importante. A jornalista nunca deve chegar em uma entrevista com o objetivo de comprovar suas próprias teses.

Escolha de conteúdo imagético e/ou audiovisual: Assim como as palavras, as imagens fazem parte do projeto político da **Alma Preta**, uma vez que esses conteúdos se relacionam com a forma como as pessoas negras são vistas. A jornalista da **Alma Preta** se responsabiliza pelas imagens utilizadas e não reproduz a prática de exploração gráfica do sofrimento do povo negro (Ver verbete Fotografia, na seção Técnicas, deste **Manual de Redação**). Em conteúdos sensíveis, deve-se partir para a descrição do ocorrido na imagem ou no vídeo. A exceção são casos de denúncia, em que a imagem é o elemento fundamental, e situações em que o caso ainda não é de amplo domínio público. Nessas exceções, é essencial que um balanço seja feito com a equipe para entender as necessidades

de cada situação e que se busque ao máximo preservar a identidade das vítimas de violência.

Expor pessoas ameaçadas: Assim como indicado no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (ver anexo I deste **Manual de Redação**), a jornalista não deve “expor pessoas ameaçadas, exploradas ou sob risco de vida, sendo vedada a sua identificação, mesmo que parcial, pela voz, traços físicos, indicação de locais de trabalho ou residência, ou quaisquer outros sinais”. Assim, a profissional não deve colocar em risco a integridade das fontes e dos colegas com quem trabalha. Recomenda-se também a leitura do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros para que mais situações sejam exemplificadas.

Filiação partidária: A repórter da **Alma Preta** pode ter filiação partidária. Partidos políticos fazem parte da sociedade e a repórter deve estar integrada com os grupos e organizações que a movimentam. Porém, a jornalista deve ter objetividade na produção de pautas para apurar fatos controversos e inclusive contrários ao partido em questão. A integrante da redação não pode se prender à legenda e deve ter repertório para apresentar pautas relacionadas a outros espaços da sociedade.

Fonte oficial e especialista X personagem: Historicamente, durante a produção de uma pauta, a jornalista busca um indivíduo que experimentou a vivência a ser relatada na reportagem. O

nome que se dá a esse indivíduo é ‘personagem’. Nesses casos, para endossar a pauta, busca-se um tipo de ‘fonte’ que, geralmente, é uma especialista acadêmica sobre o assunto ou uma representante do poder público. Para a **Alma Preta**, a fonte especialista é o indivíduo que possui habilidades ou conhecimentos especiais em determinada atividade e não necessariamente deve ser uma pesquisadora da área. No que tange à religião, por exemplo, uma lalorixá é uma grande especialista, mesmo sem uma formação acadêmica. A **Alma Preta** também incentiva as repórteres a pedir posicionamento do poder público em apurações em que isso seja necessário. As editoras devem provocar a equipe na busca por especialistas que passaram pela situação retratada na reportagem e combinem todas as dimensões de análise do fato. A **Alma Preta** evita a utilização do termo “personagem” para se referir às pessoas.

Formação dos jornalistas: A **Alma Preta** incentiva que suas profissionais estejam em processo constante e permanente de formação. Por ser uma imprensa que pensa na construção de um jornalismo crítico, é importante que a equipe esteja atendida no que acontece com a população negra e em contínuo processo de reflexão. Além da consciência política da Agência, a **Alma Preta** está comprometida com o avanço técnico, inovador e de qualidade dos materiais produzidos pela equipe. A **Alma Preta** também estimula as pessoas a buscarem a formação universitária jornalística, mas entende as barreiras educacionais do país

e não coloca o diploma como um empecilho para compor a equipe.

Gravações escondidas: A repórter da **Alma Preta** deve optar, de modo prioritário, pela obtenção de informação a partir de meios transparentes. A repórter, contudo, por ter um compromisso máximo com a própria vida e com o povo negro, pode se utilizar de gravações escondidas em situações extremas. Denúncias de violência policial são um exemplo disso, pois a repórter com a câmera na mão e de modo visível a todos pode colocar a própria vida e a dos demais em risco.

Imparcialidade: É o conceito de qualidade da pessoa que julga com neutralidade e justiça e que não toma partido em uma situação. O mito da imparcialidade no jornalismo é algo usual e deve ser combatido, pois todo conteúdo é feito por pessoas, o que pressupõe experiências de vida, opiniões e posicionamentos. A jornalista deve assumir a posição de defesa da população negra, seguir os pressupostos éticos da profissão e buscar a objetividade necessária diante do fato.

Interesse público³: São fatos que afetam a realidade da maioria ou totalidade da população. Nesse caso, as matérias de interesse público têm a finalidade, nelas mesmas, na informação. A jornalista da **Alma Preta** deve atentar-se aos as-

³Sobre esse e o verbete *Interesse do público*, ver Oliveira, Dennis. Iniciação aos Estudos de Jornalismo. São Paulo: Editora Abya Yala, agosto/2020, p. 65-68

suntos de interesse público e, ao reportar o conteúdo, contextualizar as situações, entendendo as diferentes camadas de impacto - sociais, políticas e econômicas - que um acontecimento pode ter. A equipe deve ter o cuidado de, ao cobrir esses temas, não produzir notícias abstratas e de difícil compreensão (ver Critério de noticiabilidade, na seção Técnicas, deste **Manual de Redação**).

Interesse do público: São matérias que suprem as preferências subjetivas do leitor e fazem parte do contexto da cultura de massas de veicular fatos da vida privada de celebridades - acontecimentos a serem desconsiderados pela reportagem. Nesse cenário, é preciso diferenciar e compreender que as matérias culturais são importantes para a **Alma Preta** e devem ser relatadas pelas jornalistas de forma profunda e com a devida atenção. Vale a pena destacar que existem fatos de interesse público e do público, como grandes catástrofes. A jornalista deve priorizar a cobertura informativa, com dados que impactam a vida da população, e evitar a dramatização e a espetacularização do sofrimento humano (ver Critério de noticiabilidade, na seção Técnicas, deste **Manual de Redação**).

Jornalista como figura pública: A **Alma Preta** orienta suas profissionais a se expressarem e se posicionarem com liberdade em suas redes sociais e nos demais ambientes públicos. Sugere-se, entretanto, que não antecipem reportagens ou divulguem conversas de bastidores do ambiente profissional, a menos que estejam autorizadas a

fazer esse compartilhamento. Profissionais da **Alma Preta** também devem se atentar que a liberdade de expressão não significa falar de forma violenta, contra os direitos humanos e sem responsabilidade social, nem reproduzir discursos racistas, homofóbicos, transfóbicos e machistas ou reverberar outras discriminações e preconceitos.

Métodos ortodoxos: São aqueles utilizados pela repórter para conseguir a informação em condições normais, como a checagem de informações em documentos públicos ou privados, conferência de acontecimento com a fonte, ou mesmo assessoria de imprensa. É preciso ser transparente na obtenção da notícia. O jornalista deve priorizar os métodos ortodoxos, à exceção de situações de risco ou de extremo interesse público.

Métodos heterodoxos: São estratégias de obtenção da informação diferentes dos ortodoxos e utilizados em situações singulares e extremas. A jornalista da **Alma Preta** tem o seu principal compromisso com o fim do racismo, das desigualdades e violências, e deve preservar a sua vida e integridade durante o trabalho. Se a repórter está em situação de vulnerabilidade, pode optar por métodos heterodoxos, como uma câmera ou gravador escondido em situação de abordagem policial.

Neutralidade: A neutralidade é impossível de ser alcançada no jornalismo. Sendo assim, é dever ético das empresas jornalísticas informar em sua linha editorial sobre a impossibilidade da total

isenção e compartilhar os posicionamentos do veículo em editoriais. A jornalista tem o compromisso com o factível e a realidade e deve buscar o máximo de objetividade possível no trabalho de escrita e apuração.

Objetividade: O conceito de objetividade no jornalismo está relacionado com a técnica de apuração, em que a profissional deve levar em consideração a finalidade da prática jornalística: o interesse público. A jornalista deve ter um compromisso com o fato e a realidade, mesmo quando há um desencontro com as primeiras hipóteses construídas sobre a situação. A objetividade é fundamental para dar conta da complexidade do cotidiano e exige da repórter a escuta ativa, a apuração, a checagem das informações e o domínio das técnicas da profissão.

Parcerias: A **Alma Preta** possui parceiros institucionais no desenvolvimento de projetos. A agência de notícias precisa explicitar ao público todos os conteúdos produzidos a partir da colaboração de parceiros.

Plágio: A **Alma Preta** é contra o plágio em seus materiais. A jornalista da Agência deve sempre criar seus próprios conteúdos, mesmo que tenha suas referências ancoradas em notícias já publicadas por outras pessoas. Sempre que a repórter precisar utilizar um conteúdo de outro profissional na íntegra, ela deve dar os devidos créditos. Ver 'Utilizar material de outras mídias'.

Política de erros: A jornalista deve admitir os seus erros de forma rápida, compreensiva e transparente. O indicado é informar às leitoras o momento em que a alteração foi feita no texto e a forma que se deu o erro – por exemplo, por falta de checagem de informações ou violação dos padrões jornalísticos. A **Alma Preta** não retira reportagens de seu site, exceto por ordem judicial.

Posicionamento político: Posicionar-se politicamente é uma ação digna a qualquer pessoa que vive em sociedade. Diante dos valores e dos compromissos sociais e éticos da **Alma Preta**, entende-se que é essencial que as profissionais que integram a Agência estejam alinhadas com posicionamentos democráticos, que tenham como prioridade a luta antirracista e o anseio pelo cumprimento dos direitos humanos.

Publicidade: A **Alma Preta**, como parte das mídias brasileiras, divulga marcas e publicidades a fim de angariar receitas. A publicidade precisa ser sempre explícita para garantir a transparência com o público. Se determinado conteúdo for fruto de um apoio publicitário, isso deve ser informado. A **Alma Preta** tem critérios rigorosos para expor uma marca, como checar se esta não tem envolvimento com um caso de racismo ou denúncia de trabalho escravo, por exemplo.

Referenciar iniciativas privadas e nome de pessoas: A **Alma Preta** sempre identifica as ini-

ciativas privadas e as pessoas diretamente envolvidas nas consequências e desdobramentos de uma notícia. Por exemplo, estabelecimentos em que aconteceram crimes de racismo e proprietárias e funcionárias autoras do crime são identificados no conteúdo noticioso da Agência.

Relação crítica com a fonte: Pensar e produzir um jornalismo com os indivíduos no centro das temáticas deve ser uma prática diária da jornalista da **Alma Preta**. Entretanto, nesse processo de humanização e de compreensão de que as fontes são indivíduos únicos, as repórteres da Agência devem sempre considerar que as entrevistadas, seja como testemunha, vítima, autoridade ou especialista, falam a partir de seus próprios interesses e crenças e, portanto, pode trazer informações que precisam ser confirmadas e avaliações que devem ser submetidas a críticas do ponto de vista político, social ou ideológico.

Relações profissionais: Como contratante, as organizações jornalísticas devem oferecer assistência jurídica às suas jornalistas em casos de processos, ameaças e ataques virtuais ou físicos. Além disso, também devem prezar pela segurança das colaboradoras durante o exercício da profissão e oferecer equipamentos de segurança para coberturas em que possam haver cenários de violência. A repórter, por sua vez, deve reivindicar seus direitos como funcionária, afinal, ela também é uma trabalhadora. Como instrumento de defesa, os sindicatos das jornalistas são espaços em

que as profissionais podem se unir para debater e pensar sobre melhores condições de trabalho.

Sociabilidade: A sociabilidade é o comportamento ou a conduta do indivíduo em sociedade. Quanto à jornalista, a **Alma Preta** incentiva a diversidade das suas relações, com a possibilidade de ampliar as perspectivas de opinião e vivência.

Utilizar material de outras mídias: é aconselhado que a jornalista da **Alma Preta** priorize sempre a utilização de materiais (fotos, vídeos, entre outros) da própria equipe, com referências diretas à Agência. Em casos excepcionais em que o conteúdo de origem externa precise ser utilizado, ele deve ser verificado antes de ser reproduzido para evitar, assim, o compartilhamento de informações sem consistência e segurança. Material de agência internacional não deve ser utilizado, a menos que a jornalista esteja autorizada pela Direção da **Alma Preta**. Em casos em que o conteúdo é produzido por terceiro e precise ser utilizado, deve-se priorizar, em ordem de prioridade, materiais de agências públicas e de veículos de comunicação parceiros. O material também precisa ser devidamente creditado. Em alguns casos, a serem avaliados pela redação e quando exigido pela mídia a ser referenciada, precisa-se de autorização para a reprodução, devendo-se ter algum registro como garantia. Conteúdo de origem externa (vídeos, prints de redes sociais, stories, textos, áudios, fotos, entre outros) também não pode ser manipulado de forma a descaracterizá-lo. Em casos de

conteúdo textual, a profissional da **Alma Preta** também é orientada a somente se fundamentar em notícias de outros canais, mas nunca plagiar ou apenas reescrever o texto (ver verbete Plágio, na seção A Ética do Jornalismo é a Ética dos Direitos Humanos, deste **Manual de Redação**).

Uso da fonte off the record (em português: fora do registro): fonte off significa uma fonte anônima. A informação repassada por uma fonte off pode ou não ser publicada, considerando um pedido da própria pessoa ou o resultado da checagem sobre o fato. As informações off total, ou seja, com um pedido para não serem publicadas mesmo mantendo o anonimato da pessoa, podem nortear o processo de apuração. Na **Alma Preta**, para uma informação de fonte anônima ser publicada, pelo menos outras duas pessoas devem ter apresentado os mesmos fatos, sustentando o conteúdo. Em situações de muito risco, indique o motivo da fonte ter pedido sigilo de identidade. Informações repassadas por fontes on the record (fontes identificadas) são preferíveis e mais seguras para o trabalho jornalístico.

Venda de pauta (pauta paga): a **Alma Preta** vende conteúdo para outros canais de comunicação e organizações parceiras como parte do modelo de negócios da Agência. A venda de pauta passa pelo diálogo e alinhamento entre a organização compradora e a **Alma Preta**. Os conteúdos

podem ser feitos nas diversas plataformas e formatos desenvolvidos pela equipe. Quando o material for publicado, é preciso que tenha a identificação da autoria da agência de notícias.

Vida pessoal: as profissionais da **Alma Preta** não devem envolver o trabalho e questões pessoais e nunca usar a posição de jornalista para obter vantagens ou para sustento de seus próprios interesses. A integrante da equipe deve carregar os princípios éticos da profissão e da **Alma Preta** para os espaços de sociabilidade e não reproduzir violências sistêmicas.

Vínculo político: o termo refere-se às pessoas que têm vínculos com instituições, correntes partidárias e organizações de cunho político. A **Alma Preta** entende que é permitido à profissional estabelecer vínculos dessa natureza, que não devem ter conflitos de interesse com a atividade jornalística desempenhada na Agência.

TÉCNICAS





O jornalismo é uma ciência social aplicada e cumpre um papel importante para a vida cotidiana: o de informar. Por compor uma área do conhecimento e para atingir os objetivos da profissão, o jornalismo desenvolveu um arcabouço de técnicas.

A repórter da **Alma Preta**, para além do conhecimento sobre a história da Imprensa Negra e do compromisso ético, precisa dominar as técnicas jornalísticas para garantir a execução do trabalho. Apenas dessa maneira a equipe editorial poderá produzir notícias para denunciar as situações de violência sofridas pela população negra e transformar a realidade.

A **Alma Preta**, contudo, propõe uma utilização crítica das técnicas do jornalismo e estimula a equipe de redação à reflexão contínua do trabalho cotidiano. Para tanto, o **Manual de Redação** elenca uma série de conceitos e termos técnicos e a forma como estes devem ser encarados na redação da Agência.

Adjetivo e advérbio: A repórter da **Alma Preta** deve evitar a utilização de adjetivos e advérbios nas reportagens. A descrição do fato e a angulação da pauta dão conta de apresentar a linha editorial da **Alma Preta**. Opiniões, qualificações ou posicionamentos ficam para as fontes.

Agência de jornalismo: É uma empresa jornalística especializada em produzir e difundir notícias. A **Alma Preta**, por exemplo, é uma agência de jornalismo especializada na temática racial, cujo objetivo é construir um novo formato de gestão de processos e pessoas através do jornalismo qualificado e independente.

Apuração: Apuração é o trabalho jornalístico por excelência. Trata-se da coleta e checagem de informações. Com a pauta aprovada com as editoras (ver verbete “Pauta”, na seção Técnicas, deste **Manual de Redação**), o segundo passo é a apuração, etapa do processo em que todo o conteúdo é coletado e que exige toda a dedicação da jornalista. Quanto maior o foco, maiores são as chances de a investigação ser fidedigna e sem erros. Para auxiliar nesse processo, algumas informações são necessárias:

Siga a pauta, mas não se prenda: A pauta funciona como um guia no processo de apuração e é importante respeitá-la até para não se perder nas diversas informações coletadas. Entretanto, a jornalista da **Alma Preta** deve ter em mente que a pauta pode sofrer mudanças durante a apuração. Ao investigar um assunto, evidentemente, novas informações serão descobertas e poderão alterar a ideia inicial.

Cheque os fatos: A apuração sempre tem que estar associada à checagem das informações. Uma boa jornalista é aquela que tem dúvidas e perguntas. As dúvidas guiam e instigam a

busca por respostas. A criticidade nessa etapa é fundamental para resultar em um conteúdo preciso.

Mantenha contato com a editora: Jornalismo não se faz individualmente. A troca com outros profissionais favorece a construção de uma boa reportagem. Nesse sentido, a jornalista da **Alma Preta** deve ter em mente que o papel da edição também é o de apoiar a apuração e oferecer novas perspectivas sobre o fato.

Análise de conjuntura: Exercício de reflexão sobre o que está acontecendo por meio de diversos elementos em um dado momento e suas condições políticas, econômicas, sociais e territoriais. É fundamental e recomendado que a Agência e suas profissionais façam, periodicamente, análises de conjuntura de maneira coletiva com intelectuais, ativistas e outras pessoas que tenham um relevante conhecimento local, nacional ou internacional. Essas análises são essenciais não só para a construção de editoriais, mas também para que todas as produções da **Alma Preta** possam bem contextualizar a realidade e transmitir as informações de forma nítida.

Análise crítica: A construção narrativa dos textos da Agência deve ser feita a partir da análise crítica dos fatos. É papel da jornalista da **Alma Preta** explicar nos textos o que motiva a ocorrência dos acontecimentos noticiados e como esses fatos afetam a população negra.

Aspas: Sinal gráfico que indica citação de algo externo ao texto. As aspas devem ser utilizadas sempre que se fizer referência a falas de fontes durante o texto. Em casos em que se escolha destacar alguma citação relevante, as aspas podem ser utilizadas.

Exemplo:

“Nada vai trazer minha filha de volta”, lamenta Elizângela, mãe de Lorena Muniz (Alma Preta | Acesso em 17/03/21 às 17h55).

Assessora de imprensa: Profissional contratada ou colaboradora de uma empresa, órgão público, movimento social ou qualquer coletividade que atua como interlocutora do grupo com a imprensa. É a responsável por confirmar informações, enviar posicionamentos oficiais e pode ser a porta-voz da instituição em questão. As jornalistas da **Alma Preta** devem construir boas relações com assessoras de imprensa, no sentido de se aproximarem, sobretudo, de autoridades públicas importantes para pedidos de posicionamento e sugestões de pauta. Entretanto, repórteres da Agência devem manter a criticidade nessas relações considerando que as assessoras de imprensa têm um compromisso com suas assessoradas, o que nem sempre vai de acordo com a linha editorial da **Alma Preta**. Além disso, em relação aos movimentos sociais, as repórteres devem ter em mente que a Imprensa Negra não é porta-voz deles, mas atua conjunta-

mente para a criação de uma sociedade antirracista.

Audiovisual: Linguagem de comunicação que reúne elementos visuais e sonoros, resultando em um material que pode ser visto e ouvido simultaneamente. Os exemplos tradicionais de mídias audiovisuais são o cinema, a televisão e os mais diversos vídeos disponíveis na internet. A **Alma Preta** utiliza o audiovisual para atividade jornalística por meio da produção de vídeos e podcasts. A Agência entende que o audiovisual pode valorizar a oralidade, aspecto ancestral das populações negras, e tem o poder de registrar os saberes das mais velhas, pessoas negras que nem sempre puderam ou quiseram registrá-los por meio da escrita letrada, ou entenderam que a escrita não é capaz de transmiti-los completamente.

Bases de dados: Também conhecida como banco de dados, são conjuntos de arquivos estruturados em um determinado modelo. Essas bases de informação permitem a utilização de ferramentas de busca para obter dados relevantes e possibilitam o cruzamento de informações com outros bancos. (Ver verbete Dados, na seção Técnicas, deste **Manual de Redação**).

Cobertura: Atividade do repórter ou equipe de reportagem no local de um acontecimento para acompanhar o desdobramento do fato. Trabalho de apuração de um acontecimento no local de sua ocorrência para transformá-lo em notícia. Pode

ser também um termo utilizado para se referir ao trabalho jornalístico sobre determinada área, como cobertura esportiva ou política.

Composição fotográfica: Combinação de elementos de uma fotografia ou filmagem. A composição organiza todos os elementos captados e permite à fotógrafa ou cinegrafista destacar o que de fato quer chamar a atenção com o seu material. Para a **Alma Preta**, a composição fotográfica é tão importante para o registro audiovisual como para a fotografia.

Contato com a equipe de reportagem: A edição da **Alma Preta** é responsável por acompanhar o dia a dia da equipe. O contato constante com as repórteres permite à editora direcionar o tipo de reportagem que cada uma irá fazer de acordo com as suas habilidades, extraíndo, assim, o melhor da redação. Durante a produção da reportagem, a editora deve manter-se em diálogo com as repórteres a fim de tomar conhecimento sobre as investigações e poder contribuir com novas percepções.

Crachá de imprensa: Documento de identificação da profissional de imprensa com o nome da pessoa e nome do veículo de comunicação ou agência em que trabalha. É aconselhável que a repórter se registre na Secretaria do Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia, e busque o MTB, registro oficial do profissional de imprensa, acrescentando essa informação ao crachá de imprensa. A

Alma Preta não obriga a equipe a ter o MTB, mas aconselha todas as profissionais a buscarem o documento e pede para que as jornalistas utilizem o crachá em coberturas externas.

Crédito: Também conhecido como crédito de autoria, são os devidos reconhecimentos ao criador de uma fotografia, uma ilustração, uma pintura, uma música ou qualquer outra obra audiovisual. Quando um material não é de autoria própria, é importante atribuir o crédito ao seu criador como uma maneira de respeitar seus direitos autorais. Na **Alma Preta**, os créditos podem ser dados antes do início do texto, se for uma imagem de capa, abaixo das imagens, na descrição da legenda, e nas plataformas digitais, em casos de fotos e vídeos publicados.

Critério de noticiabilidade: Conjunto de componentes que definem quais acontecimentos podem ser considerados significativos e determinantes para que um dado assunto ou ação seja convertido em uma notícia. Um outro fator que deve ser levado em consideração no critério de noticiabilidade é o público-alvo e a linha editorial do veículo em que aquela notícia será veiculada. Para a **Alma Preta**, o principal critério é o impacto do fato sobre as pessoas negras. Outros critérios relevantes para avaliar a cobertura do acontecimento são a proximidade temporal do ocorrido, a novidade do fato ou furo, o envolvimento com figuras importantes, entre outros. Alguns dos critérios da Agência de notícias são:

Utilidade Pública: Informações com a característica de serviço podem interessar para a **Alma Preta**. Dados sobre vacinação, sobre como acessar um direito, reportagens de cunho explicativo podem interessar à mídia negra.

Relevância do fato: Fatos de grande relevância para a sociedade interessam à cobertura da **Alma Preta**. As pautas devem responder ao interesse público e acontecimentos como pandemia, chacina, eleições, entre outros, são decisivos para a vida do povo negro.

Geografia do fato: A **Alma Preta** se propõe a fazer uma cobertura nacional a partir de uma equipe espalhada pelo Brasil. Apesar disso, as dimensões geográficas do país limitam o alcance e fazem a Agência priorizar acontecimentos nos estados onde há jornalistas. Acontecimentos em países africanos e na diáspora também interessam à **Alma Preta** (Ver África e Diáspora, na seção Como Cobrimos?, deste **Manual de Redação**).

Temporalidade do fato: Fatos recentes podem gerar boas pautas para a **Alma Preta**. Lembre-se de que a imprensa negra não precisa dar a mesma reposta de cobertura da imprensa corporativa, que tem uma infraestrutura completa. A velocidade, contudo, não é a única qualidade temporal. A repórter pode

procurar datas comemorativas para investigar e recordar acontecimentos do passado. Fatos históricos da luta do movimento negro interessam à **Alma Preta**.

Ineditismo: Fatos inéditos são um forte critério de noticiabilidade da **Alma Preta**. Conhecidos na profissão como furo jornalístico, esses acontecimentos podem ter grande interesse público. A jornalista da equipe deve procurar furos de reportagem.

Personalidades: Acontecimentos ligados a pessoas importantes para a comunidade negra no Brasil e no mundo podem fomentar boas pautas. No entanto, atente-se para cobrir essas pessoas a partir do interesse público e não do interesse do público. (Ver verbete Interesse Público e Interesse do Público na seção A Ética do Jornalismo é a Ética dos Direitos Humanos, deste **Manual de Redação**)

Temas: Alguns temas têm mais aceitação para a equipe editorial da **Alma Preta**. A Agência tem a característica de cobrir assuntos ligados à política e à segurança pública. Isso não descarta os demais temas, mas fatos relacionados a essas áreas têm maior força para serem aceitos na reunião de pauta. Meio ambiente, cultura e religião também são consideradas centrais para a **Alma Preta**.

Dados: Dados são informações, não necessariamente numéricas, qualitativas ou quantitativas. Como uma sequência de informações, os dados precisam de contexto para se encaixarem na realidade e fazerem sentido para a repórter e o público. Ao processar informações, a jornalista da **Alma Preta** deve apresentá-las com uma contextualização e/ou uma interpretação. Exemplo de algumas perguntas para se guiar: O que está por trás dos dados? Qual o contexto em que esses dados estão inseridos?

Decupagem: Processo em que um material audiovisual é transcrito, dividido e planejado em planos e sequências, de acordo com o conceito pré-idealizado. O processo é feito na pós-produção, quando o material é apurado e suas particularidades são registradas para criar uma narrativa coerente com o estruturado previamente no roteiro. A **Alma Preta** exige um processo de decupagem detalhado, com o acréscimo da minutagem da fala ao longo da transcrição. Em caso de dúvidas, vale sinalizar que o trecho está inaudível e buscar uma terceira pessoa para tentar entender a mensagem. A decupagem para a **Alma Preta** é um processo importante para o desenvolvimento do trabalho.

Direito de imagem: Direito assegurado pela Constituição Federal Brasileira de que todo cidadão pode ter a sua imagem e voz preservadas e respeitadas. Esse direito pode ser aplicado em qualquer representação fiel dos aspectos físicos de um indivíduo, independentemente de o material ser uma

fotografia, retrato, pintura ou gravura. O direito de imagem de uma pessoa é inviolável, sendo sempre necessário uma autorização antes de uma reprodução de sua imagem. Em casos de interesse público, essas exigências não são obrigatórias. A **Alma Preta** deve priorizar o pedido de concessão de direitos de imagem para as entrevistadas no audiovisual, que pode ser concedida de maneira falada para a câmera. Em situações de tensão ou interesse público, não há necessidade. Para entrevistas em texto, em que a pessoa está ciente sobre o lugar em que o conteúdo será publicado e a jornalista se apresentou como tal, não há necessidade de pedir autorização. A permissão foi concedida ao estar de acordo em conceder a entrevista.

Edição: O processo de edição consiste no refinamento da reportagem. Sendo assim, o papel da editora da **Alma Preta** é ser a primeira leitora do texto noticioso e, conseqüentemente, a primeira crítica. A edição não pode ser reduzida à correção textual e deve ser entendida como um processo de procura dos chamados “buracos” e de questionamento da repórter acerca de possíveis erros de apuração. Para que esse processo seja eficaz, a profissional deve ter amplo conhecimento sobre a linha editorial da **Alma Preta**. Para isso, algumas orientações são oferecidas a fim de facilitar a execução do trabalho:

Respeitar diretrizes da pauta: A editora da **Alma Preta** deve zelar e ter em mente os encaminhamentos estabelecidos nas pautas sim-

ples e as hipóteses levantadas nas pautas de reportagens;

Disposição das informações: Com o conhecimento da pauta, a editora tem propriedade para analisar a hierarquia com que as informações são descritas no texto, com o intuito de apresentar um conteúdo que desperte interesse da leitora;

Checagem: Durante a escrita, algumas informações passam despercebidas. Dessa forma, cabe à editora revisar e checar nomes das fontes, idade, atribuição, dados, etc. Durante a produção da notícia, a repórter deve compartilhar a pesquisa numérica e as análises com a editora. Os infográficos também devem ser checados.

Revisão textual: A editora deve atentar-se à repetição de informações, incoerência dos dados, tempo verbal, adjetivação e adverbiação. Cada palavra possui um sentido denotativo e conotativo e, dessa forma, a editora da **Alma Preta** deve exigir precisão textual em todas as produções.

Sugestão de mudanças: Ao apresentar sugestões no texto, a editora deve discuti-las com a repórter.

Análise do conteúdo imagético: A editora deve refletir sobre o conteúdo informativo nas imagens e as legendas e preocupar-se sempre com os parâmetros de qualidade de áudio, vídeo, fotos e gráficos da **Alma Preta**.

Retornos: Ao finalizar uma edição, a editora deve compartilhar a sua opinião sobre as matérias com a equipe para possibilitar um aprendizado da repórter e da redação.

Editoria: São as seções especializada do veículo jornalístico. Na **Alma Preta**, as editorias são Cotidiano; Política; Cultura; Quilombo; África & Diáspora; Alma Pretinha; Clima e Meio Ambiente; e Segurança (Para conferir a descrição de cada uma dessas editorias, leia, na Apresentação deste **Manual de Redação**, a seção As Editorias).

Enquadramento (enfoque da pauta): Ato de ajustar e definir limites sobre determinado assunto para permitir maior enfoque no desenvolvimento da pauta. A repórter da **Alma Preta** deve discutir o enquadramento da reportagem com a edição e partir para a apuração de maneira mais focada. No entendimento da Agência, um enquadramento bem definido contribui para a publicação de uma boa reportagem.

Enquete social: Método de escuta de opiniões a partir de entrevistas em sequência com cidadãos

em espaços públicos e populares. Geralmente, as enquetes sociais são focadas em expor a opinião de segmentos do povo sobre um determinado assunto relacionado a toda uma comunidade ou população. Temas sociais, políticos e econômicos são recorrentes na coleta dessas informações. A **Alma Preta** utiliza essa técnica em determinados momentos por meio da linguagem audiovisual. A Agência opta por registrar locais da periferia e questionar as pessoas sobre temas sensíveis e delicados. A edição do material deve cortar possíveis posições racistas, machistas, LGBTQIAP+fóbicas, entre outras e, se avaliar importante publicar, optar por um tom abertamente crítico.

Fechamento: Etapa do processo de edição em que os trabalhos são encerrados. Depois do fechamento não há mais revisão do texto e a edição é enviada para a gráfica. No caso da **Alma Preta**, é enviada para a publicação no site e depois para circulação nas redes sociais.

Fontes⁴: A fonte é a portadora da informação e é essencial para a apuração de uma reportagem. Pode ser uma pessoa, falando por si ou por um

⁴Para fontes oficiais e oficiosas, ver Laje, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. Para fontes não-oficiais e disruptivas, ver Borges, Pedro; Oliveira Dennis; Oliveira, Nathalia. Narrativas brancas, mortes negras: Análise da cobertura da Folha de S. Paulo sobre os massacres nos presídios em Manaus, Boa Vista e Natal - Janeiro 2017. São Paulo, 2018

grupo, documentos escritos ou audiovisuais e ainda bases de dados. Na **Alma Preta**, parte-se da interpretação de que o material coletado nas apurações não deve vir apenas de fontes oficiais e documentos institucionais. As histórias das pessoas ouvidas pela Agência também devem ser encaradas com a mesma importância e responsabilidade que os dados e informações vindos de fontes especializadas ou oficiais. Essa perspectiva permite ouvir, respeitar e valorizar diferentes pontos de vista e vivências. Deve-se sempre citar as fontes, sejam elas oficiais ou não, a menos em casos em que a citação pode colocar vidas em risco.

Tipos de fontes:

Oficial: Fonte que representa instituições primárias do Estado ou governo, como as advindas do poder público. Exemplo: Presidente da República, Ministra, Governadora, secretária, diretora de presídio. Essas fontes falam em nome do Estado e são imprescindíveis para a composição dos conteúdos realizados pela **Alma Preta**, uma vez que a checagem de informações com o Estado é essencial para que o jornalismo exerça sua função social.

Oficiosa: Fonte que compõe o Estado ou governo, mas não fala em nome destes. Apesar disso, o posicionamento dessa fonte é importante para relatar denúncias e informações vitais para o trabalho da Agência. Exemplos:

agente penitenciário, servidor público e policial militar.

Não oficial: Fonte advinda da sociedade civil e que não representa instituições públicas ou privadas, organizações ou coletivos. Corriqueiramente, essa fonte chega a **Alma Preta** como vítima de violência, alvo de agressão ou ameaça.

Disruptivas: Fonte que apresenta uma posição de rompimento com a lógica hegemônica. É a pessoa que apresenta o pensamento crítico e reflexivo sobre aquilo que é colocado pela sociedade e as fontes oficiais e oficiosas, como movimentos sociais, pesquisadores e militantes. O Movimento Negro é, por exemplo, um agente disruptivo da sociedade.

Fotografia: Elemento narrativo importante para a Imprensa Negra, a fotografia exige o cuidado com a técnica na captação de imagens. Retratar pessoas negras com a luz adequada, com respeito ao tom de pele de cada indivíduo, é parte de um projeto técnico, de produção de imagens de qualidade, e também editorial, de busca por uma nova forma de representação dos sujeitos negros. A fotografia na **Alma Preta** combate a banalização de imagens violentas de pessoas negras, não reproduz imagens e estereótipos de uma periferia miserável e almeja a construção de uma narrativa positiva sobre o negro e o periférico. A equipe edi-

torial, contudo, não foge do dever de retratar situações de violência ou desigualdade. Cabe também às profissionais da fotografia uma busca constante pelo aperfeiçoamento das técnicas da área.

Gêneros e formatos

Nota

Texto informativo mais curto, em que não é obrigatório ter citação de entrevistadas. Esse tipo de texto pode ser utilizado para abordar fatos de grande impacto e temas quentes, mesmo quando ainda não existirem grandes detalhes. Publica-se uma nota para que as pessoas recebam uma informação rápida quanto a um acontecimento de interesse público. O grande desafio está na checagem e no cuidado para se evitar precipitações. Também pode ser usado para fornecer informações de serviços ou de agenda cultural. As notas devem ser assinadas pela repórter e editora responsável.

Notícia

Texto informativo com, pelo menos, uma entrevistada, e com informações melhor apuradas, detalhadas e confirmadas. Os textos noticiosos devem privilegiar a construção da pirâmide invertida (ver verbete Pirâmide Invertida, na seção Técnicas, deste **Manual de Redação**) e as notícias devem ser assinadas pela repórter e editora responsável. É aconselhado que as jornalistas proponham elementos audiovisuais, fotos e/ou vídeos para suas

matérias. As imagens também devem ser creditadas com o nome da fotógrafa ou os locais de onde foram retiradas.

Reportagem

Texto informativo com mais de duas entrevistas. A reportagem deve fornecer informações mais aprofundadas que podem partir da notícia publicada anteriormente, mas com o objetivo de fazer a contextualização e trazer as razões e efeitos do que está sendo noticiado. A repórter pode ter mais tempo e mais espaço para produzir a reportagem, devendo, inclusive, incrementá-la com materiais multimídia, como vídeos, fotos e áudios. As reportagens costumam ter um prazo de importância mais duradouro do que as notícias e notas e também podem ter uma construção mais criativa, para além do padrão da pirâmide invertida. Os textos também devem ser assinados pela repórter e editora responsável.

Artigo de opinião

Texto opinativo, que busca fornecer um posicionamento de uma especialista ou de uma jornalista sobre um determinado assunto. Artigos de opinião devem ser construídos em cima de argumentações e podem ser feitos de forma mais criativa, para além da pirâmide invertida. Devem ser assinados somente pela autora. As imagens também devem ser creditadas com o nome de suas fotógrafas ou dos locais de onde foram retiradas. Os textos podem ser feitos por colaboradoras eventuais e não necessariamente refletem a opinião da **Alma Preta**.

Editorial

Texto opinativo que reflete o posicionamento da Agência sobre um determinado assunto. Não deve ser assinado, pois revela a opinião geral do veículo de comunicação. As imagens devem ser creditadas com o nome de suas fotógrafas ou dos locais de onde foram retiradas. O editorial deve ser escrito com base em argumentação e oferecer informações contextualizadas e/ou, também, análises de conjunturas locais, nacionais ou internacionais. Esse formato de texto possibilita que a **Alma Preta** mantenha sua conduta e linha editorial transparentes diante de suas produções.

Box

Texto menor que aparece entre parágrafos ou dentro de uma caixa de informação, na lateral da diagramação. O objetivo desse conteúdo é oferecer uma informação extra como forma de complementação para a matéria. O termo, por ser um jargão jornalístico, não deve ser utilizado de maneira direta com a leitora do conteúdo e deve ficar para os bastidores da redação. O indicado é escrever “leia texto ao lado (ou abaixo)”.

Coluna

Seção de jornal ou revista, assinada ou não, que trata de temas ligados a uma editoria ou seção. Existem colunas nas seções ou editoriais de política, economia, artes, agricultura, esportes, etc. Muitas vezes, uma nota em uma coluna de prestígio repercute mais do que uma reportagem no mesmo veículo. Na **Alma Preta**, as colunistas pu-

blicam textos em “O Quilombo” sobre os mais diversos temas.

Gráfico: Representação geométrica baseada em um conjunto de dados. O gráfico dentro do jornalismo é utilizado como um elemento visual para facilitar a compreensão de informações e dados previamente apurados. No jornalismo de dados, por exemplo, essa representação pode aparecer com o nome de infográfico, textos visualmente explicativos e informativos acompanhados de elementos não verbais. A **Alma Preta** se utiliza de infográficos, sobretudo em reportagens com muitos dados, como uma forma de contribuir com a compreensão do público leitor. Os infográficos devem ser simples e conseguir transmitir as informações de uma maneira simples, direta, mantendo a identidade visual da Agência.

Hiperlinks: Palavra ou frase destacada em um texto, com um link que direciona o leitor para outra página web, com informações complementares sobre a palavra ou frase. Durante o texto, é recomendado que haja hiperlinks tanto para páginas internas da Agência, com outras publicações relacionadas ao assunto abordado, quanto para páginas externas, com publicações de outros sites ou vídeos e áudios que tragam conteúdos relacionados. Isso permite que a leitora possa encontrar novas possibilidades de estudo, explorar conteúdos associados e ir a outros materiais sobre o assunto. Além disso, é uma das estratégias impor-

tantes de SEO, que auxilia no ranqueamento do website nas ferramentas de busca.

Ilustração: Imagem no formato de desenho ou colagem utilizada como imagem de capa ou corpo de uma matéria, ou para redes sociais. Desenho criativo com intuito de atrair a leitora para o conteúdo e as plataformas da **Alma Preta**. Nas ilustrações, a **Alma Preta** tem o objetivo valorizar a cultura e a estética negras, o que impossibilita a publicação de desenhos com traços depreciativos desse segmento populacional. Durante o processo de produção, a área de design recebe os briefings (linguagem, tema, sugestões de imagem e prazo de entrega) da redação, geralmente escrito pela própria repórter. Para além do briefing, há uma conversa entre designer e repórter para alinhar a ideia da ilustração e depois uma checagem para verificar se o desenho responde aos desafios editoriais.

Intertítulo: É um recurso que busca tornar as matérias mais agradáveis e leves, fazendo uma separação de blocos de texto dentro da notícia. O intertítulo também ajusta a dinâmica do texto e ajuda na coerência e coesão dos conteúdos. Por exemplo, quando se faz uma mudança de assunto na reportagem, um intertítulo é uma boa pedida para que se explique à leitora a quebra de abordagem.

- a** Intertítulo precisa ter no máximo uma linha e pode ser uma palavra ou uma frase.

- b** O intertítulo deve oferecer uma informação que ajude o público a saber o que será abordado na próxima parte do texto.
- c** Não deve ter ponto final.

Exemplo:

(Intertítulo) *Falta rede de apoio e boa remuneração*

(Texto seguinte) *“Quando você é uma mulher negra, que não tem grana e está na periferia, como você vai criar uma rede de apoio ou pagar um cuidador?”, questiona a designer Letícia Carvalho, ativista da Rede Mulheres Negras de Pernambuco. (Alma Preta | Acesso em 17/03/21 às 18h23)*

Jargões jornalísticos: O jornalismo possui algumas palavras específicas da profissão que são denominadas jargões jornalísticos. Para facilitar o trabalho da jornalista da **Alma Preta**, os conceitos mais utilizados pela Agência e seus respectivos significados foram listados abaixo.

Breaking news

Termo em inglês traduzido como ‘Últimas Notícias’. Consiste em uma informação quente e extraordinária, como o falecimento de uma figura importante ou decisões judiciais. Geralmente, a programação é interrompida para a transmissão da notícia.

Citação

Consiste em uma ferramenta textual para que a jornalista dê credibilidade ao que escreveu. Geralmente, é utilizada para transmitir trechos de entrevistas e documentos oficiais. Existem quatro tipos de citação:

- 1 De forma indireta:** Segundo o presidente da Caixa Econômica Federal, Mário Lobo Vieira, os saques na Poupança nunca foram tão altos no Brasil.
- 2 Direta:** “os saques na Poupança nunca foram tão altos no Brasil”, afirma o presidente da Caixa Econômica Federal, Mário Lobo Vieira.
- 3 Mista:** o presidente da Caixa Econômica Federal, Mário Lobo Vieira, afirma que “os saques na Poupança nunca foram tão altos no Brasil”.
- 4 Com aspas e destaque do repórter** – “os saques na Poupança nunca foram tão altos no Brasil”, afirma o presidente da Caixa Econômica Federal, Mário Lobo Vieira. Ele destaca que a entidade deverá tomar medidas para reverter o resultado negativo, como aumentar a remuneração para atrair novos poupadores. Atualmente, a Poupança rende 0,5% ao mês mais a variação da TR.
 “A Caderneta de Poupança é muito importante para o desenvolvimento do país, pois é o principal mecanismo de fomento do Governo Federal para a aquisição da casa própria”, acres-

centa a autoridade.

Observe: nesse quarto item temos informações acrescentadas pelo repórter: “A Poupança rende 0,5% ao mês mais a variação da TR”.

Clipagem

Serviço de apuração, coleção e fornecimento de recortes de jornais/revistas fornecidos ao interessado/arquivado. É um serviço costumeiro de assessoras de imprensa. A **Alma Preta** presta serviços de comunicação para parceiros e a clipagem pode ser um dos trabalhos demandados.

Coletiva de imprensa

Entendida também como ‘entrevista coletiva’, é um evento midiático em que uma assessoria de imprensa convida jornalistas para apresentar alguma informação, frequentemente abrindo espaço para que as repórteres façam perguntas sobre o assunto.

Deadline

No jornalismo, o termo significa o último prazo para que uma reportagem ou edição seja concluída.

Embargo

Comumente usado na redação como adjetivo (“embargado”), trata-se de um conteúdo cuja publicação depende de autorização da Direção do veículo jornalístico. Geralmente, são pesquisas ou informações oferecidas em primeira mão aos jornalistas para análise e divulgação posteriores à data determinada.

Fake news

A tradução literal do termo é notícia falsa. Comumente é utilizada para descrever situações em que a notícia retratada é falsa ou quando alguma informação descontextualizada é disseminada com o objetivo de desinformar. Segundo a UNESCO, o termo é utilizado de forma incorreta no campo jornalístico, uma vez que “notícias significam informações verificáveis de interesse público, e as informações que não atendem a esses padrões não merecem o rótulo de notícias. Nesse sentido, então, a expressão “notícias falsas” é um oxímoro (que exprimem conceitos contrários) que se presta a danificar a credibilidade da informação que de fato atende ao limiar de verificabilidade e interesse público – isto é, notícias reais”.

Feature

Gênero jornalístico que vai além do caráter factual e imediato da notícia. Opõe-se a “hard news”, que é o relato objetivo de fatos relevantes para a vida política, econômica e cotidiana. Um “feature” aprofunda o assunto e busca uma dimensão mais atemporal. Define-se pela forma, não pelo assunto tratado. Pode ser um perfil, uma história de interesse humano, uma entrevista.

Foca

Termo pejorativo utilizado para caracterizar a jornalista iniciante. A equipe da **Alma Preta** deve evitar a palavra.

Furo

É a informação relevante de uma matéria jornalística publicada com exclusividade pelo veículo jornalístico.

Gancho

Circunstância que faz um fato ter um potencial jornalístico para gerar publicações sobre o assunto.

Hard news

É o jornalismo factual, diário, voltado a cobrir os acontecimentos do dia. Suas publicações são consideradas matérias quentes. O contrário dessa forma de produção são as matérias frias, que independem da atualidade para serem divulgadas.

Manchete

É o título principal que indica a notícia mais importante do jornal. Existe a manchete principal do jornal (na primeira página), assim como a manchete de cada caderno, seção ou página. Onde encontrar: a manchete é sempre aquela que vier graficamente com maior destaque, ou que tenha letras mais carregadas na tinta. A **Alma Preta** trabalha com a capa ou abre do site, primeira reportagem a ser vista por quem visitar o endereço virtual da Agência.

Ombudsman

De origem sueca, o termo significa representante das cidadãs. Na imprensa, é utilizado para determinar a representante das leitoras dentro de um

veículo jornalístico. A função dessa profissional é receber, investigar, encaminhar as queixas das leitoras, realizar críticas internas referentes às publicações do veículo.

Olho

Frase destacada sob o título ou no meio de uma matéria.

Pingue-pongue

Formato de entrevista com uma intelectual ou ativista em que as perguntas e respostas são divulgadas em forma de discurso direto. Junto à entrevista, deve ser precedido um texto introdutório com a declaração de maior impacto, os dados sobre a entrevista (data em que foi feita, local e etc.) e as principais abordagens sobre o assunto.

Retranca

Termo que identifica um texto. “Vacinação” pode ser uma retranca que identifica um texto sobre o Plano Nacional de Vacinação (PNI) brasileiro. O ideal é que a retranca tenha apenas uma palavra.

Soft News

Jornalismo que trabalha com notícias mais leves e frias, normalmente envolvendo saúde, comportamento, entretenimento, etc.

Suíte

Palavra do francês que significa série, sequência. No jornalismo, refere-se à reportagem que explo-

ra os desdobramentos de um fato que foi notícia anteriormente no veículo jornalístico. As suítes tem como objetivo atualizar as informações sobre determinado tema.

Toques

Número limite de caracteres (letras, espaços em branco e sinais ortográficos) capazes de caber numa linha de título, legenda, sutiã ou olho.

Vazamento

Informação que escapa ao controle da fonte responsável pelo seu sigilo e chega aos meios de comunicação. A jornalista da **Alma Preta** deve ter em mente que, às vezes, é do interesse da fonte “vazar” a informação, o que exige uma apuração refinada.

Vender a pauta

Espaço durante a reunião de pauta, com a equipe do jornal, em que a jornalista pode sugerir determinado tema ao editor.

Legenda: Descrição técnica e objetiva sobre uma fotografia, ilustração ou infográfico. Não é uma descrição interpretativa, mas uma descrição sobre os elementos da imagem, com informações complementares, como o nome de pessoas, lugares ou datas. As legendas devem trazer informações sobre o assunto noticiado e/ou descrever o que e/ou quem está na imagem, evitando descrições óbvias. O que está posto na legenda também deve estar presente durante o texto para que a infor-

mação não fique solta na matéria ou gere dúvidas. Não apenas as imagens devem ter legendas, como também as ilustrações, os infográficos, as tabelas e quaisquer outros recursos visuais a serem utilizados, caso essas informações já não se encontrem dentro do próprio recurso visual.

- a** Não coloque ponto final. Exemplo: *Um cortejo pelas ruas da comunidade onde Guitinho cresceu despertou aplausos por onde passou*
- b** É recomendado que as legendas não ultrapassem uma linha de texto.
- c** Sempre que possível, faça legendas com verbo no presente do indicativo.
- d** Não faça conclusões injustificadas nas legendas, como associar a expressão de uma pessoa a susto ou medo quando não comprovado.
- e** Coloque na legenda os créditos das imagens ou as fontes dos dados disponíveis em mapas e infográficos. Exemplo: *Foto: Divulgação/Bongar (criação própria); Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (criação própria).*

Lide: o lide (em inglês, lead) são as informações colocadas na abertura da matéria com os principais dados de um acontecimento, normalmente apresentados em ordem de importância. O lide da **Alma Preta** deve responder, nos primeiros parágrafos da notícia, às perguntas o quê, quem,

quando, onde, como, por quê e consequência. As respostas devem estar de acordo com a linha editorial da Agência e devem ser organizadas de maneira a contribuir com o entendimento da notícia por parte da leitora.

Literatura: São considerados textos literários as crônicas, contos, romances, HQs, etc. São textos que se utilizam de técnicas de linguagem de maneira criativa e que estimulam o pensamento lúdico e reflexivo nas leitoras. A Imprensa Negra sempre foi um espaço de divulgação de obras e escritores da literatura. A jornalista da Imprensa Negra deve dar espaço para textos literários e também, sempre que possível, divulgar eventos, obras e pessoas negras da literatura para assim romper com o projeto de epistemicídio em vigor.

Linha fina: também chamada de linha de apoio, é um complemento às informações contidas no título da matéria. Pode trazer informações que não estão no título, mas que também fazem parte dos destaques e dos critérios de noticiabilidade escolhidos para o conteúdo jornalístico. Em suma, a linha fina oferece mais elementos relevantes sobre o que a leitora vai encontrar no texto. Esse recurso também tem a missão de instigar as pessoas a acessarem e lerem a matéria no site da **Alma Preta**.

- a Evite transformar a linha fina em apenas uma repetição do que está no título.

- b** A linha fina pode ter mais caracteres que o título, mas, ainda assim, deve se manter breve, com no máximo quatro linhas.
- c** Evite colocar ponto final, reticências e ponto de exclamação na construção da linha fina.
- d** Um desafio da construção da linha fina é torná-la provocante e com a possibilidade de engajar o público a acessar o site da Agência ou a interagir nas redes sociais da **Alma Preta**. A jornalista pode utilizar esse recurso para dizer, por exemplo, que a produção jornalística, em alguma medida, vai responder os “porquês” e, talvez, os “comos” de um determinado assunto.

Exemplo

(Título) *Homens brancos e de classe média são público alvo da flexibilização do armamento*

(Linha-fina sem perguntas a serem respondidas) *A análise é da gerente de projetos do Instituto Sou da Paz; presidente Jair Bolsonaro alterou, mais uma vez, decretos de compra, porte e posse de armas no país (Alma Preta | Acesso em 17/03/21 às 18h20)*

(Linha-fina com uma pergunta: “quais são os impactos?”) *A análise da gerente de projetos do Instituto Sou da paz destaca os impactos de alterações de Jair Bolsonaro nos decretos de armas (criação própria)*

- e Assim como no título, evite palavras rebuscadas, clichês, adjetivos, advérbios e julgamentos de valor.
- f Também escolha construções na ordem direta (sujeito - verbo - complemento), sem intercalações.

Exemplo:

(Título) *Bolsonaro mente ao falar de apoio a comunidades tradicionais, diz ambientalista*

(Linha-fina) *Especialistas avaliaram o discurso do presidente na Cúpula dos Líderes sobre o Clima e destacam exageros, meias verdades e informações falsas (Alma Preta | Acesso em 26/04/21 às 17h15)*

Manifestação: A cobertura de uma manifestação exige cuidados específicos. É importante que a repórter da **Alma Preta** tenha habilidade para lidar com esse tipo de situação para o desenvolvimento de uma cobertura multimídia e segura. São muitos os atos dos Movimentos Negros e das periferias, com bandeiras e reivindicações, cujas demandas são de interesse público para a **Alma Preta**.

O que levar

Antes de sair de casa, a jornalista deve conferir se está com todos os documentos de identificação pessoal (RG, CNH ou Passaporte) e profissional (Crachá de imprensa - ver verbete Crachá de Im-

prensa, na seção Técnicas, deste **Manual de Redação**).

A repórter deve se certificar de que todos os equipamentos eletrônicos estão com as baterias cheias e levar consigo um carregador para cada um dos equipamentos essenciais. Uma bateria extra avulsa para o celular deve estar na mochila. Manifestações podem se estender e exigir fisicamente da repórter. É aconselhável que a profissional coloque na sua mochila uma fruta e uma garrafa de água.

Uma mochila confortável, com bolsos laterais, é adequada para o trabalho em protestos.

Transmissão

A transmissão ao vivo por uma plataforma digital é costumeira em manifestações. Para transmitir o ato para as seguidoras da **Alma Preta**, a repórter deve estar com o celular ou a câmera carregados e ter consigo uma bateria externa de suporte para garantir a live pelo tempo pré-determinado.

A transmissão exige uma articulação com a gestão de redes sociais para não se chocar com outras publicações. É preciso planejamento para que todos os conteúdos tenham audiência.

Durante a transmissão, é fundamental colocar uma descrição para situar a seguidora sobre o assunto e o local do protesto. A repórter deve narrar e descrever o ato durante a maior parte do tempo para manter a interação com as redes. É importante que a jornalista tenha domínio do tema do ato para repassar informações para o público e assim garantir a audiência. A participação da repórter

fica mais discreta durante as falas dos manifestantes, quando o público está mais interessado em ouvir os movimentos sociais. Todas as interações com o público, como ler comentários ou responder a perguntas, são essenciais para a manutenção da audiência.

Segurança durante a cobertura

Além dos equipamentos de segurança, a repórter da **Alma Preta** deve-se atentar a possíveis conflitos. Em caso de tensão, a indicação dada para a profissional é a de se colocar sempre em um espaço lateral, fora da linha entre policiais e manifestantes. Esse ângulo permite boas imagens e aumenta a segurança da jornalista.

O que fazer se for abordado

A repórter deve comunicar a profissão ao agente de segurança e apresentar o crachá da **Alma Preta** como forma de comprovar a função de jornalista. Em manifestações, é importante estar trajado com uma camiseta ou casaco que possa identificar a pessoa como repórter. A jornalista deve questionar o policial do porquê da abordagem e negar acesso a qualquer equipamento, como câmera ou celular. Se for uma repórter mulher, deve exigir uma abordagem de uma policial mulher. Caso ocorra algum abuso, a repórter deve comunicar à direção da **Alma Preta** para que esta tome as medidas cabíveis.

Situação de confronto

Em situação de confronto entre manifestantes e

agentes de segurança, a repórter da **Alma Preta** deve priorizar a integridade física. A jornalista deve avaliar a possibilidade de registrar o conflito e, caso o entenda como de alto risco, deve se retirar e fazer as imagens à distância. Caso enxergue o embate como de baixo ou médio risco, pode se localizar na lateral, distante de qualquer linha de confronto, e fazer os registros necessários.

Apuração em ato

A repórter da **Alma Preta** deve ter a habilidade para apurar informações durante uma manifestação. A checagem pode ocorrer no próprio local, a partir dos seguintes caminhos: **1)** localização dos organizadores do ato para confirmar dados como trajeto, principais pautas, grupos articuladores, entre outras; **2)** encontro de representantes de órgãos da sociedade civil, como a OAB, para questionar sobre a existência ou não de abusos por parte do Estado; **3)** questionamento de representantes do Estado, como a polícia militar, acerca de informações como quantidade de pessoas, segurança do ato, ou mesmo excessos da corporação.

Manutenção de provas: Algumas reportagens podem trazer pós-discussões acerca do ocorrido ou contestações jurídicas. Por isso, a **Alma Preta** entende que guardar provas por um período de tempo considerável e mantê-las em um HD externo é imprescindível para garantir a resolução de possíveis problemas por parte de pessoas que alegam ter sofrido danos com informações que vieram a público pela Agência.

Multimídia: Combinação de mídias como fotografias, vídeos, sons e gráficos que, quando unidas, transmitem uma informação ou uma ideia de maneira simultânea. Todo conteúdo resultado da conversão de dois tipos distintos de mídias numa forma digital é considerado multimídia. A **Alma Preta** preza pela construção de reportagens multimídia, com a combinação de todas as possibilidades existentes na Agência, como texto, áudio, vídeo, design, entre outras. Conteúdos jornalísticos multimídia tendem a atingir, com maior sucesso, o objetivo da **Alma Preta**, de informar o público com notícias de interesse público. Os diferentes formatos conseguem aproximar pessoas de diferentes perfis e tornam a reportagem mais atraente ao público.

Nariz de cera: É um parágrafo introdutório que busca contextualizar o assunto da matéria antes do lide, ou seja, antes da apresentação específica do tema noticiado. Na **Alma Preta**:

- a** Evite nariz de cera em textos informativos e utilize apenas em textos que procuram ser mais criativos, como em matérias opinativas, analíticas, reportagens e editoriais.
- b** Sempre evite um nariz de cera muito longo para que não canse a leitora. A entrada do elemento principal da notícia deve acontecer rapidamente, mesmo que esteja mesclada com o próprio nariz de cera.

- c** Evite clichês, julgamentos de valor e palavras rebuscadas.
- d** Fuja do óbvio e procure trazer elementos de importância do ponto de vista cultural, social, histórico e filosófico. Contribua com algo que leve o público a compreender melhor o fato a ser noticiado.

Exemplo

(Título) Nova ferramenta de reconhecimento facial pretende reduzir racismo algorítmico

(Nariz de cera) O número de prisões de pessoas negras reconhecidas por crimes que não cometeram expõe a fragilidade de ferramentas utilizadas para o reconhecimento facial. Um cenário que já foi exposto em números pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP-PE) em parceria com universidades de todo o Brasil, que juntos, apresentaram um relatório da Rede de Observatórios da Segurança no final de 2019. De acordo com os dados, 90% de pessoas detidas por reconhecimento facial eram negras. De lá para cá, inúmeros casos de prisões por engano foram descobertos, o que deu notoriedade ao 'racismo algorítmico' em nível nacional.

(Lide) Como forma de aperfeiçoamento da Inteligência Artificial, uma empresa de tecnologia

desenvolveu um aplicativo brasileiro com nível de precisão de 99,84% para faces de pessoas pretas. Já em outras soluções de reconhecimento facial do mercado, esse índice varia de 75,8% a 87,5%. Chamado de “KeyApp”, a ferramenta foi desenvolvida pela startup carioca CyberLabs, empresa focada em Inteligência Artificial que usa da tecnologia intitulada NVIDIA Enterprise para aprimorar modelos de reconhecimento com ampla exatidão para todas as raças. (Alma Preta | Acesso em 26/04/21 às 22h27)

Newsletter: Boletins informativos enviados por e-mail para uma determinada lista de contatos. É utilizada pela **Alma Preta** como uma ferramenta para circular conteúdos publicados pela Agência e estabelecer um contato direto com as leitoras. Justamente por isso, a linguagem da newsletter pode ser informal e pessoal, como se estivesse sendo estabelecida uma conversa com as leitoras.

Palavra estrangeira: Palavras ou expressões de outras línguas, que não o português, utilizadas pela **Alma Preta**. As palavras estrangeiras nos conteúdos da **Alma Preta** são escritas em *índice*.

Pauta jornalística: A pauta é o início da notícia e tem como objetivo centralizar todas as informações sobre o tema a ser debatido e direcionar a apuração. Ideias para pauta estão em todos os lugares e, por isso, a jornalista, em meio a essa po-

tência de informações, deve ter um olhar atento e curioso, buscando aquilo que seja útil e essencial para as leitoras. Abaixo, segue um modelo com os principais tópicos existentes em uma pauta para a **Alma Preta**:

Tema: Assunto da notícia.

Resumo informativo: Em poucas palavras, a jornalista deve apresentar os elementos da notícia, respondendo às perguntas: o quê, quem, quando, onde, porquê, como e consequências. Ter a arquitetura geral da notícia é um passo importante para traçar a estratégia de apuração.

Contextualização: Todo assunto deve ser contextualizado. Sendo assim, neste espaço, a jornalista da **Alma Preta** deve descrever os elementos externos que impactam o desenrolar do assunto da reportagem. Além disso, também deve informar os aspectos políticos, econômicos, sociais, históricos e culturais que envolvem o fato em questão.

Enquadramento: Perspectiva a partir da qual o fato será trabalhado. Um dos desafios de uma notícia é definir o ângulo em que o fato será trabalhado. Nesse espaço, a jornalista da **Alma Preta** define qual será o enfoque da apuração (ver verbete Enquadramento (enfoque da pauta), na seção Técnicas, deste **Manual de Redação**).

Hipótese da reportagem: Consiste em uma pergunta que se faz a partir da articulação da ideia inicial. Ela é construída após elencar os elementos das notícias e validada posteriormente com as fontes. Entretanto, vale ressaltar que em nenhum momento essa hipótese deve guiar as entrevistas e neutralizar as percepções das fontes. A jornalista não deve buscar validar sua hipótese e forçar uma realidade. A jornalista da **Alma Preta** deve ter em mente que refutar a hipótese inicial pode ser tão válido quanto comprová-la. Caso a hipótese seja considerada falsa, a jornalista deve alterá-la ou mesmo abandonar a pauta.

Fontes de informação: São diversas e possuem inúmeras formas. O processo de busca por fontes, para a **Alma Preta**, é de grande valor, uma vez que pode proporcionar ricas percepções sobre o tema (ver verbete Fontes, na seção Técnicas, deste **Manual de Redação**).

Recursos: A utilização de elementos audiovisuais não são apenas detalhes ou formas de ilustrar um texto. Eles podem contribuir para o didatismo da reportagem e os recursos devem ser pensados de acordo com a proposição apresentada.

Pauta quente e fria: A pauta quente é o assunto atual e recente que exige uma notícia imediata. Com frequência, esse assunto é abordado por meio de notas e notícias. A pauta fria é um assunto

importante, que não está em debate no momento na esfera pública. Geralmente, são desdobramentos de acontecimentos ou reportagens explicativas sobre um determinado assunto estrutural na sociedade.

Planejamento de cobertura: Com olhares atentos aos acontecimentos e com a linha editorial em mente, a editora é a responsável por planejar as coberturas, escolher datas relevantes e selecionar os conteúdos que serão divulgados no portal da **Alma Preta**.

Pirâmide invertida: A técnica chamada de pirâmide invertida começou a ser utilizada nos Estados Unidos durante a Guerra da Secessão (1861 a 1865) e tem como princípio trazer logo no começo do texto as informações mais cruciais e importantes, seguidas pelos complementos, contextualização, opiniões sobre o assunto e dados secundários. Para utilizar essa técnica na **Alma Preta**, é preciso ter amplo conhecimento da linha editorial e dos critérios de noticiabilidade da Agência (ver verbete Critérios de Noticiabilidade, na seção Técnicas, deste **Manual de Redação**).

Podcast: Programa de rádio que pode ser ouvido pela internet, celular, computador ou qualquer outro dispositivo de reprodução de áudio. Herdeiro do formato radiofônico, trata dos mais variados conteúdos, com diferentes durações de tempo. O desenvolvimento de podcasts por veículos de comunicação permite que se produza con-

teúdo nos mais diversos canais, atingindo grupos e públicos múltiplos. A **Alma Preta** desenvolve o Papo Preto desde 2019, um podcast no formato de entrevista, em que há um tema definido e uma especialista sobre o assunto, pois a Agência de notícias entende a relevância do podcast para atrair novos públicos e transmitir informações relevantes em diferentes formatos. Para a **Alma Preta**, alguns pontos centrais para o podcast são:

Entrevista: Ação comunicativa estabelecida entre duas ou mais pessoas, baseada em uma estrutura de perguntas e respostas. No campo jornalístico, a entrevista é um método de coleta de dados e informações e uma maneira de legitimar uma narrativa. Em um podcast, além de funcionar como uma maneira de compartilhar experiências e aprendizados com os ouvintes, evita que o programa se torne monótono.

Trilha sonora: Conjunto de sons ou músicas utilizadas para construir um discurso dramático, narrativo ou dinâmico para trabalhos audiovisuais. A trilha sonora não deve ser compreendida apenas como um recurso que complementa o material em que está inserida, mas também como um elemento que traz novas informações ou realce à história contada.

Edição de áudio: Trabalho técnico e perceptivo que ocorre após a gravação do áudio. O objetivo desse processo é refinar a captação feita e finalizar a narrativa do conteúdo. É possível

realizar gravações sem grandes equipamentos, a princípio, mas um editor de som, que permita eliminar ruídos e dê liberdade de criação, é essencial. Existem bons editores de áudio disponíveis de forma gratuita na internet.

Sonoplastia: Efeitos sonoros utilizados em produções audiovisuais como cinema, rádio, televisão e podcast, com o intuito de enriquecer o material e proporcionar para quem está ouvindo uma maior sensação de imersão. Esses efeitos podem ser usados para definir um ambiente, gerar um sentimento ou construir uma imagem na mente de quem está ouvindo o material, manipulando e criando novos elementos de áudio.

Portal: Refere-se à utilização de um endereço world wide web que concentra diversos tipos de conteúdos, como notícias. O portal da **Alma Preta** é www.almapreta.com/

Precisão vocabular: A linguagem jornalística deve ser acessível, simples e coloquial, o que não significa ser simplista ou condescendente a ponto de duvidar da capacidade de compreensão do público. Um texto simples é conciso e direto e, para isso, é importante evitar palavras rebuscadas e explicar siglas e termos técnicos desconhecidos para o universo da população leitora, pois todas têm o direito de entender as informações publicadas. Uma dica é usar palavras e construções utilizadas também em conversas normais. Exemplo: é

melhor dizer votar em vez de sufragar. Também é preferível dizer avião em vez de aeronave. Na **Alma Preta** recomenda-se:

- a** Evitar advérbios e adjetivos nas matérias informativas.
- b** Usar frases curtas e em ordem direta (sujeito - verbo - complemento).
- c** Em matérias informativas, evitar hipérboles, ou seja, a utilização de termos exagerados. Em vez de as ruas de São Paulo viveram ontem um clima de guerra (criação própria), para falar de protestos nas ruas, prefira descrever o acontecimento e deixar as interpretações para o público.
- d** Utilizar palavras que descrevam de modo mais objetivo a realidade a ser contada. Evite generalizações e tome cuidado para não deslegitimar reivindicações genuínas da sociedade.
- e** Evitar palavras negativas que indicam um forte julgamento de valor, principalmente ao se referir a grupos socialmente marginalizados, como a população negra. Esteja atenta às possibilidades de uso das palavras nos diferentes contextos. As palavras traficante e vândalos são exemplos de termos a serem usados com cautela.
- f** Evitar utilizar verbos no gerúndio durante o desenvolvimento do texto jornalístico.

Progressão textual e temática: Progressão textual é o recurso usado para articular as informações dentro do texto. Os conectores discursivos são os elementos utilizados para auxiliar nessa combinação e permitir o desenvolvimento do texto de acordo com a coesão e a coerência narrativas. A progressão temática está, por sua vez, relacionada ao encadeamento de conteúdo dentro da matéria. Com ela, a jornalista busca ter a capacidade de sequenciar as ideias de forma a criar uma coesão em seus textos. A progressão textual pode auxiliar a progressão temática, pois os elementos de conexão, normalmente conjunções, pronomes e advérbios, ajudam a expor as ideias de forma clara, coerente e objetiva. Na **Alma Preta**:

- a** Para garantir a progressão temática, faça referências ao que já foi dito, mas sem repetir muito as palavras. Procure sinônimos sempre que necessário. É importante evitar um texto repetitivo, por isso trace um planejamento para saber o que falar em cada momento.
- b** Há que se considerar que os conectores discursivos podem expressar ideias por si só e exprimir uma opinião ou um julgamento de valor da própria repórter. O “talvez” expressa dúvida, por exemplo. Utilize conectores discursivos para encadear as ideias em textos de caráter mais opinativo.
- c** Um texto articulado e coeso, com um planejamento de progressão temática e boa gramáti-

- d** ca, não precisa de conectivo para as amarrações serem feitas. Já em textos de caráter mais opinativo os conectores são fundamentais para a conexão das ideias e opiniões.

Exemplo de conectores em um texto opinativo:

Enfim, Soul é um manifesto da autenticidade (boa-fé) que nos põe em alerta para não sermos meros reféns de nossos sonhos (má-fé) e, de forma sutil para alguns e não tão sutil para outros, um manifesto para negros e negras se livrarem da má-fé da racialização sem cair em outra: a má-fé do essencialismo (Alma Preta | Acesso em 17/03/21 às 18h29).

Rede social: Espaço virtual que reúne grupos de pessoas para se relacionarem por meio de mensagens, compartilhamento de conteúdos e outras interações específicas de cada plataforma. Mais do que um meio de circulação de materiais que representam a Agência de notícias, as redes sociais da **Alma Preta** têm vida e conteúdos próprios, que visam à interação com as seguidoras e o estímulo do engajamento com o público leitor.

Referência bibliográfica: Documentos utilizados como base teórica nos trabalhos. Nos textos da Agência as referências devem ser colocadas no final do corpo do texto. Além disso, o registro deve seguir as normas vigentes da ABNT.

Roteiro: Descrição minuciosa em texto de uma obra audiovisual. O roteiro é um material que antecede qualquer criação e guia o profissional que for desenvolver um determinado conteúdo. Todas as informações necessárias como falas, descrições de ambientação, indicações de movimento de câmera, sinalizações de pausa ou de trilha sonora são encontradas em um roteiro. A **Alma Preta** se utiliza da técnica de roteiro para as produções audiovisuais, em especial para conteúdos jornalísticos mais longos e complexos, como programas de TV e de podcast.

SEO: A sigla SEO (Search Engine Optimization) significa em português Ferramentas de Otimização de Busca. Trata-se de uma técnica utilizada por profissionais de Tecnologia da Informação (TI), marketing, relações públicas, entre outras, para conseguir um maior destaque para determinado conteúdo nas plataformas de busca na internet, em especial o Google. A **Alma Preta** preza pela utilização em todos os conteúdos produzidos pelas técnicas de SEO para alavancar a audiência da equipe.

Palavras-chave

Cada matéria deve ter uma palavra-chave, ou seja, uma palavra que resuma o conteúdo principal daquilo a ser noticiado. Geralmente, é uma palavra que será recorrente no texto. É recomendado que a jornalista da **Alma Preta** utilize ferramentas de pesquisa de palavras-chave, como o Google

Trends, para avaliar como tem sido a procura pelo tema no país e, até mesmo, o grau de popularidade do assunto no mundo. A partir dessa pesquisa, é possível buscar assuntos mais interessantes para a população da localidade e época em questão, de acordo com as palavras mais pesquisadas na ocasião. O título da matéria deve conter a palavra-chave selecionada. A palavra-chave e seus sinônimos devem ser distribuídos ao longo do texto.

Texto alternativo nas imagens

Sugere-se que as imagens utilizadas durante as publicações contendam textos alternativos (Alt Text). Este é um recurso disponível em redes sociais, em alguns sites e serviços de publicação de textos que introduzem descrições de imagens em uma publicação. Essa descrição não aparece visualmente para as leitoras e fica embutida na imagem. Além de ser um recurso bem visto para o SEO, melhora a acessibilidade da postagem, pois permite que as fotos sejam também “lidas” por ferramentas leitoras de tela. É aconselhado que todo elemento visual tenha um texto alternativo

Uso de intertítulos

Coloque intertítulos durante a publicação para evitar grandes blocos de texto. (Ver verbete Intertítulo, na seção Técnicas, deste **Manual de Redação**)

Parágrafos

Evite períodos muito longos e parágrafos muito grandes. Além disso, utilize conectores discursivos

para ligar as frases e parágrafos, principalmente em textos de caráter mais opinativo.

Recursos multimídia

É importante que os textos publicados na **Alma Preta** considerem materiais que complementem e forneçam maior aprofundamento dos fatos noticiados. Fotos, gráficos, vídeos e áudios podem levar conteúdos fundamentais que contextualizam melhor o assunto abordado. Matérias longas e sem o apoio de recursos visuais e multimídia podem cansar rapidamente os leitores.

Uso de hiperlinks

É recomendado colocar hiperlinks tanto para páginas internas da Agência, com outras publicações relacionadas ao assunto abordado, quanto de páginas externas, com publicações de outros sites que trazem conteúdos relacionados. (Ver verbete Hiperlink, na seção Técnicas, deste **Manual de Redação**)

Título: Uma boa matéria começa por um bom título. Por isso, a jornalista deve priorizar trazer informações essenciais e que já sinalizam o conteúdo do corpo de texto. O título deve trazer palavras-chave, ser breve, direto e atrativo, com o intuito de apresentar o fato central da narrativa, ao mesmo tempo em que instiga a leitora a acessar o site e conferir todas as informações.

**COMO
COBRIMOS?**

ALBRE



Como a Alma Preta cobre os diferentes assuntos?

Por ser um problema que estrutura a sociedade brasileira, o racismo influencia todas as áreas da vida cotidiana. Por esse motivo, a cobertura da **Alma Preta** deve ir além do acompanhamento de casos de discriminação racial e acompanhar pautas que demonstram a complexidade do país.

As limitações de tamanho da equipe exigem uma seleção por parte da direção acerca do que cobrir e dos critérios de noticiabilidade definidos. A **Alma Preta** mantém especial enfoque para áreas como a segurança pública, historicamente cara às pessoas negras, e se lança para outras, mais recentemente exploradas pelos veículos de Imprensa Negra, como a do meio ambiente, cujo debate tem ganhado corpo entre os povos negros das cidades, campo e florestas.

Nesta seção, a **Alma Preta** explica quais os temas de maior dedicação para a cobertura, os detalhes de como cobrir cada um deles e os cuidados exigidos pela Agência para não reproduzir violências contra grupos historicamente vitimados.

1. Acessibilidade e inclusão

A **Alma Preta** entende a importância de representar as pessoas com deficiência de forma adequada e respeitosa. A Agência adere a essa luta a favor dos grupos ainda muito invisibilizados na sociedade.

de ou tratados de forma imprópria pelos meios da imprensa corporativa. Por isso, a **Alma Preta** se posiciona contra o capacitismo em suas publicações e se compromete a melhorar a acessibilidade digital de seus conteúdos.

I. A deficiência não é a pessoa toda, mas também

é a pessoa: Pessoas vivenciam uma realidade com a deficiência, mas suas narrativas não são resumidas a ela. Privilegie falar com e sobre pessoas com deficiência a partir das suas múltiplas identidades como indivíduos. Elas, como todas as cidadãs, são sujeitas com muitas complexidades e atravessadas por diversas características, como condição social, raça/cor, gênero, orientação sexual, entre outras. E lembre-se de perguntar para a pessoa sobre a sinalização, ou não, da deficiência dela na reportagem. A deficiência também faz parte da identidade dessas pessoas e desconsiderá-la é capacitismo. Em determinadas situações, ela ocupa um lugar central na construção da identidade desse sujeito e isso deve ser considerado.

II. Representatividade: Represente as pessoas como elas preferem ser representadas. Use termos como pessoa com deficiência, mulher cega, homem surdo, criança surdocega ou mulher com deficiência intelectual. Abandone termos como deficiente, portador, pessoas especiais, com necessidades especiais, idade mental e toda palavra que infantilize pessoas com deficiência. Na dúvida, pesquise ou pergunte as melhores formas de referenciar.

III. Não opine sobre os corpos das pessoas com deficiência: Não use termos que também marquem os corpos dessa população: aleijado, manco, deformado, preso a uma cadeira de rodas, por exemplo. O uso do “mas” é um dos casos que podem expressar no texto um juízo de valor e preconceito, como em: “Ela é cega, mas é bonita”. Esteja atenta e não reproduza estereótipos.

IV. Defeito: Não trate a deficiência como um defeito ou algo a ser superado a todo custo. É essencial evitar contar a história dessas pessoas com o intuito de criar heróis ou superadores (de deficiência). Elas fazem parte da diversidade humana.

V. Deficiências: Estude o tema da sua pauta e as diferenças entre as deficiências a serem abordadas. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que pode obstruir a participação plena e efetiva dessa população na sociedade em igualdade de condições. É necessário considerar as diferenças entre cada uma dessas deficiências e é preciso pesquisar mais sobre o assunto para evitar erros.

VI. A responsabilidade não é da deficiência: O Brasil é um país com muitas desigualdades sociais e de oportunidades. Portanto, cuidado com pautas jornalísticas que de alguma forma responsabilizem uma pessoa com deficiência por algum problema vivenciado por ela, quando na realidade os

entraves podem vir de falhas estruturais da sociedade. Prefira uma produção que contextualize as causas desse problema.

VII. Na dúvida, pergunte: Se necessário, converse com pessoas com deficiência, profissionais e instituições especializadas em inclusão e acessibilidade sobre a melhor forma de colocar uma informação. É muito importante evitar que erros gerados por desconhecimento perpetuem o capacitismo.

VIII. Diversidade durante o ano todo: Pessoas com deficiência não precisam ser entrevistadas somente em épocas e datas específicas em que o tema da deficiência vem à tona. Jornalistas da **Alma Preta** devem buscar diversidade de fontes, incluindo também pessoas com deficiência nas mais variadas pautas, tanto positivas quanto em assuntos mais negativos, como fatalidades.

IX. Leia outros materiais que falem sobre acessibilidade e inclusão: Existem ótimos manuais que oferecem exemplos nítidos e precisos de erros capacitistas a serem evitados no jornalismo, como o *Minimanual de Jornalismo Humanizado: Pessoas com Deficiências*, da ONG Think Olga. A repórter da **Alma Preta**, ao abordar esse tema e buscar por fontes, deve priorizar movimentos sociais e especialistas no tema e evitar a busca por médicos.

Verbetes

Aguda: Doença caracterizada por início súbito, de rápida evolução e duração curta. Em alguns casos, a deficiência pode advir de uma doença rara aguda, como a surdez e a cegueira oriundas da rubéola, por exemplo. É importante, contudo, nunca descrever a origem de uma deficiência sem ter certeza e a informação ser indispensável para a matéria ou reportagem.

Cadeirante: Pessoa que faz uso da cadeira de rodas para se locomover. É incorreto usar termos como “pessoa presa a uma cadeira de rodas”, pois gera o sentimento de piedade. O correto é usar termos como “pessoa em cadeira de rodas”, “pessoa que usa cadeira de rodas”. No uso coloquial, “cadeirante” não é considerado inapropriado. A **Alma Preta**, contudo, prefere não usar.

Capacitismo: Discriminação contra pessoas com deficiência. Pauta-se na ideia de que existe um corpo “normal” e “padrão”. A **Alma Preta** condena, em absoluto, todas as formas de capacitismo.

Cega: Pessoa cuja acuidade visual é igual ou menor que 0.05 em seu melhor olho, mesmo com a melhor correção óptica. É um termo usado pelas jornalistas da **Alma Preta**. (Ver Deficiência visual,

na seção Acessibilidade e inclusão, deste **Manual de Redação**).

Crônico: Doença que tem progressão lenta e duração longa. Algumas doenças crônicas raras podem gerar deficiências. A **Alma Preta**, porém, indica que não se use termos como “letal” ou “fatal” para se referir a essas doenças para evitar reações de pânico.

Deficiência auditiva: Termo genérico para se referir a pessoas que não ouvem, total ou parcialmente, sem definir o grau de perda auditiva. Geralmente, pessoas com perda parcial da audição ou baixa audição preferem esse termo, e pessoas com perda total da audição usam “surdez”.

Deficiência física: Refere-se a deficiências relacionadas a aspectos físicos ou motores, não sendo um termo genérico. A jornalista da **Alma Preta** deve estar atenta a esse aspecto da terminologia para não usar o termo erroneamente.

Deficiência intelectual: É um sintoma e não uma deficiência em si. Não deve ser qualificada isoladamente, pois depende do contexto e dos estímulos envolvidos. Não é sinônimo de Síndrome de Down ou TEA, que não necessariamente estão associados a manifestações de deficiência intelectual.

Deficiência mental: Forma como era chamada a deficiência intelectual anteriormente. Não se usa mais esse termo.

Deficiência visual: Termo genérico para se referir a pessoas com baixa acuidade visual, sem definir seu grau. (Ver Cega, na seção Acessibilidade e Inclusão, deste **Manual de Redação**).

Deficiente: Termo errôneo para se referir a pessoas com deficiência. Não se deve utilizar como substantivo.

Degenerativo: Doenças que comprometem as funções vitais do indivíduo, com caráter irreversível e crescente. Algumas podem ocasionar deficiências.

Doença rara: Doença que afeta até 65 a cada 100 mil indivíduos.

Especial: Termo errôneo usado para se referir a pessoas com deficiência. No passado, a sigla PNE (Pessoas com Necessidades Especiais) era utilizada, mas foi abandonada pelos ativistas e pela legislação referente a pessoas com deficiência.

Intérprete de Libras: Profissional capacitada e habilitada para interpretar e/ou traduzir a Língua Brasileira de Sinais. A profissional deve ter titulação, certificação e registro profissional para atuar.

Libras: Sigla para Língua Brasileira de Sinais. É uma língua e, como tal, possui sotaques, variações e está em constante transformação. Estimula-se que a jornalista saiba o básico, mas, caso seja necessário, procure uma intérprete.

Muda: Pessoas sem corda vocal, por algum distúrbio ou deficiência. Não é a realidade da pessoa surda. Não se deve utilizar termos como “pessoa surdo-muda”.

Paralimpíada: Termo correto para se referir ao evento esportivo mundial para pessoas com deficiência. A jornalista da **Alma Preta** deve tomar cuidado para não cometer erros de grafia, como paraOlimpíada.

Pessoa com deficiência: Termo correto e mais atual para se referir. Termos como portador de deficiência, pessoas com necessidades especiais, etc. não devem ser utilizados.

Portador de deficiência: Termo não deve ser utilizado, pois as pessoas não carregam suas deficiências nas costas e descansam em algum momento dela para obter direitos ou garantias.

Surda: Pessoa com perda total de audição. É ideal usar o termo “pessoa surda” ou “indivíduo surdo”. Não usar termos como surdo-mudo, já que pessoas surdas podem se expressar. Ativistas e movimentos sociais anti-capacitistas preferem a utilização do termo “ganho sensorial” ao invés de perda auditiva pelo fato de a pessoa permanecer apta a captar as vibrações do som no corpo.

Transtorno do Espectro Autista (TEA): Engloba diferentes condições marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico e tem três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente. São elas: dificuldade de comunicação por pouco domínio da linguagem e de uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo. Não é uma deficiência, mas uma forma de ver o mundo. O autismo é um espectro e a pessoa pode precisar de alto ou baixo nível de suporte. A repórter não deve usar os termos severo, moderado ou leve para se referir ao autismo e pode optar por autismo de nível 1, 2 ou 3 de suporte.

2. África e Diáspora

A **Alma Preta** segue a tradição da Imprensa Negra e cobre o continente africano e a diáspora. A Agência opta por uma abordagem jornalística que dê conta das complexidades dos países e se esquite de duas perspectivas estereotipadas sobre a África: de uma região vitimizada ou mítica.

Ambas as perspectivas devem ser evitadas pelas jornalistas da **Alma Preta**, porque não consideram a multiplicidade dos países africanos ao desumanizar seus habitantes e ignorar as práticas locais para lidar com os desafios e as potencialidades regionais. A Agência busca, assim, mostrar a diversidade política, social, científica, econômica, cultural, religiosa, etc. dos países africanos.

*“A África é passado, presente e futuro.”
(Oswaldo Faustino)*

A equipe editorial também almeja mostrar a negritude da América Latina e as lutas e potências do povo negro na diáspora. Diversas nações são majoritariamente negras e outras passam por processos de fortalecimento da identidade negra, sendo regiões ricas de possíveis pautas para a Agência.

I. Deixar sempre evidente de qual país se está falando: A África é um continente com 54 países distribuídos em 5 regiões (África Setentrional, África Meridional, África Central, África Ocidental e África Oriental). Dessa forma, é essencial sempre eviden-

ciar o local e região aos quais está se referindo. É importante fazer o mesmo para as Américas, sinalizando onde o país está (América do Sul, América Central - e Caribe - ou América do Norte).

II. Mostrar as relações diplomáticas estabelecidas entre os países: É muito comum que as alianças político-econômicas dos países europeus sejam evidenciadas, sobretudo pela imprensa corporativa. As alianças intra-africanas, porém, são constantemente ignoradas pela maior parte do público leitor brasileiro, o que reforça a ideia da dependência africana em relação aos poderes internacionais do Ocidente. Isso não só é falso, como também é racista, já que é informado pela ideia de um vazio de poder no continente. Da mesma forma, pautar relações diplomáticas entre países latino-americanos, principalmente quando essas relações impactam a vida das populações negras, é parte dos objetivos da editoria.

III. Trazer pautas que extrapolam os “problemas” do continente africano: É uma missão que a Imprensa Negra assumiu para si pelo menos desde o início do século 20. Assim, sem romantizar ou ignorar o sofrimento, é de suma importância mostrar a sabedoria, as riquezas naturais e humanas, a ciência, a arte, a intelectualidade, as tensões políticas, as reivindicações, enfim, buscar pautas múltiplas. Durante as eleições estadunidenses em 2020, por exemplo, veículos da imprensa corporativa falaram diariamente sobre as tensões políticas envolvendo a disputa. Pouco ou nada se fala,

porém, sobre eleições em países africanos, como Angola e Moçambique, ainda que tenham importantes ligações diplomáticas e econômicas com o Brasil.

IV. Sempre contextualizar as dinâmicas políticas

internas: Vale lembrar que esquerda e direita no Brasil não apresentam o mesmo significado que em países como Angola e Moçambique, por exemplo, cujos processos de independência recentes provocaram tensões que ainda reverberam. A jornalista da **Alma Preta** deve estar profundamente atenta às tensões políticas históricas, aos partidos envolvidos, às diferenças regionais das disputas, etc. Vale destacar também as tensões entre países mais pobres e mais ricos no continente, tendo em vista a importância desse debate para as relações no continente. Essa situação se aplica para as Américas, que têm países com diferentes estruturas econômicas e políticas e possuem relações complexas entre as nações do continente.

V. Atentar-se às relações entre países africanos e o

Brasil: A escravização é um link óbvio entre Brasil e alguns países africanos, mas a cobertura precisa ir além disso. O racismo, por exemplo, é uma possibilidade interessante de estabelecer ligações entre os países, pois insere o Brasil no debate racial internacional e colabora com a ruptura do mito da democracia racial. No entanto, cabe evidenciar que as relações raciais em cada país africano são distintas entre si e distintas também das relações raciais brasileiras. Esse cuidado é essencial. Outros

caminhos importantes e que merecem destaque são a economia, a diplomacia e as trocas culturais.

VI. Atentar-se às relações entre as Américas e o

Brasil: O Brasil possui relações diversas com os países das Américas, relações que também oscilam a depender do governo atual. A repórter da **Alma Preta** deve se atentar às dinâmicas do Brasil com as demais nações e as trocas entre os povos negros do continente. Posturas imperialistas do Brasil, como uma ocupação militar apoiada pela ONU, devem ser denunciadas.

VII. Ir além das fontes oficiais:

Atualmente, o que a mídia produz sobre o continente africano é informado por fontes oficiais, como embaixadas. É urgente uma cobertura que tenha um olhar jornalístico não tão oficial, que tenha contato com a população, suas vivências, interesses, práticas, etc., pois o contato com fontes civis também pode enriquecer as reportagens.

VIII. Atentar-se para os critérios de noticiabilidade:

Alguns países recebem cobertura prioritária pela **Alma Preta**, seja pela maior proximidade com o Brasil, pelo fator de curiosidade, pela língua ou pela importância econômica. Seria impossível fazer uma cobertura de qualidade de todos os países, por isso é necessário que escolhas sejam feitas. Dessa forma, os países que falam português (Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde), o Egito, a Nigéria e a África do Sul devem fazer parte da agenda da jor-

nalista da **Alma Preta**. Deve estar evidente para essa profissional ao menos aspectos básicos das dinâmicas políticas, sociais, geográficas, culturais e econômicas desses países. No que tange às Américas, o Brasil deve priorizar nações com proximidades culturais, como a Colômbia, países com presença significativa de pessoas negras, como Jamaica e Haiti, e onde há uma forte presença de descendentes de africanos, como os EUA.

Verbetes:

Amefricanidade: Conceito criado pela intelectual e ativista do movimento negro, Lélia Gonzalez. Para ela, as Américas têm mais características africanas e indígenas do que latinas, como sugere o nome América Latina. A palavra fortalece e realça as influências de africanos e indígenas para o desenvolvimento das sociedades na região.

Apartheid: É o nome do regime segregacionista que oprimia as pessoas não brancas na África do Sul. Ele foi instaurado pelo Novo Partido Nacional (1948), responsável por cassar os direitos da população negra. Dessa forma, apenas a minoria branca tinha direitos políticos, econômicos e sufragistas. Além disso, o regime racista proibia as pessoas negras de adquirir terras na maior parte do país, obrigando-as a viver em zonas residenciais segregadas, como uma espécie de confina-

mento geográfico e não permitia casamento entre pessoas de diferentes etnias.

CPLP (Comunidades dos Países de Língua Portuguesa): Criada em julho de 1996, a organização foi criada para aumentar a solidariedade e a colaboração entre nove países onde há presença significativa de falantes de língua portuguesa. As nações a compor o grupo são Brasil, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, Timor-Leste, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial e Portugal. O grupo também tem o objetivo de fortalecer a presença internacional dos países membros.

Diáspora: Separação ou pulverização de um povo ou povos, com características raciais, étnicas, religiosas, raciais, entre outras, por motivação externa e de maneira forçada. As Américas do Norte, Central e do Sul receberam um contingente significativo da chamada diáspora africana. Entre os séculos XV e XIX, pessoas negras foram sequestradas de diferentes regiões do continente africano para trabalhar de maneira forçada nas regiões colonizadas por países europeus. Por conta disso, as Américas são até hoje marcadas por uma grande presença de pessoas negras.

Direitos Civis: Direitos básicos para a vida humana em sociedade, como acesso à justiça, liberdade

de expressão, direito ao voto, entre outros. São os direitos que garantem a pessoa como cidadão e estão associados às liberdades individuais. A expressão ganhou amplitude com a luta dos afro-americanos pelo direito ao voto e pelas lideranças que ganharam relevância na época, como Martin Luther King Jr. e Malcolm-X.

Escrava: A **Alma Preta** não utiliza o termo por entender que ele não representa a condição real do sujeito. A palavra indica uma desconexão entre o indivíduo e seu querer, sua humanidade em si, e naturaliza a condição da escravidão. Entende-se, aqui, que a pessoa é feita escrava e, portanto, não é escrava, mas está ou foi escravizada.

Escravizada: A **Alma Preta** prefere a utilização desse termo para se referir às pessoas em condição de coerção no trabalho, pois a palavra responsabiliza o outro pela condição da escravização e destaca a dimensão violenta que a escravização carrega em si. Além disso, indica uma condição histórica, não algo natural à vivência do indivíduo.

Guerra de Secessão: Também conhecida como Guerra Civil Americana, ocorreu entre 1861 e 1865 nos Estados Unidos, e foi motivada pelas disputas em torno da abolição da escravização no país. Os estados do Sul do território estadunidense, dependentes da mão de obra escrava, eram contrá-

rios ao fim da escravização. Os estados do Norte, por outro lado, comerciantes e dependentes da construção de um mercado consumidor interno forte precisavam que a escravização fosse abolida e que as pessoas ex-escravizadas se tornassem trabalhadoras e consumidoras.

Griot/Griottes: O termo tem origem no processo de colonização do continente africano, sendo a tradução para o francês da palavra portuguesa “criada”. Em português, a expressão é utilizada para designar as pessoas responsáveis por passar aos jovens os ensinamentos culturais, como informações sobre plantas medicinais, cantos e danças tradicionais e histórias ancestrais. São de fato símbolos culturais entre os povos africanos e estão presentes na África Ocidental, incluindo Mali, Gâmbia, Guiné e Senegal, e entre os povos Fula, Hausá, Woolog, Dagomba e também entre os árabes da Mauritânia.

FARC: As Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC) foram a principal guerrilha marxista da Colômbia. A história das FARC remonta ao ano de 1948, quando liberais e comunistas iniciaram uma guerrilha contra o governo conservador. As FARC foram a principal guerrilha da Colômbia, chegaram a ter um contingente de 20 mil pessoas e assinaram o acordo de paz com o governo em 2016. Hoje formam um partido político com cadeiras nos parlamentos colombianos.

FNLA: É a sigla para designar o movimento político Frente Nacional da Libertação de Angola, que atuou durante a guerra anticolonial de 1961 a 1974. Foi fundado em 1954, com o nome União das Populações do Norte de Angola (UPNA), e assumiu em 1958 o nome de União das Populações de Angola (UPA). Em 1961, a UPA e um outro grupo anticolonial, o Partido Democrático de Angola (PDA), constituíram conjuntamente a FNLA. O movimento ainda atua como partido político, mas está enfraquecido devido a divergências entre as várias alas da legenda nos últimos anos.

FRELIMO: É a Frente de Libertação de Moçambique. É um partido político que foi fundado em 1962 como movimento nacionalista com o objetivo de lutar pela independência do país contra o domínio colonial de Portugal. Mesmo após a conquista do objetivo inicial, segue como o principal partido político da nação.

Mercosul: O Mercosul é um mercado comum sul-americano, resultado de um tratado assinado em 31 de dezembro de 1994. O acordo tem o objetivo de fortalecer as trocas econômicas entre os países, estimular a circulação de pessoas na região e propor parcerias em bloco com outros países. O Mercosul tem cinco países membros, Argentina, Brasil, Venezuela, Uruguai e Paraguai, e sete nações

associadas, Bolívia, Chile, Colômbia, Suriname, Equador, Guiana e Peru.

MLSTP-PSD: O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata (MLSTP-PSD) é um dos principais partidos políticos do país. Foi fundado em 1960 como Comitê pela Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), com o objetivo de livrar o país do domínio colonial português. Em 1975, o país se tornou independente e o movimento foi a única agremiação partidária legal no território até 1985.

MPLA: É a sigla para designar o partido político Movimento Popular da Angola. Liderou, como movimento, a luta de independência do país entre 1971 e 1974. A partir de 1975, se tornou partido político e, desde então, governa a nação.

PAIGC: É o partido africano da independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde, que organizou a luta de independência desses países, então colônias de Portugal. A sua formação surgiu com o objetivo de atuar pacificamente, mas, diante da ineficiência das ações, o movimento teve de iniciar, em 1962, a luta armada contra Portugal. Depois de muitas batalhas, a queda do Estado Novo e a abertura democrática, o novo governo acabou por negociar com o PAIGC. Em 1974, a independência da Guiné

foi alcançada. Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral, tornou-se o primeiro presidente do país. Amílcar Cabral é um dos principais líderes revolucionários africanos, com forte influência sobre o movimento negro brasileiro, e foi assassinado durante o processo de independência de Guiné Bissau.

PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa): Acordo regional entre os países de língua portuguesa do continente africano e asiático para a cooperação e desenvolvimento de áreas como cultura, educação, economia e diplomacia. Há inclusive a ideia de criação de uma moeda única entre os países. As nações que compõem o bloco são Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial e Timor-Leste.

Pan-africanismo: O termo foi cunhado em 1900 por Sylvester Willians, advogado negro de Trinidad, em uma conferência de intelectuais negros realizada em Londres. Refere-se a um movimento social, filosófico e político que ganhou força na segunda metade do século 19. Seus maiores expoentes, estadunidenses e caribenhos em sua maioria, defendiam uma solidariedade entre os negros das Américas e os negros dos países africanos como forma de potencializar a luta contra a discriminação racial. O pan-africanismo embasou ideologicamente as lutas pela independência e contra

o colonialismo em diversos países africanos, bem como organizações contra a discriminação racial por toda a Diáspora, inclusive no Brasil, que teve em Abdias do Nascimento um de seus mais importantes adeptos.

Panteras Negras: Sob o nome original de Partido dos Panteras Negras para a Autodefesa (Black Panthers Party for Self-Defense - BPP), a organização foi criada em outubro de 1966, em Oakland (Califórnia), por Huey P. Newton e Bobby Seale. Sua ideologia revolucionária era baseada no Nacionalismo Negro, no Socialismo e na autodefesa armada, particularmente contra a brutalidade policial. Havia, porém, uma diversidade de pensamento político nas diferentes seções da organização. Dentre muitas outras, destaca-se a participação de Kathleen Cleaver e Assata Shakur como militantes do partido.

Para-militares: Grupos civis armados, com estruturas, organizações, táticas ou técnicas militares, ainda que não sejam parte das Forças Armadas. Os para-militares ganharam força na Colômbia na guerra civil do país. Eles chegaram a ser incentivados pelo governo colombiano durante o período da Guerra Fria como forma de enfrentar as FARC e outras guerrilhas marxistas e são até os dias de hoje um problema para a paz no país latino-americano.

Quilombo: No Brasil escravista, entre os séculos 15 e 19, as comunidades criadas por escravizadas auto-libertadas foram chamadas de “Quilombo”. Segundo a CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais), a palavra tem origem quimbundo, que significa “sociedade formada por jovens guerreiros que pertenciam a grupos étnicos desenraizados de suas comunidades”. Atualmente, o termo ainda merece ser pensado por conta das lutas das comunidades remanescentes de quilombo pelo acesso à terra. Os remanescentes de quilombos são grupos étnicos que reivindicam essa relação ancestral com a terra e se caracterizam pela luta contra as discriminações sofridas pela população negra brasileira.

Rastafari: Religião com bases judaico-cristãs surgida na Jamaica na década de 1930, tendo sido criada por negros camponeses jamaicanos. Baseada nas ideias de Marcus Garvey, a religião teve no músico Bob Marley um de seus maiores divulgadores. Seus adeptos acreditam que as pessoas negras são escolhidas por Deus, mas, por conta da escravização e do tráfico, foram afastadas de sua terra natal, o continente africano, para onde devem voltar e viver em união.

Revolução Haitiana: Também conhecida como Revolta de São Domingos, foi um conflito ocorrido

entre 1791 e 1804 na Ilha de São Domingos, atual Haiti. Esse movimento levou ao fim da escravização e à independência haitiana, sendo a ilha a primeira república do mundo governada por pessoas negras. A revolução inspirou movimentos no mundo todo e se tornou um símbolo de resistência e vitória da população negra, inspirando receio e alerta às elites brancas das Américas e da Europa.

Unasul: Proposto em 2004 e ratificado em 2008, a Unasul tem o objetivo de aproximar de maneira econômica, política, social e cultural os 12 países da América do Sul. A União de Nações Sul-Americanas reúne como membros Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. México e Panamá são Estados observadores do bloco.

União Africana: É a organização responsável por aproximar, nos mais diferentes aspectos, 55 países membros do continente africano. Anunciado em 1999, o bloco ganhou caráter oficial em 2001. A organização está interessada em defender os interesses políticos e sociais da região e atrair investimentos estrangeiros para os países membros. A União Africana atua como uma importante organização e interlocutora dos interesses dos Estados-nação em esferas internacionais.

3. Alma Pretinha

A **Alma Preta** parte do entendimento de que crianças e adolescentes não são apenas cidadãos em formação, mas também pessoas completas e, por isso, devem participar de maneira ativa nas dinâmicas sociais, direito garantido por lei pelo ECA. O artigo 227 da Constituição afirma que as crianças são prioridade absoluta na política brasileira e a **Alma Preta** corrobora esse princípio. Além disso, a Agência está preocupada em criar referenciais para que essas crianças sejam empoderadoras, no sentido de fazê-las se enxergarem. Representatividade é entendida aqui não como um conceito que individualiza o empoderamento, mas que permite que as crianças, negras e brancas, vejam as potencialidades das pessoas negras. Isso faz parte de um ideal civilizatório de valorização de todos os seres humanos e que é essencial ser levado a sério por todas aquelas que se preocupam com a construção de uma sociedade antirracista.

“Quem não se vê não se reconhece, quem não se reconhece não se identifica, quem não se identifica não se ama, tem baixa autoestima e se desinteressa por si próprio e pelo outro. E ainda querem exigir conceitos de cidadania dessa pessoa. Como a gente quer exigir conceitos de cidadania dessa pessoa se ela não é nem pessoa, nem o ser, ela é invisível, ela não se enxerga. E quem pode fazer ela se enxergar? Nós.”

- Oswaldo Faustino

Criança e adolescente como pauta

I. Proteção da identidade: Em pautas de violência contra crianças e adolescentes, deve-se tomar cuidado para não expor sua identidade, seja por meio de imagem, nome ou qualquer informação que permita identificá-las. A notícia pode e deve ser veiculada, mas a segurança e a integridade das crianças e adolescentes devem ser respeitadas. É essencial que, para além da denúncia, sejam apresentadas soluções propositivas sobre o problema.

II. Linguagem: A imprensa corporativa constantemente “adultifica” e/ou “criminaliza” crianças e adolescentes negras, tratando-as como “menor” ou chamando crianças de “adolescentes”. A Imprensa Negra tem a responsabilidade de não adotar esses termos. Para a **Alma Preta**, existe a primeira infância, entre os 0 e os 6 anos, período mais importante do desenvolvimento de uma pessoa. De modo geral, crianças são consideradas pessoas de até 12 anos de idade incompletos e adolescentes são aquelas entre 12 e 18 anos de idade incompletos. Utiliza-se como referência, nesse caso, a legislação brasileira: a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, evita-se termos jurídicos, como “menor”, ao cobrir pautas relacionadas a essa população. O termo não é mais utilizado desde 1990, quando se extinguiu o Código de Menores, que foi utilizado para marginalizar crianças e adolescentes.

III. Entrevistar crianças e adolescentes em pautas positivas: As crianças e adolescentes podem e devem ser ouvidas em pautas sobre suas vivências e realizações. As entrevistas devem ser sinceras, com perguntas não indutivas e interessantes, que permitam ouvir, efetivamente, suas opiniões. A repórter deve explicar para a família da criança ou adolescente o propósito da pauta, o modo como será divulgada e pedir autorização para entrevista e foto. Crianças e adolescentes podem e devem ser ouvidos sobre todos os temas no debate público.

Criança e adolescente como público leitor

I. Linguagem adequada: Mais importante do que o tema apresentado é a forma como ele é veiculado. As crianças e adolescentes possuem necessidades específicas quanto à linguagem, como termos menos técnicos e construções de frase mais acessíveis, e a jornalista da **Alma Preta** deve estar atenta a isso. A repórter não deve, contudo, subestimar a inteligência de crianças e adolescentes.

II. Diálogo com o cotidiano das crianças e adolescentes: Quando se produz conteúdo para crianças e adolescentes, é essencial que o público leitor possa se identificar com os personagens e as histórias contadas no texto, no vídeo, etc. Mesmo que a realidade não seja a mesma daquela criança ou adolescente, é necessário que a leitora possa perceber relações com suas próprias vivências.

É fundamental destacar as diferentes realidades existentes no país, em especial por conta do cenário de desigualdade. Essas diferenças refletem na vida de crianças e adolescentes, que lidam com cotidianos distintos. A repórter deve ter sensibilidade para olhar a multiplicidade do cenário brasileiro.

III. Cuidados ao falar de temas sensíveis: O racismo é uma realidade na vida das crianças e adolescentes negras. No entanto, ao falar sobre a discriminação racial, é importante que se tenha o cuidado de não despertar gatilhos de experiências e, principalmente, não ferir aquelas crianças e adolescentes que se deseja preparar para enfrentar a violência. Falar sobre racismo e relações raciais no Brasil e no mundo para essas crianças e adolescentes é necessário, mas deve sempre ser tratado com a cautela de mostrar as resistências e pautas positivas das populações negras.

IV. Algumas sugestões de atividades e textos: Vale a publicação de contos curtos, contação de histórias via audiovisual, palavras cruzadas e indicações de músicas e livros. Além disso, a publicação de notícias sobre o campo de arte e produção cultural é bem-vinda, em especial com pautas sobre temas que interessam às crianças: peças de teatro, filmes, séries, desenhos, esportes, entre outros.

Extra: Produzir material que possa ser usado em sala de aula é bem-vindo na **Alma Preta**. Materiais

educativos, com dicas para a professora e adequados aos parâmetros da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), contribuem para a formação racial dos alunos e professores.

Verbetes:

Adolescente: Pessoa, com toda garantia de direitos, entre 12 e 18 anos de idade. É um período de transição entre a infância e a vida adulta, momento marcado por desafios e mudanças abruptas, desde corporais até alterações da dinâmica social. Adolescentes negras são criminalizadas no Brasil, descritas em alguns casos como “menores de idade” (Ver seção de Segurança Pública) e responsabilizadas como adultas. A **Alma Preta** reconhece os direitos desse segmento da população, não o criminaliza e o entende como uma vítima das desigualdades e do racismo na sociedade.

Criança: Pessoa, com plena garantia de direitos, de até 12 anos de idade. Criança é uma pessoa em formação em ambientes sociais como família, escola e sociedade. Elas são pessoas que têm aprendido os códigos de sociabilidade e estão em pleno desenvolvimento físico, intelectual, emocional, social e cultural. Porém, crianças negras são criminalizadas no país e tratadas, por setores da imprensa, como adultas. A **Alma Preta** não compactua com isso, considera a humanidade desse

grupo e propõe uma cobertura sobre os direitos sociais garantidos pela Constituição e o lado lúdico da infância, sem deixar de apresentar os desafios impostos pelo racismo.

ECA: Resultado de uma luta de movimentos sociais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, é a principal legislação nacional para crianças e adolescentes. O ECA é o texto responsável por garantir esses sujeitos como detentores integrais de direitos, com estímulo a políticas sociais e à responsabilização de possíveis violações de direitos contra crianças e adolescentes. A repórter da **Alma Preta** que cobrir o assunto deve ter conhecimento do ECA, uma importante ferramenta para o desenvolvimento de reportagens e para cobrança do poder público e agentes privados sobre possíveis violações. É interessante que o ECA seja, inclusive, citado nas matérias, para que também se torne de conhecimento do público leitor.

Infância: As infâncias precisam ser compreendidas como uma etapa da vida em si, e não como a preparação para algo futuro, de maneira que as crianças devem ser vistas como sujeitos completos, mesmo sendo pessoas em estágio de desenvolvimento. As desigualdades brasileiras, contudo, impõem para crianças pobres e negras situações de exclusão e violência. A **Alma Preta** deve incen-

tivar e alimentar o lado lúdico das crianças, prezar pela garantia de direitos desse grupo, defender a possibilidade de desenvolvimento integral desses sujeitos e denunciar toda e qualquer ato de violência contra as crianças.

4. Carnaval

A cobertura do Carnaval é historicamente relevante para a Imprensa Negra. A partir do ângulo de valorização da negritude, o samba e outros estilos musicais afro-brasileiros e as personalidades e figuras negras ganham lugar nas pautas sobre a festa. A **Alma Preta**, como Imprensa Negra, busca em sua cobertura de Carnaval pautar essa festividade como um espaço de representatividade negra, de formação de pessoas, de geração de renda para muitas famílias, de filantropia e de comunidade.

I. Todo o ano: Jornalistas da Agência devem se atentar para pautas sobre o Carnaval e suas manifestações culturais ao longo do ano. São muitas as pessoas envolvidas no planejamento das atividades e ações das escolas de samba, afoxés e outras expressões culturais Carnavalescas. As ações perduram durante o ano todo, mesmo após o término da celebração. Pautas sobre o assunto podem, portanto, surgir em qualquer momento do ano.

II. Geração de renda: O Carnaval é uma atividade geradora de renda para muitas famílias. São cos-

tureiras, escultores, marceneiros, serralheiros, artesãos, desenhistas, entre muitos outros profissionais envolvidos na festa. Na hora de pensar em entrevistas e pautas, é importante olhar para essa parcela da população que vive intensamente o Carnaval.

III. Espaço educador: Além da festa, as escolas de samba, os afoxés, os blocos e outras expressões culturais Carnavalescas são espaços de formação e de educação. Não é difícil encontrar em muitos desses ambientes sedes de projetos sociais ou pedagógicos para a comunidade. A jornalista da **Alma Preta** deve olhar também com essa perspectiva ao fazer a cobertura do Carnaval e das expressões culturais associadas.

IV. Territórios negros de comunidade, filantropia e fortalecimento: Os espaços das escolas de samba e de outras agremiações relacionadas ao Carnaval também são espaços de sociabilidade e de organização política, social e filantrópica importantes para os povos negros. Nesses locais, historicamente, é possível resistir, se organizar, viver a própria negritude, celebrar e ajudar uns aos outros. É muito comum que os sambas-enredo, por exemplo, falem sobre a trajetória histórica afro-brasileira e africana, a luta e resistência da negritude, com elementos religiosos de matrizes africanas e personagens negras de importância. Há um estímulo à presença negra nesses ambientes e ao protagonismo dessa população, contextos que a jornalista deve ter em mente ao cobrir o Carnaval.

V. Sair da superficialidade na cobertura é uma questão de estudo: Profissionais da **Alma Preta** devem se preparar para a cobertura do Carnaval. Ao fazer comentários sobre desfiles das escolas de samba, por exemplo, é fundamental dar opiniões embasadas e fazer críticas coerentes que partam, principalmente, do estudo da história das escolas de samba, das pessoas mais importantes envolvidas, das referências utilizadas nos enredos, para assim oferecer informações relevantes para a audiência. Também é essencial que a jornalista entenda como os desfiles das escolas de samba, os blocos e as outras manifestações culturais Carnavalescas funcionam e se organizam. Em desfiles, por exemplo, é importante saber os critérios de pontuação e como as escolas são avaliadas.

a Dica: O livro *Abre-Alas* é um exemplo de documento que pode ser acessado para buscar mais informações sobre o enredo de escolas de samba. São formulários preenchidos pelas agremiações com detalhes que auxiliam os julgadores dos desfiles. É disponibilizado pela Liga Independente das Escolas de Samba do RJ (LIESA) após os desfiles no Rio de Janeiro para a opinião pública e podem auxiliar também jornalistas da **Alma Preta** em eventuais reportagens e análises.

VI. Pluralidade: O Carnaval é plural. Profissionais da **Alma Preta** devem se atentar sobre a existência de várias formas e vertentes de manifestações

Carnavalescas no Brasil, com suas próprias representações políticas. Muitas histórias podem ser contadas. Há muitas formas de vivenciar a festa, o samba, a marcha e outras expressões culturais típicas. O olhar da jornalista precisa se apurar para esses detalhes.

VII. Valorizar as fontes com vivência e pertencimento: Jornalistas da Agência devem priorizar entrevistas com pessoas que realmente vivenciam o Carnaval em lugar das que olham para a festa como objeto de estudo. Mesmo nesses casos, é importante ouvir estudiosas negras sobre o assunto. As jornalistas devem evitar celebridades e rainhas de bateria sem enraizamento nas comunidades. Invista em matérias e entrevistas com integrantes dos bastidores das escolas de samba, dos blocos e dos outros grupos Carnavalescos; visitem as comunidades que se integram a essas agremiações; conversem com pessoas que empurram os carros alegóricos, profissionais da limpeza, compositoras, diretoras, velha guarda, entre tantas outras. No meio das arquibancadas e das ruas, converse com pessoas que estão na festa e tente encontrar histórias interessantes. Além disso, quando se fala em desfiles, é essencial também estar atento não só às escolas campeãs e ao grupo especial.

VIII. Saia do comum, seja criativo e procure novos ângulos de abordagem: Isso pode acontecer ao olhar para uma fonte que usualmente não é entrevistada pela imprensa corporativa ou em diálo-

go sobre o funcionamento do repasse de verbas para o Carnaval, algo que não é tão explicado. A festividade envolve muitos temas da sociedade: política, turismo, economia, religião, por exemplo. É essencial buscar novos ângulos, inclusive os que possam render um olhar mais humano e despercebido da festividade. Além disso, boas pautas podem render textos mais criativos, como crônicas.

IX. Descentralização: O Carnaval não acontece só no Sudeste. É importante que as jornalistas da **Alma Preta** pensem em pautas sobre outras regiões do país. Cidades como Recife/PE, Olinda/PE e Salvador/BA, por exemplo, têm uma relação cultural muito forte com o Carnaval e não devem ser ignoradas na cobertura da festividade.

X. Lista do que pode se levar em consideração em uma cobertura de desfile de escola de samba:

- a** O histórico da escola de samba, seus apelidos, como se integra à comunidade;
- b** O enredo e as referências;
- c** A estrutura da escola de samba e como seu desfile está organizado;
- d** Como funciona a avaliação (notas, penalidades) e quais são os critérios de análise;
- e** As críticas que cada escola traz e problematiza nos desfiles;

- f** As ações governamentais elaboradas previamente ao evento, como o governo enxerga o Carnaval em repasses de verbas, por exemplo;
- g** O pós-Carnaval;
- h** Todas as pessoas envolvidas na festa, sobretudo, as que estão nos bastidores.

XI. Dicas para a jornalista ao cobrir Carnaval no meio de multidões:

- a** Ao cobrir o Carnaval na rua ou em qualquer outro espaço de aglomeração, esteja ao lado de pessoas que possam auxiliar na sua própria segurança, em especial se estiver com equipamentos, como câmeras;
- b** Use crachá ou credencial;
- c** Cuidado com brigas que possam surgir. Por isso, é essencial andar nas laterais da multidão. Isso facilita o distanciamento das confusões;
- d** Se comunique sempre com o pessoal da Redação ao sair para essas coberturas. Envie sua localização. Mantenha em papel o contato das pessoas da Redação, de assessores de pessoas que você precisa conversar e outros números importantes.

Verbetes:

Afoxés: São uma manifestação popular de Carnaval com fortes ligações com as religiões de matriz africana. Existem inclusive referências aos afoxés como “candomblé de rua”, tamanha as conexões do ritmo e da celebração da cultura dos orixás. Os afoxés estão espalhados pelo Brasil e têm uma grande presença na região Nordeste. A **Alma Preta** considera esses grupos como essenciais para o enfrentamento ao racismo e à manutenção dos costumes dos povos negros.

Blocos: Grupos de Carnaval formados para celebrar a festa. Os blocos não têm uma relação exclusiva com o samba e podem reverenciar outros gêneros musicais. Esses grupos existem para celebrar a cultura do Carnaval e muitos deles levantam bandeiras sociais importantes, como a luta contra o racismo. A equipe editorial deve se atentar aos grupos mais politizados, formados por pessoas negras, e cobrir a defesa da cultura do Carnaval.

Comparação RJ e SP: Existe um padrão na imprensa dos dois estados de comparar o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro e de São Paulo. A repórter da **Alma Preta** deve evitar essa comparação e apresentar as singularidades da festa em cada município. A diferente trajetória do Carnaval

em cada cidade e a distinta formação da festa geraram eventos e escolas únicas nos dois espaços. Isso deve ser motivo de exaltação, análise, comentários, e não de comparação.

Escola de samba: Grupo de pessoas reunidas em torno da cultura do samba por um pavilhão. Escola de samba é um território criativo da cultura negra, com manutenção de valores como oralidade, batuque, religiosidade, entre outros. É um marcador cultural fundamental para pessoas negras em diferentes regiões do país. A repórter da **Alma Preta** deve olhar para as escolas de samba como um lugar importante para os povos negros e um ambiente com muitas pautas possíveis.

Grupo especial: Festas de Carnaval em municípios como São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória (ES), Santos (SP), entre outras, têm disputas entre as escolas de samba, que desfilam e são julgadas de acordo com um regulamento pré-definido. O Grupo Especial é, normalmente, o principal grupo das escolas de samba. A **Alma Preta** acompanha os festejos do grupo especial, desfiles com maior repercussão e que costumam suscitar debates relevantes na sociedade, como as desigualdades raciais.

Grupo de acesso: Nas cidades onde há disputa de Carnaval e diferentes divisões para celebrar a disputa entre as escolas de samba, costuma haver o Grupo Especial, principal divisão do torneio, e o Grupo de Acesso, onde estão escolas que pretendem a retornar ao Grupo Especial. Em São Paulo, escolas tradicionais e negras como Camisa Verde e Branco, Nenê de Vila Matilde, Unidos do Peruche e Vai-Vai têm frequentado esse grupo. A presença de escolas importantes para pessoas negras em grupos de acesso ou qualquer outra divisão motiva a cobertura da **Alma Preta**.

Velha guarda: Setor de uma escola de samba ou bloco composto pelas pessoas com décadas de dedicação ao grupo de Carnaval. É o setor onde normalmente se concentram as pessoas mais velhas da escola e as responsáveis por carregarem a tradição da comunidade, dando continuidade aos valores do samba, de comunidade e de ligação com o povo negro.

Bateria: Setor responsável pela batucada e pelo ritmo da escola nos ensaios e no desfile. A bateria é um setor central, que carrega parte essencial do DNA da escola e costuma ser um departamento acolhedor, sobretudo para jovens. A **Alma Preta** acredita na importância desse setor, que proporciona pautas, e os integrantes são possíveis fon-

tes. Vale também um olhar atento para possíveis barreiras impostas às mulheres para determinados instrumentos.

Alas: A comunidade de uma escola de samba costuma ser dividida a partir das diferentes alas que compõem uma agremiação em ensaios ou desfile. Algumas alas são tradicionais, como a Velha Guarda, Baianas, Passistas, Bateria, entre outras, enquanto existem alas mais soltas, em que as pessoas estão mais livres para aproveitar a festa, e outras de passo marcado, cuja coreografia conta ponto para a avaliação dos jurados. A repórter deve ter conhecimento dessa composição para compreender a dinâmica das escolas e da festa.

Mestre-Sala e Porta-Bandeira: Casal de dançarinos que, durante o desfile da escola de samba, tem como função apresentar e conduzir o pavilhão da escola.

Regulamento: A liga das escolas de samba de São Paulo e do Rio de Janeiro disponibiliza o regulamento do desfile nas duas cidades. O documento serve de guia para a avaliação dos jurados acerca do desempenho das escolas. Mesmo que o resultado não seja o principal foco da cobertura da **Alma Preta**, é essencial que a repórter tenha conhecimento dos quesitos para, inclusive, desenvolver uma cobertura crítica.

5. Conceitos

O **Manual de Redação** busca apresentar alguns conceitos e como estes devem ser utilizados nos conteúdos jornalísticos da **Alma Preta**. É importante lembrar que a Agência busca produzir notícias acessíveis a todos os públicos. Dessa forma, explicar os termos mais complexos é altamente recomendável.

Verbetes:

Amarela: Para o IBGE, refere-se à cor da pele de uma pessoa, geralmente associada a descendentes do continente asiático. A **Alma Preta** não cobre especialmente a vivência dessa população, mas entende que ela também é vítima de discriminações específicas na sociedade brasileira, marcadas por estereótipos racistas.

Branca: Para o IBGE, refere-se à cor da pele de uma pessoa. No caso, são brancas aquelas de pele alva e fenótipos associados a descendentes de europeus. No entanto, é também uma identidade social, pois a cor da pele de pessoas brancas informa suas vivências sociais de maneira distinta daquelas experimentadas por pessoas negras.

Colorismo: De forma geral, o colorismo é a discriminação pela cor da pele. Assim, por conta do co-

lorismo, a pigmentação da pele de alguém determina as formas de discriminação que essa pessoa sofre. Isso não significa, porém, que uma pessoa negra de pele mais clara será aceita nos mesmos espaços ou terá os mesmos privilégios que pessoas brancas, mas que há dimensões do racismo que atingem de formas distintas pessoas negras de pele escura e clara.

Discriminação: Tratamento diferenciado a um grupo específico de pessoas que pode resultar em uma segregação espacial ou em situações de violência física ou simbólica. Em si, a discriminação trata de relações de poder, da força para atribuir vantagens e desvantagens a um determinado grupo.

Indígena: Identidade associada aos descendentes das populações originárias do território que hoje se entende como Brasil. Sua vivência na atualidade é marcada pela discriminação, pelo racismo, pelos estereótipos, pela luta por terras que, constitucionalmente, lhe pertencem e, principalmente, por potências intelectuais, epistemológicas e científicas. A **Alma Preta** cobre as vivências dessa população, como historicamente a Imprensa Negra tem feito.

Lugar de fala: O conceito de “lugar de fala” defende que os lugares sociais que as pessoas ocupam marcam profundamente suas visões de mundo,

epistemologias e valores por conta das experiências comuns resultantes desses lugares. O conceito, portanto, convida a repórter considerar uma multiplicidade de vozes, negando a ideia de neutralidade, universalidade ou unidade dos discursos. O termo ganhou relevância social depois da publicação de textos da filósofa Djamila Ribeiro.

Mito: O conceito de mito é múltiplo e difuso, mas em todas suas perspectivas tem a função de definir e explicar as origens de algo concreto e real. Ao longo do tempo o termo incorporou um sentido de fabulação, ficção, mentira e falsidade, sendo utilizado como sinônimo para algo que é oposto à verdade ou tudo que é incoerente com a realidade.

Minoria: Minoria social se refere aos grupos marginalizados dentro de uma sociedade, seja por conta de sua raça, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, religião, classe, etc. A **Alma Preta** não utiliza esse termo e prefere nomear os grupos a que se refere. Por escolha política, a Agência, particularmente no que se refere à população negra, destaca seu caráter majoritário.

Mulata: Termo utilizado para se referir a pessoas filhas de relacionamentos interracialis, cuja origem está associada à palavra “mula”, ou seja, o filho infértil do cruzamento entre égua e jumento.

Por conta de sua origem extremamente ofensiva e associada à desumanização de pessoas negras, a jornalista da **Alma Preta** não deve utilizar esse termo, salvo quando se referir a citações ou documentos históricos. Nesses casos, deve estar indicado que a Agência não compactua com o uso da palavra.

Necropolítica: Conceito cunhado pelo pensador camaronês Achille Mbembe a partir da noção foucaultiana de biopolítica, relacionada aos conceitos de estado de exceção e estado de sítio. “Necropolítica” é entendido aqui como a gestão da morte enquanto política de Estado. Aplicando o conceito ao Brasil, a necropolítica se alimenta da imagem de “inimiga interno”, criada em torno da visão de jovens negras periféricas retratadas como criminosas.

Negra: É uma identidade social de raça, com a qual se identificam a maior parte das pessoas autodeclaradas pretas e pardas. Para o IBGE, a categoria “Negro” se refere à soma dos dados de autodeclaração de cor de pretos e pardos. Esse reconhecimento faz parte de uma reivindicação dos Movimentos Negros brasileiros por entender que, ainda que existam nuances específicas, as experiências das pessoas negras no Brasil passam pela violência racista sistêmica, o que faz com que ser negra também seja considerado um marcador social.

Pacto Narcísico da Branquitude: Conceito criado por Maria Aparecida Silva Bento (Cida Bento), em sua tese de doutorado. O Pacto Narcísico da Branquitude se refere à identificação e fortalecimento dos laços das pessoas brancas entre si, ao mesmo tempo que elas ignoram a humanidade de pessoas negras. Tal ação se reflete em todos os ambientes e amplia a manutenção do privilégio branco na ocupação de posições estratégicas na sociedade.

Parda: Para o IBGE, refere-se à cor da pele de uma pessoa, geralmente associado a descendentes de relacionamentos interraciais. É um marcador de cor. Não deve ser usado pela jornalista da **Alma Preta**, salvo quando se faz referências a dados do IBGE.

Preconceito: O preconceito é a opinião sobre determinados grupos a partir de estereótipos acerca desses indivíduos. O preconceito racial parte, portanto, de opiniões gerais sobre grupos raciais e pode ou não resultar em discriminação.

Preta: É um marcador de cor. Para o IBGE, refere-se à cor da pele de uma pessoa, principalmente daquelas que se entendem como mais escuras. Socialmente, porém, é uma identidade social com a qual algumas pessoas com características fe-

notípias específicas se reconhecem. Em alguns momentos, essa palavra é utilizada como sinônimo de “negra”, pois existe um processo de dar um novo significado sobre o ser negra no Brasil, com vistas a destacar o orgulho da própria negritude. Durante a cobertura, a **Alma Preta** dá preferência ao termo negra e se refere ao termo preta como um marcador de cor ou orgulho racial.

Raça: Conceito proveniente da biologia para diferenciação dos seres vivos. Quanto à diferenciação de pessoas, o conceito é biologicamente incorreto e não deve ser usado na **Alma Preta**. No entanto, raça é uma categoria socialmente operante e que serve para justificar e naturalizar a marginalização, a violência e a exclusão contra indivíduos e deve ser usado nos textos da Agência.

Racismo: O racismo é a discriminação racial sistemática, que atua no cotidiano, nas instituições, no Estado, na economia e nas relações interpessoais, de forma consciente ou inconsciente, determinando privilégios ou desvantagens aos indivíduos a depender da cor de sua pele. A **Alma Preta** cita alguns desdobramentos do conceito que podem ser utilizados ao longo da cobertura.

I. Racismo ambiental: Cunhado por Benjamin Franklin Chavis Jr, em 1981, o termo racismo ambiental se relaciona à marginalização de grupos

raciais específicos a áreas expostas a conflitos por terra e a resíduos tóxicos (como agrotóxicos ou lixões, por exemplo), tanto no contexto urbano quanto no rural.

II. Racismo estrutural: A tese do racismo estrutural defende que as manifestações do racismo no cotidiano, isto é, a discriminação sistemática nos mais variados níveis, é a expressão da maneira como a sociedade brasileira foi formada. Nesse sentido, entende-se que o racismo molda os valores, as tradições, as epistemologias e os comportamentos de toda a sociedade, negando os discursos de que o racismo é um problema individual. No Brasil, o termo foi popularizado por meio da obra *Racismo Estrutural*, escrita pelo professor e advogado Silvio Almeida.

III. Racismo institucional: A tese do racismo institucional defende que o racismo não se resume a comportamentos individuais, pois é resultado do funcionamento das instituições, fundamentais para o estabelecimento da supremacia branca. Na **Alma Preta** entende-se que as instituições são racistas porque são fruto das estruturas sociais, que são racistas em sua gênese. O ativista político Stokely Carmichael, ex-integrante dos Panteras Negras, foi o primeiro a utilizar o termo no final dos anos 1960.

IV. Racismo recreativo: Conceito criado por Adilson Moreira, refere-se à circulação, na forma de

humor, de imagens ofensivas que demonstram desprezo por grupos raciais não brancos.

V. Racismo reverso: Por ser uma discriminação sistemática contra um grupo de indivíduos, o racismo exige que a pessoa que pratica a discriminação tenha força social para fazê-lo. Grupos raciais não brancos, na sociedade brasileira (e ocidental), não têm esse poder por serem constante e sistematicamente excluídos e marginalizados dos espaços de poder. Dessa forma, o racismo reverso não existe e é um termo que não deve aparecer na **Alma Preta**, salvo em citações, que devem estar propriamente creditadas.

6. Educação e Divulgação Científica

A educação é uma agenda importante do Movimento Negro e uma pauta constante nas páginas da Imprensa Negra. A **Alma Preta** segue essa tradição e produz reportagens com denúncias de racismo e desigualdades nesse campo, ressaltando a contribuição acadêmica e intelectual de pessoas negras.

“A função da imprensa é a manutenção dessa sementeira da educação.” – Oswaldo Faustino

I. Sugestões de pauta: Profissionais da Agência devem estar próximas dos debates das universidades e de centros de pesquisa do país ou de outras regiões do mundo. O movimento é de cobrir o que

tem sido produzido de conhecimento científico no país, na África e/ou em outras regiões do planeta por pessoas negras ou que interesse a esse público.

II. Fontes de consulta: Ideias de pauta podem ser encontradas em congressos, artigos acadêmicos, preprints, newsletters, redes sociais de pesquisadoras e cientistas, bancos de dados educacionais, agências/associações especializadas em educação, agências de divulgação e as mídias das próprias universidades. Existem também agências especializadas em ser uma ponte entre os conteúdos científicos produzidos por instituições de pesquisa e a sociedade, como a Agência Bori.

III. Problematizar para além do informar é fundamental: Mais do que a função de apenas buscar pautas que contêm uma história, a jornalista deve estar em contato com pesquisas acadêmicas ou novas legislações na área da educação para entender como o fato apurado, por exemplo, atinge ou pode afetar pessoas, famílias (sobretudo negras), cidades e o país. A reflexão, a objetividade e a criticidade precisam estar latentes.

IV. Desigualdades de acesso: Pensar sobre as desigualdades de acesso para as pessoas negras em espaços formais de educação é uma preocupação constante da jornalista da **Alma Preta**. Um exemplo é a persistência da dúvida sobre o que tem sido pensado e feito na sociedade para reduzir o

problema do abandono e da evasão escolar, sobretudo por pessoas negras.

V. Visibilidade para vozes negras produtoras de conhecimento científico: A **Alma Preta**, quando cobrir e divulgar conhecimentos e pesquisas produzidos nas universidades e centros de estudo, deve levar em consideração que esses espaços são embranquecidos. Jornalistas da Agência devem procurar entrar em contato com pesquisas, das mais diversas áreas do conhecimento, que tenham sido produzidas por pessoas negras e/ou que impactam ou impactarão diretamente às pessoas pretas e pardas do país, de África ou de outras regiões do mundo.

VI. Pluralidade: Conhecimento científico não é só produzido em torno de ciências exatas, mas também de ciências humanas e biológicas. Jornalistas devem procurar pautas relevantes em torno de qualquer área do conhecimento que influencie diretamente a vida das pessoas negras dos mais diversos gêneros, condições financeiras e orientações sexuais. Profissionais da Agência também devem estar atentos para não reproduzir discriminação regional, repercutindo somente conhecimentos produzidos nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

VII. Diversidade de formatos e porta-vozes: As ideias de pautas podem ser desenvolvidas por meio de vídeos, conteúdo para as redes sociais

da **Alma Preta**, podcast, notícias, reportagens, infográficos, entre outros. Os conteúdos podem ser publicados em qualquer editoria da Agência. As próprias pesquisadoras negras produtoras do conhecimento ou pessoas beneficiadas por ele podem ter espaço de fala na editoria Quilombo da Agência por meio da escrita de artigos de opinião.

VIII. Tradução: Produções científicas devem ser explicadas em linguagem cotidiana. Após escolher uma pauta de um conhecimento acadêmico que tenha muitos termos técnicos atrelados, a jornalista precisa fazer uma apuração e entrevistas que visem traduzir esse conhecimento para o público da agência **Alma Preta**. É importante que os termos técnicos sejam explicados, que os impactos do assunto sejam compreendidos pela profissional e divulgados de forma didática. Todo e qualquer assunto pode ter uma linguagem acessível, mas ainda manter sua complexidade e profundidade de forma bem colocada e traduzida. Além disso, só um assunto bem compreendido pela repórter pode ser bem escrito e divulgado.

IX. Parcerias com escolas, universidades e centros de pesquisa: Sempre que possível, a Agência se propõe a fechar parcerias que ampliem a divulgação do conhecimento científico e de temas caros à educação. A Agência pode pensar em produzir conteúdos em parceria com veículos de notícias de escolas e universidades e, assim, possibilitar que as informações sejam transmitidas via televisão, rádio e/ou eventos presenciais.

X. Papel educador: Ao se aproximar do conhecimento científico produzido nas universidades e centros de pesquisa e ao cobrir pautas relevantes para a educação, a Imprensa Negra reafirma seu compromisso com a educação. Jornalistas da **Alma Preta** devem ter a missão de, em matérias que estão fora da realidade vivenciada e compreendida por um grande número de pessoas, explicar e contextualizar o ocorrido. Exemplo: termos técnicos específicos devem ser contextualizados; países e histórias africanas ainda pouco compreendidos ou conhecidos também devem ser explicados; termos de religião de matrizes africanas devem ser elucidados.

Exemplos de matérias:

(Título) Pesquisa mostra a influência da cor da pele no modo como as pessoas são vistas no Brasil (Linha-fina) Homens negros e mulheres negras são vistos como ameaça e criminosos no imaginário da população; brancos são empresários e pessoas bem-sucedidas (**Alma Preta** | Acesso em 06/05/21 às 12h40)

(Título) Pandemia afeta mais a saúde mental e financeira de jovens negros e não cis, revela pesquisa (Linha-fina) Estudo inédito realizado pela Escola Livre de Redução de Danos identifica fatores sobre consumo de drogas e impactos do isolamento social; efeitos estão associados à desigualdade racial no acesso à renda (**Alma Preta** | Acesso em

06/05/21 às 12h35)

(Título) Publicação inédita analisa políticas públicas de resposta à pandemia de países como EUA, China, África do Sul e Brasil

(Highlight) Na maioria dos países, políticas de saúde como distanciamento, uso de máscara e lockdowns estiveram dissociadas de políticas sociais que permitiam que as pessoas de fato ficassem em casa (Agência Bori|Acesso em 06/05/21 às 12h59)

(Título) Pernambuco terá 1ª instituição de ensino voltada à educação afro-brasileira

(Linha-fina) Com sede no sítio histórico de Olinda, a Casa do Ofá pretende unir saberes ancestrais negros no desenvolvimento cognitivo infantil; Projeto foi criado pela contadora de histórias e pedagoga Kemla Baptista (**Alma Preta**|Acesso em 10/05/21 às 14h20)

Verbetes:

Abandono | Evasão escolar: São palavras distintas. O abandono ocorre quando o aluno interrompe o ano letivo e deixa de frequentar as aulas, mesmo que possa retornar no ano seguinte. Já a evasão acontece quando o aluno não se matricula nos próximos anos, desistindo de seu desenvolvimento e formação escolar básica por algum motivo. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)

2019, entre as pessoas de 14 a 29 anos do Brasil, 20,2% (10,1 milhões de pessoas) não completaram o Ensino Médio, seja porque abandonaram a escola antes do fim dessa etapa, seja por nunca tê-la frequentado. Desse total, 71,7% das pessoas eram negras.

Ações afirmativas | Cotas: As ações afirmativas são políticas focais voltadas a grupos socialmente marginalizados, discriminados e vítimas das desigualdades e exclusões sociais (mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiências, pessoas LGBTQIAP+, entre outras). São medidas que tem o objetivo de criar políticas para uma maior participação desses grupos nas áreas da educação, da saúde, do mercado de trabalho, entre outros setores da vida em sociedade. Algumas medidas utilizadas como ações afirmativas são o fornecimento de bolsas de estudo, a distribuição de terras e habitações e a criação de cotas, que são políticas de garantia de acesso a oportunidades, como educação e emprego, por meio da destinação de uma quantidade definida de vagas para determinados grupos. As políticas de ações afirmativas podem ser de iniciativa pública ou privada e podem ser adotadas de forma voluntária ou por determinação legal.

Analfabetismo: Analfabeto é a palavra designada para pessoas que não sabem ler ou escrever nem um bilhete simples no idioma conhecido.

Também são consideradas analfabetas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pessoas que sabem ler e escrever, mas esqueceram; aquelas que apenas assinam o próprio nome e as que declaram ter menos de um ano de instrução. O Plano Nacional de Educação (PNE) tem como uma de suas metas reduzir a taxa de analfabetismo no país.

Analfabetismo funcional: No analfabetismo funcional, as pessoas são capazes de ler e escrever, mas não conseguem compreender os textos ou realizar tarefas cotidianas por meio dessas capacidades. São indivíduos que não desenvolveram habilidades de interpretação textual e de realizar operações matemáticas simples. O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) é a pesquisa que mensura os diferentes níveis de alfabetização dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos do país devem desenvolver ao longo do Ensino Infantil até o Ensino Médio. Com o objetivo de promover uma educação de qualidade e mais equitativa, a BNCC estabelece conhecimentos, competências e habilidades que devem nortear a formulação dos currículos educacionais e as propostas pedagógicas de escolas da Educação Básica de todo o Brasil. Finalizada em 2018, a Base ainda se encon-

tra em fase de implementação em 2021.

Educação Básica: É a primeira etapa educacional. Divide-se em três fases, cada uma com um objetivo específico: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), essa etapa é obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade. A Educação Infantil é voltada para crianças de 0 a 5 anos, enquanto o Ensino Fundamental passa a ser obrigatório aos 6 anos de idade e tem duração de 9 anos. O Ensino Médio, por sua vez, conta com duração de 3 anos.

Educação de Jovens e Adultos (EJA): Forma de ensino da rede pública brasileira que visa desenvolver o Ensino Fundamental e o Médio para pessoas que não tiveram oportunidade ou não conseguiram completar os estudos na idade escolar apropriada. A modalidade de ensino permite que os alunos retomem e concluam os estudos em um tempo menor que o da educação regular. O EJA de Ensino Fundamental pode ser concluído em um tempo médio de dois anos e o de Ensino Médio pode ser concluído em um ano e meio.

Lei 9.394 - Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB): A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) foi aprovada em 20 de dezembro de 1996 e é a mais importante legisla-

ção no que se refere à educação. Ela regulamenta o sistema educacional do ensino básico ao superior em escolas e instituições públicas ou privadas. Também chamada de Carta Magna da Educação, a LDB procura garantir, nacionalmente, o direito de acesso à educação gratuita e de qualidade, além de estabelecer os deveres dos órgãos governamentais com a educação pública e buscar a valorização dos profissionais da educação.

Lei 10.639 - Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana: Instituída em 9 de janeiro de 2003, alterou a Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). A Lei 10.639/03 tornou obrigatório na Educação Básica, do ensino fundamental ao médio, a presença da temática da história e cultura afro-brasileira e africana. Esta é uma reivindicação antiga do Movimento Negro brasileiro e busca resgatar, na memória das pessoas, a história dos povos negros para além da escravização, mas com destaque para a luta dessas pessoas e para suas colaborações na formação da sociedade brasileira em todas as áreas do conhecimento. A Lei 10.639/03 também instituiu o Dia Nacional da Consciência Negra que, em 20 de novembro, além de marcar a luta contra o preconceito e a discriminação racial, homenageia o líder quilombola Zumbi dos Palmares, morto no mesmo dia em 1695.

Lei 11.645 - História e Cultura Afro-Brasileira

e Indígena: Instituída em 10 de março de 2008, complementa a Lei 10.639/03 e inclui nas diretrizes e bases da educação nacional a obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, principalmente nas áreas de educação artística, de literatura e história brasileiras. Essa modificação torna obrigatório, além do ensino da história da África, dos africanos, da cultura e da luta das pessoas negras, também o estudo dos povos indígenas brasileiros e da cultura indígena. Assim como a Lei 10.639/03, a Lei 11.645/08 ainda enfrenta dificuldades para uma concretização com qualidade.

Plano Nacional de Educação (PNE): Instituído pela Lei nº 13.005/2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional nacional no decênio de 2014 a 2024. O PNE definiu 10 diretrizes e estabeleceu 20 metas e 254 estratégias a serem cumpridas no período de vigência. Diferente de planos anteriormente lançados, o PNE tem caráter decenal por força constitucional, o que o faz atravessar diferentes gestões de governo. Nesse contexto, o PNE articula esforços nacionais e colaborativos com o objetivo de elevar o nível de escolaridade da população, aumentar a taxa de alfabetização, ampliar a disponibilização de vagas no ensino superior e técnico, valorizar profissionais da educação, ampliar os investimentos na área, além de melhorar a qualidade da educação básica e reduzir as desigualdades sociais.

7. Esportes

O esporte é um fator importante da cultura nacional e, devido a sua intensa relação com a história do Brasil, requer uma fundamentação racial sobre o tema. A **Alma Preta** indica em sua linha editorial tratar de assuntos esportivos com enfoque em aspectos como a negritude, as desigualdades sociais, os destaques esportivos, as injustiças desportivas e os crimes de racismo em tal ambiente.

A jornalista deve acompanhar o tema com técnica e criticidade, além de entender o esporte como um ambiente político social relevante para a comunidade negra. É fundamental estar atenta às principais notícias esportivas e aos fatos referentes à questão racial, como injúrias raciais, ações contra o racismo e desigualdades salariais, entre outros assuntos.

I. Cobrir as principais ações esportivas: Cabe à repórter monitorar as principais ações esportivas que ocorrem tanto no esporte profissional quanto no amador.

II. Abordar narrativas de destaque: A luta contra a discriminação racial é ativa dentro do esporte. Algumas entidades, atletas, clubes e equipes de várzea atuam para erradicar o racismo em seus espaços e na sociedade. Cabe à equipe da Agência abordar essas narrativas, além de marcos históricos e pessoas que destacam a negritude e são relevantes para a comunidade negra. Alguns dos

principais atletas do mundo são ou eram negros, como Pelé, Marta, Muhammad Ali, Michael Jordan, Serena Williams, Jesse Owens, e devem ser reconhecidos como tal.

III. Denunciar o racismo sistêmico: Assim como as ações esportivas, cabe à jornalista cobrir as principais denúncias de discriminação, como desigualdades salariais e injúrias raciais. O esporte reproduz os preconceitos da sociedade, por isso pautar as principais questões dentro do esporte auxilia as pessoas negras a terem seu devido destaque.

IV. Fontes esportivas: Assim como em outras áreas, é importante utilizar fontes oficiais para basear as matérias jornalísticas. Interessante destacar algumas organizações, como o Observatório Racial do Futebol, que denunciam os principais casos de racismo no esporte. Além disso, sempre estar atenta aos dados estatísticos de fontes organizadoras a fim de realizar matérias com fundamento racial.

Abaixo, são destacados alguns dos conceitos principais que devem estar no repertório da jornalista da **Alma Preta**. Foram selecionados alguns esportes cujo protagonismo negro, no Brasil e no mundo, é central. Não se pretende, porém, que estes sejam os únicos esportes a receber atenção da Agência, pois é necessário que a repórter esteja atenta à atuação de pessoas negras em diferentes áreas esportivas.

Verbetes:

Atletismo: O atletismo é composto por provas de pista (corridas), de campo (saltos e lançamentos), provas combinadas, como decatlo e heptatlo (que reúnem provas de pista e de campo), pedestrianismo (corridas de rua, como a maratona), corridas em campo (cross country), corridas em montanha e marcha atlética. É considerado um esporte-base, já que envolve práticas naturais do corpo humano, como correr, saltar e lançar. Nele, muitos atletas negros tiveram destaque, como Jesse Owens, atleta estadunidense que, em 1936, nos Jogos Olímpicos de Berlim, cidade sob domínio nazista, conquistou quatro medalhas de ouro.

Basquete: Um dos esportes mais populares do mundo, o basquete possui um histórico de protagonismo negro desde o início da segunda metade do século XX. Esse protagonismo se deve majoritariamente à popularidade e rentabilidade da NBA, a liga norte-americana. Nomes como Michael Jordan, LeBron James, Kareem Abdul-Jabbar, Bill Russell e Wilt Chamberlain estão sempre presentes nas discussões sobre o maior jogador de basquete da história, além de possuírem diversos records no esporte. Na WNBA, a liga norte-americana feminina, um dos principais nomes da história é Lisa Leslie, tetracampeã olímpica e bicampeã mundial. Mas o protagonismo negro não fica restrito às

quadras, pois atletas da NBA e WNBA assumem papel de destaque em causas sociais, como nos protestos do movimento Black Lives Matter (“Vidas Negras Importam”, em português), em que atletas como Karl-Anthony Towns, Jaylen Brown e Trae Young foram às ruas após o assassinato de George Floyd.

Boxe: Também conhecido como pugilismo, é um esporte de combate no qual os lutadores utilizam as mãos para se defender e devem usar luvas acolchoadas. O objetivo é desferir golpes para pontuar ou nocautear o oponente. Um dos maiores boxeadores de todos os tempos foi Muhammad Ali, atleta estadunidense três vezes campeão mundial e ativista da luta antirracista e contra a Guerra do Vietnã, nos anos 1960. Foi eleito, pela revista *Sports Illustrated*, O Maior Desportista do Século, em 1999.

Clubes de futebol: Sociedade criada por um grupo de pessoas com interesses comuns, para fins culturais, de lazer e desportivos, com caráter amador ou profissional. Muitas organizações e sociedades de pessoas negras no século 20 formaram, dentro de sua instituição, clubes de futebol amadores. Simultaneamente, no início do mesmo século, muitos dos clubes profissionais proibiam a atuação de atletas negros em seus times. O primeiro a aceitar atletas negros foi a Ponte Preta, de Campinas (SP), em 1900. Nas décadas de 1920

e 1930 chegaram a ser realizados, em São Paulo, anualmente, os jogos Pretos versus Brancos, que reuniam jogadores exclusivamente dessas raças em lados opostos. Ainda que hoje a população negra esteja inserida nos clubes, os atletas ainda são vítimas de racismo. É compromisso da repórter da **Alma Preta** divulgar esses casos como prática inserida na estrutura racista da sociedade.

Futebol e democracia: Pelo seu caráter de grande mobilização de pessoas, principalmente no Brasil, o futebol é altamente político, seja utilizado para mascarar problemas internos, como o discurso encampado pela Ditadura Civil-Militar, na ocasião da vitória da Copa do Mundo de 1970, seja para divulgar ideais democráticos, internos e externos às estruturas do esporte, como no caso do movimento conhecido como Democracia Corinthiana, entre 1981 e 1985. A Democracia Corinthiana impactou profundamente as estruturas do clube de futebol e até hoje encontra ecos, sendo constantemente lembrada pelos torcedores corinthianos como uma marca do compromisso do time com as instituições democráticas. A repórter da **Alma Preta** deve estar atenta aos usos e expressões políticas que são feitas, dentro e fora de campo, do esporte.

Futebol feminino: Com uma trajetória marcada por uma proibição que durou 38 anos (1941-1979), o futebol feminino vive seu momento de maior as-

censão no Brasil. Apesar de ser praticada no país desde o início do século XX, o primeiro Campeonato Brasileiro da modalidade ocorreu apenas em 2013. De lá para cá, muitos clubes têm se estruturado e investido na categoria, como os paulistas Corinthians e Ferroviária, maiores vencedores do Brasileirão. Contudo, mesmo com a ascensão, as atletas de futebol feminino ainda travam batalhas diárias por reconhecimento, salários dignos, melhores condições de trabalho e, sobretudo, maior equidade em relação ao futebol masculino. Maior vencedora do prêmio de melhor jogadora do mundo pela FIFA, com seis troféus, Marta é o maior nome da modalidade no Brasil. Além dela, outras atletas negras foram protagonistas importantes no desenvolvimento da categoria, como Formiga, Pretinha, Roseli e Sissi.

Marta Vieira da Silva: Jogadora de futebol nascida em Dois Riachos (AL), em 1986. Foi eleita seis vezes a melhor futebolista do mundo, sendo cinco delas consecutivas. É a pessoa com maior número de gols em Copas do Mundo de Futebol, dentre homens e mulheres. Marta é embaixadora da Boa Vontade da ONU Mulheres e, atualmente, joga no time Orlando Pride, nos EUA. É uma das maiores atletas da atualidade, com reconhecimento mundial.

Pelé: Edson Arantes do Nascimento nasceu em Três Corações (MG), em 1940. Conhecido mun-

dialmente como Pelé, é o maior atleta de todos os tempos e, certamente, um dos brasileiros mais reconhecidos nacional e internacionalmente. Recebeu a alcunha de “Rei do Futebol” por atingir marcas como ser o único atleta a ter ganhado três Copas do Mundo e marcar 1283 gols em 1363 jogos, número recorde nunca igualado por nenhum outro jogador. Chegou a ser o jogador mais bem pago do mundo. No Brasil, jogou apenas no Santos, onde construiu e consolidou sua carreira profissional antes de embarcar para os EUA e jogar no New York Cosmos.

Racismo nos estádios: A repórter da **Alma Preta** deve entender que os estádios e o futebol não estão apartados da sociedade e, portanto, compartilham questões e problemas sociais. O futebol surge de um contexto excludente para pessoas negras do cotidiano do desporto, prática alterada lentamente durante o século 20. As ofensas racistas por parte de torcedores e atletas nos estádios ganharam a mídia nos últimos anos. Em 2022, segundo estudo do Observatório Racial do Futebol, os campeonatos sul-americanos apresentaram recordes de situações de injúria. As punições, contudo, ainda são muito diversas e focadas em responsabilizações dos clubes esportivos. A Agência busca acompanhar os casos e deve ouvir especialistas quanto às medidas de punição e prevenção desse problema.

Torcidas Organizadas: Associação de torcedores de um mesmo clube esportivo. Possuem cantos, bandeiras, mosaicos, performances e símbolos como formas de apoiar seu time. De forma geral, estão relacionadas ao futebol, mas não necessariamente apoiam apenas esse esporte.

8. LGBTQIAP+

A **Alma Preta** cobre os interesses de pessoas negras sem distinções em relação às suas identidades de gênero e às suas sexualidades. Jornais da Imprensa Negra do século XX já demonstravam a comunicação como um espaço de fonte informativa, educativa e de debate para pessoas marginalizadas pela sociedade, dentre elas as populações LGBTQIAP+. A **Alma Preta** segue essa tradição.

I. Potencialidades da população LGBTQIAP+: Apesar de existirem histórias de violência que devem ser contadas, a população LGBTQIAP+ não é resumida a mortes, tragédias e momentos de dor. Existem outros temas com potencial de serem explorados ao abordar essa comunidade, como educação, saúde e bem-estar, histórias de vida, cultura, política, esportes, mercado de trabalho, tecnologia, ciência e economia, o que gera novas perspectivas e coloca em evidência novas personalidades.

II. Uso do nome: É de extrema importância o uso do nome da pessoa referenciada na reportagem. Nunca utilizar frases como “trans é eleita”, “homossexual lança obra”, “casal lésbico...”; use os nomes. Pergunte previamente como a pessoa entrevistada ou abordada prefere ser chamada, o pronome que usa com maior frequência e de que maneira prefere ser citada. Em casos de nomes sociais, não citar, em hipótese alguma, o nome morto. A sexualidade só deve aparecer no texto quando for extremamente importante para o entendimento do que está sendo retratado.

III. Termos neutros: Uma prática que deve ser exercida pelas jornalistas da **Alma Preta** é o uso de termos neutros. Além de inclusivo, ajuda em certos momentos na fluidez do texto. Ao invés de usar “homens e mulheres negras”, prefira utilizar “pessoas negras”. Em casos de dúvida, pergunte sempre qual pronome utilizar. Outro uso que deve ser evitado ao utilizar a linguagem neutra é o x e @, como elx/el@. Isso causa dificuldade na leitura de pessoas disléxicas e cegas, que não conseguem entender e traduzir o que está escrito.

IV. A fala singular não representa o plural: É essencial lembrar que a fala de uma única pessoa não representa a totalidade das problemáticas e da realidade da comunidade LGBTQIAP+. Procure fontes diversas e tente dar o panorama mais completo possível para a leitora.

Verbetes:

LGBTQIAP+: É um movimento social e político que luta pela defesa da igualdade, pelo respeito à diversidade, pela representatividade e direitos para essa comunidade. Cada uma das letras da sigla representa um grupo de pessoas que se reconhece por uma orientação sexual ou identidade de gênero distintas do padrão determinado (a heterossexualidade, no caso da orientação sexual, e masculino/feminino nos casos de gêneros). Em ordem, cada letra significa: lésbicas, gays, bissexuais, travestis/transgêneros, queers, intersexual, assexual, pansexual e o símbolo + representa as demais sexualidades e identidades de gênero. O símbolo representa a fluidez da sexualidade que, por ser uma construção e expressão social, está à mercê de alterações constantes. O símbolo de soma substitui o ponto final das siglas anteriores.

Caminhada das Mulheres Lésbicas e Bissexuais: Movimento existente desde 2003 que demanda pautas específicas das mulheres dentro da luta, com denúncias sobre a invisibilidade que sofrem em todos os meios e a violência que atinge as mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, negras e com deficiência de maneira singular.

Cisgênero: Termo utilizado para se referir às pessoas que concordam e se identificam física e psicologicamente com o gênero que lhes foi designado ao nascer.

Cirurgia de Redesignação: Procedimento que envolve intervenções cirúrgicas, em que as genitálias de nascença são alteradas para as características do gênero em que a pessoa se reconhece socialmente. Pode ou não fazer parte do processo de transição de gênero. Nunca usar o termo “mudança de sexo”. Sempre preferir o termo “gênero” ao termo “sexo” quando falarmos das identidades.

Drag Queen: Homens que se montam de mulheres para realizar performances artísticas em que a estética é apenas parte da ideia de expressar e refletir as diversas formas de feminilidade.

Drag King: O inverso de Drag Queen. Mulheres que se montam de homens para realizar performances artísticas. Assim como Drag Queens, não têm ligação alguma com identidade de gênero e orientação sexual.

Femicídio: Assassinato de mulheres cometidos em razão do gênero. Nesse caso, a vítima é assassinada por ser mulher, seja cis, trans ou travesti. A

palavra ganhou maior destaque quando foi aprovada a lei de criminalização do feminicídio (Lei Federal 13.104/15).

Gênero: Enquanto categoria social, refere-se à construção da expressão do indivíduo e marca relações de poder. Os estudos de gênero mais atuais entendem essa categoria como construção social e, como tal, não é fixa e não é relacionada às genitálias.

Heteronormatividade: Conceito que estabelece como norma a heterossexualidade e que apaga, invisibiliza ou discrimina outras orientações sexuais, julgando-as como erradas.

Homofobia: Termo usado para definir o ódio, repulsa, aversão e práticas discriminatórias, como agressão física, contra homossexuais por causa da sua orientação sexual.

Homofobia institucional: Termo dado para a discriminação contra homossexuais vindas de empresas e outras instituições como a igreja, o governo e organizações educacionais.

Interseccionalidade: Termo e conceito sociológico usado para compreender os diversos siste-

mas de opressão da nossa sociedade (raça, classe social, capacidade física, localização geográfica, gênero e orientação sexual) e como elas se relacionam entre si ou se sobrepõem, causando discriminações distintas.

Intersexo: Nome dado para pessoas que nascem com características genitais biológicas não encaixadas nos padrões socialmente estabelecidos de gênero feminino e gênero masculino.

Lesbofobia: Termo usado para definir o ódio, repulsa, aversão, medo e práticas discriminatórias, como agressão física ou verbal, contra mulheres que amam, têm afeto ou desejo sexual por outras mulheres.

Não-binário: Pessoa que não se identifica com um gênero binário (feminino/masculino). Pode também ser chamada de gênero fluido, que atravessa ambos gêneros com suas determinadas características, vestimentas, códigos e comportamentos corporais, sem se limitar nas duas possibilidades.

Nome social: Nome que pessoas trans adotam para serem chamadas no lugar do nome registrado em cartório, que já não reflete mais a sua identidade de gênero.

Nome morto: Nome dado para pessoas trans no momento do seu nascimento. O nome se torna “morto” no momento em que a pessoa o rejeita por não refletir mais a sua identidade de gênero.

Orientação sexual: Refere-se à sexualidade de alguém, ou seja, sentimento ou atração sexual da pessoa em relação à outra. A pessoa pode se sentir atraída por alguém do mesmo gênero, do gênero oposto, por ambos os gêneros ou por gênero nenhum.

Parada do orgulho LGBT: Evento organizado pela comunidade LGBTQIAP+ que reúne milhares de pessoas nas ruas para comemorar o orgulho e a cultura de pessoas lésbicas, gays, transgêneros e de todas as bandeiras relacionadas à comunidade. O evento também serve como um espaço de luta contra a LGBTfobia.

Pink Money: Poder de compra da comunidade LGBTQIAP+. O termo também pode ser usado para definir a comercialização de produtos voltados para a comunidade.

Pinkwashing: Aproveitar-se da causa LGBTQIAP+ de uma maneira oportunista, como empresas que fazem campanhas publicitárias e apoiam o mo-

vimento, mas internamente não promovem a inclusão e não têm posturas coerentes com o seu posicionamento.

Queer: Termo cunhado nos EUA e usado para questionar e problematizar ideias e teorias sobre os gêneros estabelecidos ou socialmente impostos. Originalmente, a palavra possuía um sentido negativo, sendo usada para denominar de maneira pejorativa pessoas fora do padrão heteronormativo.

Transfobia: Termo usado para definir o ódio, repulsa, aversão, medo e práticas discriminatórias físicas ou verbais contra pessoas trans devido à sua identidade de gênero.

Transição de gênero: Processo que envolve ou não terapia hormonal, cirurgias, retificação de nome e mudanças na expressão de gênero. Pensando fora do espectro binário, já podemos considerar transição de gênero a autodeclaração de uma pessoa trans. As cirurgias e a hormonização nunca podem ser uma régua para dizer que uma pessoa trans começou sua transição. A transição é, antes de tudo, social: alteração de pronomes, uso de nome social ou retificação de nome, roupas, cabelos, entre outros. A repórter da **Alma Preta** não deve usar o termo “transição de sexo”.

Transgênero: Termo oposto a cisgênero. Pessoas que não concordam e não se identificam física e psicologicamente com o gênero biológico com o qual nasceram, optando, às vezes, por transicionar para o gênero com o qual se identifica. Em alguns casos, há a opção por métodos hormonais e/ou cirúrgicos.

Transexual: Apesar de ainda ser utilizado, a repórter da **Alma Preta** deve priorizar a escrita do termo transgênero. A palavra transexual e o sufixo “sexual” geram confusão nas pessoas por não compreenderem a palavra como uma referência à identidade, mas à sexualidade. Para crianças e adolescentes, a repórter deve optar apenas pelo termo transgênero. A palavra “pessoas trans” é considerada universal por abranger travestis. Quando escolher as palavras “mulheres trans”, não se esqueça de fazer referência às travestis também.

Sexo: Atividade sexual. A palavra não deve ser utilizada pela repórter da **Alma Preta** como sinônimo de gênero ou mesmo de genitália.

9. Meio Ambiente

O meio ambiente não é um tema constante na história dos veículos da Imprensa Negra. Porém, é urgente que se reconheça que os povos negro e indígena são os mais afetados, deliberadamente, pelo descaso ambiental, e é importante levantar a pauta do racismo ambiental.

A **Alma Preta**, consciente disso, destaca que sua jornalista deve estar atenta a essa pauta e ir além das comunicações oficiais e relatórios das conferências sobre o clima. Deve haver um esforço político de ouvir as comunidades quilombolas, indígenas e periféricas dos centros urbanos e rurais sobre aspectos ambientais que atingem diretamente sua vida. Além disso, ouvir especialistas ambientais negras, que se preocupem em fazer o recorte racial no momento de suas análises climáticas, é parte dos princípios da Agência.

I. Racismo ambiental: Entender e retratar o racismo ambiental como um aspecto do capitalismo, da necropolítica e do racismo estrutural. A jornalista da **Alma Preta** deve sempre contextualizar o fato, de forma a mostrar as disputas de poder em questão e o descaso com uma parte específica da população, formada, majoritariamente, por pessoas negras e indígenas. (ver verbete Racismo na seção Conceitos, deste **Manual de Redação**)

II. Racialização: Pautas de Meio Ambiente podem ser racializadas sempre. A cobertura das conferências sobre o clima e o meio ambiente precisam

ganhar espaço na **Alma Preta**. Essa cobertura, porém, não deve ser distanciada e homogeneizada. É preciso apontar a participação de pessoas negras, indígenas e pobres nas reuniões, preocupadas em pautar os impactos diretos dos problemas ambientais sobre esses grupos populacionais. Caso essa participação não tenha ocorrido, é preciso que o texto denuncie isso, afinal, a **Alma Preta** é uma imprensa posicionada.

III. Comunidades quilombolas e indígenas: Essas comunidades estão envolvidas diariamente na luta pela preservação ambiental. Além disso, são as mais afetadas pelas mudanças climáticas e pelo racismo ambiental. É essencial, sempre que possível, que suas populações sejam ouvidas nas matérias sobre meio ambiente.

IV. Cientistas negras em pautas ambientais positivas: Existem cientistas negras por todo o mundo com elaborações sobre meio ambiente e propostas de soluções. Elas podem e devem ser ouvidas pela **Alma Preta**.

V. Reportagens longas são bem-vindas: Como o recorte racial não é privilegiado nas coberturas sobre meio ambiente da mídia corporativa, reportagens sobre o assunto, que relatam os impactos e as previsões de impacto que as mudanças climáticas causam sobre as populações negras e indígenas, são importantes, inclusive como caráter educativo para o público leitor.

VI. A questão ambiental é transversal: Conteúdos sobre meio ambiente podem estar em todas as editoriais. Cabe destacar a importância de produzir conteúdo sobre racismo ambiental que possa ser utilizado em escolas de ensino básico.

VII. Alimentação de qualidade é tema ambiental: O valor elevado de produtos naturais, como vegetais, por exemplo, torna o acesso a eles quase exclusivo a uma parcela da população, majoritariamente branca. Pautar o impacto do consumo de alimentos ultraprocessados ou com alto teor de agrotóxicos sobre a saúde das pessoas negras é essencial para a **Alma Preta**.

Verbetes:

Acordo de Paris: Acordo firmado em 2015, em Paris, na França, com o objetivo de criar um pacto entre os países para superar o aquecimento global. As principais metas do tratado são a de garantir o repasse de recursos dos países do Norte para as nações do Sul como forma de investir em mitigação e adaptação e o lançamento do mercado de carbono, uma das apostas de setores da economia para superar os problemas climáticos. A repórter da **Alma Preta** deve ter conhecimento do encontro e se atentar para os aspectos do repasse de recursos dos países ricos, além de ter um olhar crítico para o mercado de carbono.

Aquecimento global: Aumento anormal da temperatura média do Planeta Terra, ocasionado por ações humanas emissoras de níveis elevados de gases estufa, como carbono e metano. O aquecimento global é responsável por mudanças climáticas em escala, progressão e velocidade elevadas.

Crédito de carbono: Conceito criado a partir do Protocolo de Kyoto, em 1997. Refere-se à representação do carbono, que deixou de ser emitido para a atmosfera, devido a ações que buscam diminuir a emissão de gases poluentes. O conceito é utilizado como moeda no mercado de carbono, em que países mais poluentes compram o crédito de países menos poluentes, de forma a compensar suas emissões.

Cidades e clima: Os perímetros urbanos também são alvo das mudanças climáticas. Ainda há um paradigma de que as mudanças climáticas e os desastres ambientais se restringem a áreas rurais ou florestais. Porém, as cidades sofrem com as enchentes, períodos de seca, acúmulo de lixo, falta de saneamento básico e uma série de problemas sociais e de saúde decorrentes desse cenário. A repórter da **Alma Preta** deve apresentar para a sociedade, por meio de reportagens, os impactos ambientais e climáticos sobre essas regiões. Vale

destacar que é nesses territórios, sobretudo nas periferias, onde há uma maior concentração de pessoas negras.

COP: Conferência do Clima ou Conferência das Partes, a COP é um dos principais encontros internacionais de líderes e nações e é o maior momento para definição e discussão de assuntos ligados ao clima e ao meio ambiente. O encontro de 2022, em Sharm El Sheik, teve a inscrição de mais de 30 mil pessoas. A **Alma Preta** deve se organizar para cobrir a COP com um olhar crítico sobre os acordos internacionais, principalmente os impactos deles para os países do Sul, em particular África, Brasil e América Latina. A equipe deve ter também um olhar cuidadoso sobre as agendas dos povos quilombolas e de representantes das periferias de grandes centros urbanos, grupos que sentem de uma maneira desproporcional os impactos das alterações climáticas.

Protocolo de Kyoto: Tratado internacional de 1997, que estabelece compromissos para a redução da emissão dos gases responsáveis pelo efeito estufa.

Sustentabilidade: Busca de equilíbrio entre os recursos naturais disponíveis no Planeta e a exploração deles pela sociedade.

10. Política

A **Alma Preta** tem como objetivo cobrir os principais temas e acontecimentos da política que impactam o país e a população negra.

A Agência de notícias tem a missão cobrir a atuação de parlamentares negros, explicar projetos de lei, temas em debate no Congresso Nacional e denunciar as limitações do sistema político brasileiro.

A **Alma Preta** acredita que o Estado atua no sentido de perpetuar a sub-representação na política, o aumento das desigualdades e a continuidade de uma política violenta contra pessoas negras. Diante desse cenário, é papel da imprensa denunciar essas contradições e os problemas cotidianos enfrentados pelo povo.

I. Destaque as pautas políticas que envolvem a população negra e periférica: É importante tratar de todos os assuntos políticos; porém, dê preferência às pautas que vão ao encontro da visão de denúncia do racismo que a Agência tem.

II. Estar atenta às principais pautas legislativas, tanto do Congresso Nacional, como das Assembleias Estaduais: As principais leis vigentes são elaboradas nesses espaços por meio de várias etapas. Cabe à profissional entender as propostas, acompanhar as tramitações e entender como elas podem influenciar a vida da população negra e trabalhadora.

III. Importante destacar as fontes: A política é um meio delicado, em que é fundamental ser transparente. Por isso, ao veicular um material, certifique-se das informações prestadas e sempre destaque a fonte dos dados, seja um órgão oficial ou uma pessoa vinculada com o assunto.

IV. Busque sempre por fontes oficiais: As fontes oficiais são eficientes na cobertura de temas políticos. Por isso, dê preferência para as fontes oficiais ao buscar informações, como os sites dos ministérios do Governo Federal, do próprio governo, das prefeituras, dos governos estaduais, do Congresso Nacional e todos aqueles que são referências nas pautas condizentes. É possível fazer isso e, ao mesmo tempo, ouvir fontes disruptivas que possam apresentar uma diferente perspectiva sobre os fatos.

V. Entender e monitorar as instituições que devem promover ações de igualdade racial: A diminuição da desigualdade é responsabilidade de todos e também de órgãos públicos, como a Fundação Palmares. É importante entender as ações dessas instituições e cobrir a presença ou ausência de programas que melhorem a vida da população negra.

Verbetes:

Anarquismo: Vem de “Anarkhia”, palavra grega, que significa ausência de governo. É um movi-

mento político, social e econômico que defende a extinção das estruturas hierárquicas e do Estado: o bem coletivo deixaria de ser fruto das leis e constituições e passaria a ser resultado da livre associação entre as pessoas, baseando-se na autonomia e no mutualismo. Os principais pensadores do movimento foram Bakunin e o príncipe Kropotkine, em conjunto com Tolstói, na vertente religiosa. Dentre tantas facetas do anarquismo, há o anarquismo negro. Este, defendendo também o fim do Estado, do sistema capitalista e de todas as formas de opressão, encontra na filosofia anarquista uma forma de ordenamento social capaz de frear o racismo.

Convenção Nacional do Negro pela Constituinte: A convenção foi realizada em 1945, na Associação Paulista de Imprensa. Foi fruto de um histórico de lutas por direitos civis, originadas pelas campanhas abolicionistas ao longo do século XIX com a formação dos quilombos no Brasil colônia, e também da articulação de ativistas, políticos, professores, intelectuais, membros de coletivos afrodescendentes, como os ex-integrantes da Frente Negra Brasileira (1931). A Convenção foi organizada a partir de correntes políticas diversas, com membros de diferentes partes do país, e teve como principal resultado um manifesto com a exigência da criminalização da discriminação racial. A proposta foi rejeitada pelos parlamentares na Assembleia Constituinte sob o argumento de que “não existia provas de racismo no Brasil”, embase-

do pelo mito da democracia racial, defendido por Gilberto Freyre. Contudo, a iniciativa foi um passo, com a insistência do movimento negro organizado, para a aprovação da primeira legislação contra o racismo no país, a Lei Afonso Arinos de Melo Franco, de 1951.

Comunismo: É um movimento político, filosófico, social e econômico que pretende uma forma de ordenamento social baseada nos princípios do fim da propriedade privada dos meios de produção. Karl Marx e Friedrich Engels foram dois dos principais pensadores do movimento. Movimento negro e anticapitalismo estão correlacionados a partir de diversas perspectivas ao longo da história. Grandes contribuições para o comunismo internacional vieram, por exemplo, de líderes africanos, como Amílcar Cabral, Patrice Lumumba e Thomas Sankara.

Feminismo: Movimento social e político que surgiu após a Revolução Francesa e se fortaleceu na Inglaterra durante o século XIX. Ele luta pela igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres. No senso comum e de forma errônea, o feminismo é confundido como o oposto de machismo, uma construção social que justifica atos de opressão contra mulheres. O objetivo final do feminismo é construir uma sociedade que garanta condições de vida e de desenvolvimento igual para

todos os gêneros. Apesar de, desde sua formação, o movimento contar com a participação essencial das mulheres negras, elas entenderam que suas pautas precisavam de um espaço específico para serem discutidas e atendidas. Essa percepção levou à criação do Feminismo Negro.

Feminismo Negro: Movimento que surge enraizado na luta ancestral de mulheres negras ao longo da história e busca combater o machismo e o racismo que atingem sobretudo essas mulheres, atravessadas por diversas interseccionalidades (raça, gênero, classe, entre outros). Historicamente, essas interseccionalidades se somam e intensificam as opressões vivenciadas por mulheres pretas e pardas, o que faz com que elas estejam na base da pirâmide social no sistema racista e patriarcal. No Brasil, o Feminismo Negro chega no final dos anos 1970. A necessidade de uma vertente específica para o Feminismo Negro surge diante de um movimento feminista idealizado por mulheres brancas de classes ricas e médias que não atendia às especificidades da luta negra e não entendia as necessidades das mulheres negras, que não vivem sob condições iguais às mulheres brancas. Além disso, as feministas negras denunciaram as relações sexistas existentes no Movimento Negro. O Feminismo Negro foi, portanto, criado como um espaço para que as vozes das mulheres negras pudessem ser ouvidas e acolhidas.

Feminismo interseccional: Movimento que parte da ideia de que as mulheres experimentam diferentes formas de opressão além do gênero. Cultura, raça, classe, capacidades físicas/mentais, etnia e orientação sexual também são entendidos como elementos de opressão, ou seja, mulheres negras além de terem que lidar com opressões de gênero validadas pelo patriarcado, também sofrem com as opressões raciais. Essa linha de feminismo leva em consideração as múltiplas facetas da vida feminina para além do gênero.

Marxismo: É um conjunto de ideias construídas a partir das obras, no século XIX, dos filósofos alemães Karl Marx e Friedrich Engels, que se desdobram em duas principais facetas: como um método de análise socioeconômica dos conflitos de classe e organização produtiva, que pretende explicar cientificamente o capitalismo, e como uma corrente política voltada para a transformação radical da ordem socioeconômica. Para os movimentos negros, o marxismo tem sido uma ferramenta científica fundamental para a compreensão da questão racial, tornando inteligíveis as relações sociais históricas e suas determinações.

Mulherismo Africana: Forma de pensamento pautada na afrocentricidade e no matriarcado, cunhada em 1987 pela autora e acadêmica estadunidense Clenora Hudson-Weems. O termo “mu-

lherismo” surge a partir de “mulher”, já “africana” vem do termo em latim, que se apresenta como uma maneira de recentralizar a África identitariamente. Um dos eixos dessa forma de pensamento é o matriarcado africano e alguns de seus princípios são a colaboração na luta por emancipação, a compatibilidade com o homem e o respeito aos mais velhos.

Revolta dos Malês: A Revolta dos Malês foi realizada por africanos islâmicos escravizados e seus descendentes, em 1835, na cidade de Salvador (BA). O termo “malês” era usado para se referir aos negros muçulmanos no século XIX. Foi um movimento de insurreição, luta por liberdade e questionamento da ordem escravocrata. O seu apagamento histórico é fruto da visão esteoreotipada da democracia racial, que tenta suavizar a escravidão no Brasil. Apesar de ter sido a maior revolta conhecida de escravizados no território brasileiro, o seu resultado foi um massacre com 200 pessoas condenadas à tortura, pena de morte e açoite.

Revolta da Chibata: A Revolta da Chibata foi feita por marinheiros brasileiros que se rebelaram contra punições com castigos corporais realizados pela elite branca da marinha. Durante o contato com trabalhadores ingleses, que se organizaram em prol da causa trabalhista, esses marinheiros tomaram consciência e, liderados por João Cândido, ocuparam dois navios brasileiros e apontaram

os canhões para a baía de Guanabara reivindicando o fim das chibatadas. Depois de quatro dias de revolta, ela chegou ao fim quando a Câmara dos Deputados concedeu anistia aos envolvidos e acabou com os castigos corporais. Apesar da decisão, a maioria dos marinheiros continuou sofrendo uma intensa repressão.

Socialismo: É uma filosofia política, econômica e social que engloba diversos sistemas econômicos e sociais. Suas principais características são a limitação da propriedade privada, o controle dos recursos econômicos pelas classes trabalhadoras e a gestão da coisa pública com a pretensão da igualdade social. Além disso, prega também a supressão das classes sociais. Na teoria marxista, o socialismo seria o intermédio entre o fim do capitalismo e a implantação do comunismo. Fonte de influência de diversas revoluções e revoltas, bem como de algumas organizações de Movimentos Negros, o socialismo é, ainda hoje, mal compreendido. No entanto, é o sistema político, econômico e social adotado em Cuba, importante país da América Central, cuja história na Diáspora é extremamente conectada com a formação do Brasil.

11. TRADIÇÕES DE MATRIZ AFRICANA

Os povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas foram perseguidos e, em determinados momentos históricos, até proibidas de existir, além de rotuladas como 'culto aos de-

mônios', 'crendices', 'feitiçarias' e 'charlatanismo', práticas criminosas previstas no Código Penal de 1891 que anunciavam cura por meio secreto ou infalível.

Na imprensa, até os anos 1940, as notícias que envolviam cultos de matriz africana eram, em sua maioria, relatos de prisões de praticantes. Outra forma de representar a crença era associando a prática à magia maligna que exigia 'sacrifícios', baseados em relatos descontextualizados de leigos. Para combater a difusão dessas falsas informações, a Imprensa Negra resistiu e buscou, por meio do ensino e da didática, retratar as religiões sob a perspectiva de valorização da cultura.

Nesse cenário, a **Alma Preta**, seguindo os passos dos antecessores da Imprensa Negra, deve utilizar o jornalismo como ferramenta de luta na busca pelos direitos à igualdade e à liberdade religiosa, pela descriminalização dos cultos de matriz africana, pela valorização dos aspectos culturais e civilizatórios dessas religiões e pelo fim do racismo religioso.

I. Novas percepções: Ao olhar para as matrizes africanas, é fundamental cortar e destruir as percepções do mundo ocidental que impedem a jornalista de compreender, por exemplo, o terreiro não apenas como um espaço de exercício da religião, mas também como um modo de vida e de restituição de humanidade. Despir-se de 'pré-conceitos' é um exercício que deve ser praticado constantemente pela jornalista da **Alma Preta**.

II. A temática da “intolerância religiosa”: Essa é a pauta que os jornais mais relacionam aos cultos de matriz africana. Esse termo é utilizado para descrever ofensas a religiões ou discriminações e agressões contra pessoas por conta de suas práticas religiosas e crenças. Entretanto, no Brasil, os dados sobre denúncia religiosa mostram que a maioria dos casos identificados são de ataques feitos a religiões de matriz africana (Balanço Disque 100 - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos). Nesse sentido, ao reportar sobre essa temática, a **Alma Preta** utiliza o termo racismo religioso, já que “intolerância” seria apenas se todas as religiões sofressem com essas agressões. O termo racismo religioso também tem uma dimensão pedagógica e dá ao público a dimensão da especificidade do fenômeno do racismo.

III. Além do racismo religioso: Como dito anteriormente, a violência é a pauta mais tradicional de reportagens sobre religiões de matriz africanas. Porém, a jornalista da **Alma Preta** busca compreender a religião para além dessa pauta. Por exemplo, na editoria de Meio Ambiente, é possível realizar uma pauta sobre a relação das matrizes africanas com a natureza. Os povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas representam a ressignificação de uma sociedade Nagô, Fõn, Bantu na diáspora e colocam para a equipe de reportagem um desafio constante de alargar a percepção para além do que se convencionou entender como religião na perspectiva ocidental. A repórter da **Alma Preta** deve entender o tema no

campo da espiritualidade e de uma série de práticas civilizatórias. Por isso, vale ressaltar que as fontes afro-religiosas podem ser ouvidas em qualquer momento, tempo e assunto.

IV. Procure as lideranças negras: Ao buscar fontes afro-religiosas, a jornalista da **Alma Preta** deve procurar por lideranças e autoridades tradicionais de matrizes africanas militantes ou sensíveis à luta antirracista e perguntar à liderança tradicional como ela se identifica.

V. Diversidade: A jornalista da **Alma Preta** deve ter em mente que os cultos de matriz africana são diversos. Essa diversidade deve ser refletida e respeitada nas pautas.

Verbetes:

Axé: Palavra de origem iorubá. Significa a força que permite a realização da vida e que possibilita os acontecimentos e as transformações. É a energia que se manifesta em todo ser vivente ou coisa existente na natureza. Nas casas de Candomblé, o termo tem significado agregado ao poder das divindades.

Babalorixá: É o chefe espiritual e administrador da casa, responsável pelo culto aos orixás. É o posto mais elevado do Candomblé na tradição Nagô. Na tradição Jeje (Fon), a liderança máxima pode

ser uma Doné, ou um Doté, Mejitó, Gayaku, Etemi, Humbono (lê-se rumbono). Na matriz Bantu (Congo/Angola), há a Tata, Mametu, Tatetu, Nengua e etc. Estes são os nomes dos altos sacerdotes de cada comunidade. Há outros cargos, com outros nomes e designações, que variam de casa para casa e que têm grande importância na tradição.

Babassuê: Culto tanto aos orixás como aos voduns, muito presente na região Norte e Nordeste. De tradição Jeje-Nagô, possui fortes elementos indígenas. Conhecido também como Batuque-de-Santa-Bárbara ou Batuque-de-Mina.

Batuque: É fruto de religiões dos povos da Costa da Guiné e da Nigéria, das nações Jêje, Ijexá, Oyó, Cabinda e Nagô. Consiste em uma forma genérica de denominar religiões afro-brasileiras de culto aos orixás encontradas principalmente no estado do Rio Grande do Sul, onde se estendeu para os países vizinhos tais como Uruguai e Argentina.

Candomblé: Culto a inquices e voduns orixás, quando de origem iorubana. Possui por base a alma da Natureza, de maneira que, em seu entendimento, os animais e plantas possuem espiritualidade. Os cultos são guiados por sacerdotes (babalorixás) e sacerdotisas (ialorixás) que passam por um processo de iniciação para o aprendizado da língua Iorubá e dos rituais. Os orixás são Exu,

Xangô, Oxum, Ogum, Iemanjá, Oxóssi, Iansã, Oxumarê, Iroco, Ibêji, Oxalá, Nanã, Omolu, Logunedé, Ossain, Yewá, Oxalá (Oxalufã e Oxaguiã), Obá. Os Inquices são Pambu Njila, Nkosi, Mutalambo, Ngongobila, Unsumbu (Kavungu), Angorô, Zumba, Ndandalunda, Matamba (Bamburucema), Kisimbe, Kitembu(Tempo), Nzazi (Luango), Kaya (Samba Kalunga; Kaitumba); Katende; Lemba; Vunji. Geralmente, o termo é utilizado para denominar, de forma genérica, as religiões afro-brasileiras na Bahia e em outros locais sob sua influência. O candomblé tem raízes na Bahia, mas há casas originárias no Maranhão, em Pernambuco e sem vinculação com a Bahia. São quatro etnias, ditas também nações, Efon, Jeje, Iorubá (Nagô/Ketu), Congo/Angola, entre outras raízes, como Tambor de Mina.

Ialorixá: Chamada também de mãe de santo ou mãe de terreiro. É a chefe espiritual e responsável pelo terreiro e pela preservação do culto aos orixás. É o posto mais elevado do Candomblé.

Inquice: Corresponde ao orixá no Candomblé. Denominação genérica para as divindades de origem angolana, das nações Angola e Congo, no Brasil.

Jarê: Prática de culto aos Caboclos, presente na Chapada Diamantina, na Bahia. Caracteriza-se como vertente menos ortodoxa do Candomblé,

sendo uma variação das religiões das nações Bantu e Nagô, aos quais se somam aspectos do catolicismo rural, da umbanda e do espiritismo kardecista.

Omolocô: Culto aos orixás com cantigas em iorubá ou angola. Está presente em Minas Gerais. É apontado por estudiosos e praticantes como um dos principais influenciadores da formação da Umbanda africanizada, ao lado do Candomblé de caboclo, do Cabula e do próprio Candomblé.

Orixás: Divindades e guardiães dos elementos da Natureza que representam todos os seus domínios. São cultuados no Brasil, Cuba, República Dominicana, Porto Rico, Jamaica, Guiana, Trinidad e Tobago, Estados Unidos, México e Venezuela. Alguns orixás são: Exu, Ogun, Omulu, Xapanã ou Abaluaiê, Xangô, Iansã, Oxóssi, Nanã, Yemanjá, Oxum, Oxumarê, Ossain e Oxalá. Os orixás representam a força do grupo, da família e possuem caráter social e função de proteção e sobrevivência do grupo.

Sincretismo: Reunião de doutrinas diferentes, com a manutenção de traços perceptíveis das doutrinas originais. Para os povos negros, é a forma de transformação e adaptação cultural, não voluntária, com o intuito de garantir a sobrevivência da crença e do culto das divindades africanas em meio à prática religiosa dominante. Esse pro-

cesso decorreu, em grande parte, da necessidade que africanas e afrodescendentes encontraram para proteger suas crenças religiosas, visto que, pela lei, a religião oficial era o catolicismo.

Quimbanda: A Quimbanda é uma tradição dos povos e comunidades de matriz africana com história paralela e marcada por similaridades com a Umbanda. Culto aos Guardiões e Guardiães, mestras e mestres da Quimbanda, que são popularmente identificados como Exu e Pombagira (povo da rua). Apresenta diversidade de culto e tradição a depender da localidade onde está inserida e tem forte presença no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro.

Umbanda: Consiste em uma religião monoteísta, baseada em três conceitos fundamentais: Luz, Caridade e Amor. Organizada nas primeiras décadas do século XX, no Rio de Janeiro, mescla aspectos do espiritismo kardecista, do catolicismo e das religiões afro-brasileiras.

Vodun: Tradição religiosa originária da África Ocidental que, devido ao tráfico de escravos africanos, se tornou notável em outras regiões do mundo, como as Américas.

Tambor de Mina: Culto aos voduns, orixás e ca-

boclos (que representam os indígenas) muito praticado nos estados brasileiros do Maranhão, Piauí, Pará e Amazonas.

Terreiro: Espaço destinado à realização de danças ao ar livre; casa de culto. Sinônimo de Ilê.

Xangô (Xangô do Nordeste ou Xangô do Recife): Culto aos orixás, com influência da cultura iorubá.

12. Saúde

A saúde é uma área sensível para a população negra. Espaço de difícil acesso e com muitos entraves, a saúde sente os reflexos do racismo e da necropolítica do Estado brasileiro.

A jornalista da **Alma Preta** deve cobrir esse tema com o conhecimento de que mulheres negras são submetidas a processos de violência, como a obstétrica, e pessoas negras são as principais vítimas de doenças como diabetes e pressão alta, por exemplo.

A equipe editorial também deve ter em mente todos os esforços feitos pelo Movimento Negro para tornar a saúde mais receptiva, acolhedora e eficiente para pessoas negras. Lideranças do movimento participaram de maneira ativa na construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Plano Nacional de Saúde da População Negra: uma questão de equidade (Brasil, 2001). Nesse sentido, o assunto deve ser coberto com serieda-

de e profundidade pela repórter da **Alma Preta**.

I - Não se limite ao lado negativo do nosso sistema de saúde: Apesar dos diversos problemas do sistema de saúde brasileiro, o país oferece um serviço gratuito e universal. A equipe editorial pode produzir reportagens para orientar o público na busca de atendimentos primários ou dos caminhos que devem ser feitos para um atendimento psicológico. É possível escrever reportagens com caráter de serviço à população e mostrar as potências do SUS.

II - Busque descomplicar informações quando for falar sobre saúde: O curso de medicina ainda é uma das formações mais elitistas do país, o que torna os conhecimentos médico e de saúde mais restritos. Por isso, é muito importante que a jornalista busque sempre falar sobre medicamentos, doenças ou outros temas relacionados à saúde de forma descomplicada. Alguns exemplos são o projeto Pandemia sem Neurose, realizado pela **Alma Preta** e jornais parceiros, e o projeto Negritude de Jaleco, que resultou na seguinte reportagem: **“Negritude de jaleco”: Conheça a mineira que descomplica a medicina com criatividade**

III - Se aproprie dos bancos de dados para informar sobre a falta de equidade racial do nosso sistema de saúde: Com a pandemia de Covid-19, a desigualdade entre pessoas brancas e negras no acesso à saúde ficou ainda mais evidente. Faça, então, reportagens e conteúdos para demonstrar as de-

sigualdades na saúde brasileira; esta é uma forma de romper o mito da democracia racial.

Exemplo: “Dados da Prefeitura de São Paulo, de 29 de abril, mostram que a Brasilândia, bairro com 50% de população negra, tinha o registro de 130 casos de Covid-19 e 81 mortes, enquanto o Morumbi, com 19% de população negra, registrava 331 casos e 8 mortes. A cidade de São Paulo possui, ao todo, aproximadamente 32% da população negra.”⁵

IV - Fontes racializadas: Os indicadores desiguais na área da saúde exigem que a repórter da **Alma Preta** escute especialistas com a capacidade de fazer uma leitura racial do problema. Existem profissionais da saúde com essa habilidade na academia e em organizações políticas da sociedade civil.

Verbetes:

Anemia falciforme: É uma doença hereditária causada por uma mutação genética que provoca deformação dos glóbulos vermelhos do sangue, que perdem a forma arredondada e se tornam semelhantes a uma foice. Para se ter a doença, é

⁵<https://br.noticias.yahoo.com/negros-ja-sao-a-maioria-entre-os-mortos-pela-covid-19-e-bolsonaro-nao-esta-nem-ai-para-a-nossa-vida-153752979.html>

necessário que o gene alterado seja passado pela mãe e pelo pai. A doença prevalece na população afrodescendente por causa de uma mutação genética com origens em África e que chegou ao Brasil por meio da escravização.

Banzo: Caracterizado como o estado de depressão psicológica e tristeza que acometia pessoas negras escravizadas no Brasil. O banzo também é definido como a nostalgia profunda da terra natal, o que levava os escravizados ao suicídio. Obras do século 19 de médicos, naturalistas e viajantes europeus já relatavam os suicídios de pessoas negras escravizadas por conta de uma nostalgia fatal. Entretanto, o banzo, para alguns autores, se somava a uma série de complicações desencadeadas pelo tráfico de escravizados, que afetava não só a saúde psicológica das pessoas negras africanas, devido ao afastamento violento de seu continente de origem e à revolta pela vida em cativeiro, mas também a saúde física, por conta dos tratamentos cruéis e da vulnerabilidade a doenças graves. Há alguns pesquisadores que associam o banzo também a sinais de rebeldia individual, formas de protesto e de fuga da situação de cativeiro.

Centros de Atenção Psicossocial (Caps): Unidades municipais especializadas em saúde mental que oferecem tratamento gratuito a pessoas com transtornos mentais graves e persistentes. Os Caps também disponibilizam tratamento para

enfermidades em razão do uso de substâncias psicoativas, como alcoolismo e dependência química. Os atendimentos são compostos por equipes interdisciplinares, com o apoio de médicas, psicólogas, assistentes sociais, entre outras especialistas. A reinserção social é também um dos objetivos desse serviço.

Covid-19: É o nome da doença respiratória aguda grave causada por uma nova variante de coronavírus, chamada SARS-CoV-2. O coronavírus pertence a uma família de vírus que já circulava no mundo e que, em geral, provoca resfriados comuns. Com o SARS-CoV-2, o vírus ganhou destaque mundial em 2019, tornando-se causador de uma pandemia de Covid-19. A população preta e parda vive em um estado de muita vulnerabilidade diante dessa pandemia. Segundo levantamento da ONG Instituto Polis sobre casos na cidade de São Paulo, entre março e julho de 2020, por exemplo, homens negros morreram mais. Foram 250 óbitos de Covid-19 a cada 100 mil habitantes contra 157 mortes a cada 100 mil dos homens brancos.

Doenças sexualmente transmissíveis (DSTs): Não se usa mais esse termo. O mais adequado é dizer infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), expressão já utilizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Ver Infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

Infecções sexualmente transmissíveis (ISTs):

São infecções (sífilis, herpes genital e candidíase, por exemplo) que podem ser adquiridas durante o contato sexual. São chamadas “infecções” porque podem desencadear períodos sintomáticos ou assintomáticos nas pessoas contaminadas, ou permanecerem assintomáticas ao longo da vida do indivíduo.

Práticas Integrativas e Complementares (PICS):

Também chamada de Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas (MTCI) pela Organização Mundial da Saúde (OMS), são práticas que utilizam recursos terapêuticos (homeopatia, acupuntura e yoga, por exemplo) embasados em cuidar do ser humano de forma integral, considerando não só dores físicas, mas também as possíveis causas dessas dores, como questões emocionais, sociais e psicológicas. As Práticas Integrativas e Complementares não substituem a medicina convencional, mas complementam o tratamento e contribuem com o bem-estar das pacientes. As PICS foram institucionalizadas por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) em 2006 e algumas delas são ofertadas gratuitamente no Sistema Único de Saúde (SUS).

Preprint: (Tradução literal: pré-impressão) Trata-se de artigo científico disponibilizado em repositórios abertos na internet antes de ser revisado por especialistas e publicado em periódicos científicos. Os preprints são uma possibilidade mais rápida para que outras pessoas conheçam respostas importantes para perguntas de urgência. Como os textos de preprints ainda podem passar por ajustes até sua publicação efetiva em periódicos, jornalistas precisam estar atentos ao publicarem informações vindas desses artigos, sempre conversando com outros especialistas sobre o assunto, prontos para evitar uma possível desinformação sobre temas relevantes, sobretudo na área da saúde.

Sistema Único de Saúde (SUS): O sistema brasileiro de saúde pública oferece acesso integral, universal e gratuito para toda a população, independentemente de gênero, cor, classe ou qualquer outra característica social. O SUS foi instituído em 1988, na ocasião da promulgação da Constituição Federal, e foi regulamentado em 1990. Antes, os cuidados integrais com a saúde eram acessíveis somente a alguns grupos de pessoas, que podiam pagar por atendimento privado, ou segurados pela Previdência Social, ou que contavam com o suporte de instituições de caridade, ou pessoas com enfermidades urgentes. O Sistema Único de Saúde engloba atenção primária, média e de alta complexidade, além de serviços de vigilância epi-

demiológica, sanitária, ambiental e de assistência farmacêutica. Tanto a União como os Estados e os Municípios participam da gestão de ações e serviços do SUS.

Surto| Endemia| Epidemia| Pandemia. Cada uma tem suas próprias características ao se referir ao aumento repentino de casos de uma doença.

I - Surto: É caracterizado por um aumento abrupto de casos de uma doença em apenas uma determinada localização. O número de pessoas infectadas em um surto sempre é acima da expectativa e também demanda ações contundentes dos gestores locais. Geralmente são causados por doenças infecciosas ou até por materiais radioativos e produtos químicos. Doenças podem surgir como surtos e virarem epidemias, pandemias e endemias.

II - Endemia: É quando doenças se manifestam frequentemente em uma determinada região, mas não se espalham para outras localizações. Geralmente, as regiões ficam caracterizadas por terem essas doenças e demandam uma preocupação constante dos gestores para controlar o número de casos e manter a doença em um padrão mais estável para administração dos problemas gerados. Podem vir a ser epidemias.

III - Epidemia: É quando uma doença se espalha de forma excedente para regiões além da localização

onde foi inicialmente identificada. Pode virar uma pandemia.

IV - Pandemia: É quando uma doença infecciosa e transmissível atinge grandes proporções, espalhando-se para outros países e continentes de forma rápida. Pandemias podem causar inúmeras mortes e a destruição de comunidades, já que uma das características das doenças pandêmicas é encontrarem a maior parte das pessoas não imunes a elas.

Violência obstétrica: É uma forma de violência contra a mulher que pode ocorrer durante qualquer momento da gravidez, inclusive no atendimento ao abortamento, em serviços de saúde pública ou privada. A violência obstétrica pode ser física, verbal, psicológica, simbólica e/ou sexual, levar à morte das mulheres ou de seus bebês e causar sequelas físicas ou psicológicas. Essa violência pode se manifestar por meio do uso desnecessário de medicamentos, não permissão de acompanhante, intervenções médicas forçadas e coagidas, negação de tratamento, humilhações verbais, práticas invasivas, desumanização, tratamento rude, entre outras ações que descredibilizam e desconsideram a vontade, o protagonismo, as necessidades, a autonomia e as dores da mulher. Falhas estruturais e do sistema de saúde que prejudicam uma gestante também podem ser consideradas ações de violência obstétrica. Além disso, essa violência pode estar atrelada à discri-

minação racial, étnica, econômica, etária, de identidade de gênero, entre outros.

13. Segurança pública

A segurança pública é, historicamente, pauta cara à Imprensa Negra. Atualmente, o Brasil é o terceiro país que mais encarcera no mundo. Dessas pessoas privadas de liberdade, duas entre cada três são negras⁶. Além disso, pessoas negras são as maiores vítimas das mortes violentas e as mais atingidas pela violência policial⁷. Estas são algumas das faces do projeto de genocídio negro existente no país.

Justifica-se, assim, a enorme preocupação que a **Alma Preta** tem em fazer uma cobertura responsável da Segurança Pública no que tange à violência urbana e à violência praticada pelo Estado e pelo sistema judiciário. A repórter da Agência deve preocupar-se com a apuração atenciosa dos fatos e o uso das terminologias adequadas, evitando reproduzir conceitos e ideias racistas em seus textos e leituras.

⁶Guimarães, Juca. “Negros são dois em cada três presos no país, mostra Anuário de Segurança Pública”. Alma Preta, 2020. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessão/cotidiano/negros-sao-dois-em-cada-tres-presos-no-pais-mostra-anuario-de-seguranca-publica>>. Acesso em 3 jan. 2023, às 18h09.

⁷Guimarães, Juca. “Em 2021, 8 em cada 10 pessoas mortas pela polícia foram negras”. Alma Preta, 2021. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessão/cotidiano/oito-em-cada-dez-pessoas-mortas-pela-policia-eram-negras>>. Acesso em 3 jan. 2023, às 18h12.

A agência de notícias se propõe a cobrir o tema a partir de uma perspectiva política, com atenção a projetos de lei ou decretos sobre a flexibilização do porte de armas, criminalização de substâncias, ou encarceramento em massa.

I. Como a Alma Preta trabalha as questões de segurança pública em cima dos dados que afetam a população negra no Brasil: O tema da segurança pública é uma pauta sensível à comunidade negra, pois tem em seu sistema forte presença do racismo. Por isso, a **Alma Preta** enxerga como essencial pautar as consequências que esse molde traz para sociedade a partir da fundamentação racial. A repórter da **Alma Preta** deve cobrir o tema de acordo com a linha editorial da Agência, que é de superação do racismo e das desigualdades. Isso deve ser feito com base em uma apuração técnica e qualificada, com checagem de dados com órgãos oficiais e escuta ativa de familiares de vítimas da violência do Estado.

II. Abordagem informativa e responsiva: Ao atuar na pauta de segurança pública, a jornalista deve ter os direcionamentos para produzir reportagens com o máximo de técnica e compromisso. Ao escrever sobre crimes, atribua como fato apenas aquilo que estiver comprovado, não afirme que alguém é culpado ou inocente se ainda couber recurso, escreva com máxima fidelidade aos fatos, cruze informações e busque maior probabilidade

na veracidade das informações, desconfie e cheque o máximo de dados possíveis e aja sempre com cautela, pois a jornalista deve agir sempre com objetividade e profissionalismo.

Verbetes:

Adolescente: De acordo com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se adolescente a faixa etária entre 12 e 18 anos de idade incompletos. Em razão disso, não se deve usar em hipótese alguma outro termo, como pivete, trombadinha, moleque, ou mesmo “menor”, entre outros, uma vez que não concordam com a legislação e reproduzem a discriminação racial e social em sua totalidade. Deve-se usar, por exemplo “Adolescente em conflito com a lei” ou “adolescente autor de ato infracional”.

Criança: De acordo com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos, ou seja, ao referir-se a uma criança, não se deve empregar outro termo, uma vez que não está de acordo com a legislação em vigor e abre margem para reproduzir preconceitos. Nesse sentido, é adequado, por exemplo, escrever “criança em situação de rua” em vez de “menino de rua”.

Denúncia: Denúncia. Termo utilizado depois de acusação formalizada pelo Ministério Público. É preciso cuidado para checar se houve uma apresentação formal de denúncia por parte do MP para utilização do termo, em especial em casos de segurança pública. A má utilização do termo abre a possibilidade de processo por difamação e injúria. O termo também pode ser utilizado quando há uma acusação por parte da sociedade civil, imprensa ou movimento social.

Genocídio Negro: Termo criado pelo movimento negro brasileiro para designar a situação de violência e o projeto de extermínio de pessoas negras no Brasil. Em 1911, no Congresso Internacional das Raças, João Batista de Lacerda, representante do Estado brasileiro, apresentou proposta de exterminar de maneira física e cultural as pessoas negras do país. A ideia de genocídio ganha mais força com os posicionamentos de Abdias do Nascimento, com a ideia de apagamento cultural e físico do negro por meio da miscigenação. Nos anos 1980, a violência policial e urbana passa a ter lugar crítico para pesquisadores negros quanto ao aniquilamento de pessoas negras.

Guerra às drogas: Termo cunhado por autoridades estadunidenses, entre os anos 1960 e 1970, para designar os esforços para combater o que

era considerado, então, a ameaça número um da segurança interna dos EUA. As políticas relacionadas à Guerra às drogas eram, primordialmente, a repressão e o encarceramento em massa de usuários e traficantes de drogas. Esse pretexto foi criado como forma de reprimir grupos como pessoas negras, latinas e mulheres. Atualmente, segundo estudo do Índice Global de Políticas sobre Drogas, publicado em 2021, o Brasil ocupa a pior posição no ranking de políticas efetivas na gestão do consumo de drogas.⁸

Indiciamento: É o ato que coloca oficialmente a pessoa como suspeita do crime a partir das convicções legais e com base nos indícios colhidos na investigação. Indica-se usar: alguém foi indiciado sob a suspeita de homicídio.

Judiciário: O sistema de justiça do país é dividido nas esferas civil, criminal, militar. No âmbito criminal, o poder judiciário materializa a seletividade racial existente no Brasil por encarcerar pessoas negras com penas mais duras e/ou por cometer

⁸Iglesias, Analía. “Guerra às drogas, uma ameaça aos direitos humanos que tem o Brasil como seu principal personagem”. El País, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-11-10/guerra-as-drogas-uma-ameaca-aos-direitos-humanos-que-tem-o-brasil-como-seu-principal-patrocinador.html>>. Acesso em 3 jan. 2023, às 17h58.

pequenas infrações, como portar pequenas quantias de substâncias criminalizadas. A repórter da **Alma Preta** deve cobrir o judiciário e o entender como parte do projeto de segurança pública de controle de pessoas negras.

Menor: É um termo utilizado, de forma errônea, para designar pessoas que tenham menos de 18 anos. É inapropriado usar a palavra porque é pejorativa, carrega um sentido de exclusão social que remete ao extinto Código de Menores e reproduz a discriminação racial e social. O termo ainda impõe a falta de direitos civis a essas pessoas, mesmo que sejam assegurados pela legislação brasileira. No país, uma pessoa com menos de 18 anos pode usufruir dos direitos civis, exercer obrigações e ser responsabilizada civil e criminalmente por seus atos.

Processo: É um termo utilizado em casos criminais, civis e administrativos apenas quando a magistrada aceita a denúncia do Ministério Público ou a de uma vítima. É fundamental salientar que a partir desse momento a acusada se torna ré.

Sujeito privado de liberdade: De acordo com o Código Penal Brasileiro, esse termo se refere à pessoa que está detida ou reclusa. Nesse caso, ela deve cumprir a pena em regime aberto, semiaberto ou fechado. É importante reiterar que a pessoa

presa continua com todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral.

Suspeito: É o termo adequado para designar uma pessoa envolvida num caso criminal antes do indiciamento ou antes da conclusão oficial da investigação. Após a solução, não cabe mais a utilização do termo.

14. Urbanismo

A editoria Periferias da **Alma Preta** recebe textos acerca de problemas enfrentados nas grandes cidades brasileiras, como moradia, mobilidade e desemprego, em especial nos chamados territórios negros. A repórter da agência deve acompanhar as cidades a partir da noção do racismo e das desigualdades como organizadoras do espaço urbano no país.

A equipe editorial também deve se atentar para cobrir as potências existentes nas periferias, como projetos sociais, tecnológicos e políticos, destacando a resistência negra e periférica nesses territórios. Os territórios negros na cidade devem ser o foco do olhar da repórter. As periferias dos grandes centros urbanos são um ponto de atenção, mas não o único. Terreiros de candomblé, escolas de samba e outros espaços de resistência e sociabilidade negra também merecem atenção.

I. Não trate diferentes periferias como sendo o mesmo lugar: Assim como na música Fórmula Mágica da Paz, do grupo Racionais MCs, a ideia de “cada lugar um lugar, cada lugar uma lei, cada lei uma razão” também vale para o jornalismo. As periferias do Brasil são muito diversas, então às vezes um método ou uma abordagem que serviu para um território pode não servir para outro. É essencial que a jornalista sempre busque compreender as singularidades de cada território.

II. Periferia é lugar de riqueza E oportunidade: A desigualdade no Brasil é gigante e os territórios periféricos são desassistidos por parte do Estado. As periferias, porém, não se reduzem a isso. É importante que as jornalistas fujam desse estereótipo da periferia apenas como esse lugar de ausência e também mostre a periferia como lugar de potência, transformação e criação. A periferia é um espaço repleto de riquezas e é nas adversidades que diversos saberes e tecnologias são criados e reinventados. Compreender esses saberes também é, portanto, papel do jornalismo.

Verbetes:

Periferia: Pode ser entendido como tudo aquilo que está fora do centro. Porém, a periferia e o ser periférico são mais complexos do que isso, pois existem aquelas periferias que estão no centro. Além disso, a ideia de periferia vai além do espaço geográfico.

“Periferia não é geografia apenas, é um posicionamento político, econômico e social.” - Gisele Brito

Favela: É entendido como um conjunto de casas construídas de forma irregular. São bairros nos quais diversas vezes há falta de políticas públicas, como saneamento básico, serviço de correios, entre outros. O IBGE identifica as favelas como um aglomerado subnormal. Na **Alma Preta**, não há problema quanto à utilização do termo “favela”. Esse espaço ganhou conotação positiva e de identidade para parte dos moradores dessas regiões.

Bairro nobre: É o termo usado pela imprensa corporativa para se referir aos bairros que concentram as maiores rendas per capita e grande número de moradias de alto custo. A jornalista da **Alma Preta** deve evitar utilizar esse termo, porque se compreende que não são só esses bairros que devem ser vistos como espaços nobres. Nesses casos, é aconselhável que sejam usados os termos “bairros com maior infraestrutura” ou “bairros de alta renda”.

Gentrificação: Deriva-se de gentry, uma expressão inglesa usada para se referir a pessoas ricas, ligadas à nobreza. Foi empregado pela primeira vez em 1960, em Londres, num cenário em que um grupo de gentrifiers se instalou em um bairro que até então abrigava a classe trabalhadora.

Esse movimento, fruto da especulação imobiliária, disparou o preço imobiliário e o custo de vida da região, expulsando os antigos moradores dali. Trata-se, portanto, de um processo de aburguesamento de uma região antes considerada periférica. No Brasil, para além do marcador de classe, há um histórico movimento para embranquecer regiões da cidade. A população dessas regiões é, então, substituída por um público de perfil comercial ou mesmo por grupos sociais mais abastados e são assim empurradas, cada vez mais, para áreas mais marginalizadas. Também se chama esse movimento de segregação urbana ou segregação socioespacial. A repórter da **Alma Preta** deve se atentar para as dinâmicas urbanas de exclusão impostas para pessoas negras.

Segregação socioespacial: É a marginalização de grupos socioeconomicamente mais vulneráveis. Essa condição de vulnerabilidade se dá por diversos motivos econômicos, culturais, históricos e raciais, ou seja, é a reprodução geográfica da segregação social. Nesse cenário, os grupos sociais menos abastados se instalam em regiões mais distantes dos grandes centros urbanos, com pouca ou nenhuma infraestrutura.

Palavras que não podem aparecer em uma produção da Alma Preta:

Algumas palavras e conceitos, utilizadas cotidianamente, possuem em si uma origem preconceituosa e ofensiva. Mesmo que sua origem

seja incerta, entende-se que a língua é dinâmica e que alguns termos têm sido questionados. Por entender que a linguagem é política e que se deve sempre questionar o que parece natural, a jornalista da **Alma Preta** deve estar atenta a ela, adequando-se à escolha editorial da Agência. Destaca-se algumas abaixo:

Beleza exótica: O termo é geralmente utilizado como elogio, mas significa o contrário: a reafirmação de uma beleza considerada padrão. A palavra “exótico” descreve algo extravagante, estranho ou estrangeiro. A expressão “beleza exótica” reforça, portanto, a imposição de padrões comumente racistas de beleza. Por isso, a **Alma Preta** não adota a expressão. Recomenda-se o uso apenas da palavra “beleza”, sem “exótica”.

Cabelo ruim: Termo comumente utilizado para se referir a cabelos crespos e cacheados. A **Alma Preta** sabe que não existe um cabelo que seja bom ou ruim. Esses adjetivos são resultados do racismo estrutural que considera características negras como algo sujo, feio, ruim. A expressão é, portanto, racista. Utilize: cabelo crespo, cacheado.

Comunidade carente: Termo comumente associado a regiões com menos acesso à infraestrutura por conta do perfil econômico de seus

habitantes. A jornalista da **Alma Preta** não deve adotar essa terminologia automaticamente, mas questionar por que alguns lugares têm mais acesso a saneamento básico, rede de transporte público, educação, saúde e segurança. Além disso, o termo elimina, de forma automática, as potências das populações habitantes desses espaços, como se a “carência” exigisse um “salvador”, a ação de um agente externo. Da mesma forma, a utilização de forma acrítica de conceitos como “bairros nobres” esconde a raiz do problema. Recomenda-se a substituição por “regiões periféricas”.

Deficiente: A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) diz que a deficiência é resultante de dois fatores: os impedimentos clínicos nas pessoas (físicos, intelectuais, sensoriais, etc.) e as barreiras que estão ao redor do indivíduo (na arquitetura, nos meios de transporte, na comunicação). Nesse sentido, a deficiência é entendida como uma condição social que pode ser amenizada caso as barreiras sejam eliminadas. Recomenda-se a substituição por: pessoa com deficiência

Denegrir: A palavra significa “tornar negro ou escurecer” e é utilizada comumente para apontar a situação negativa de manchar a reputação de uma pessoa. O questionamento é: por que o negro e o escurecer são associados, historicamente, a algo

negativo? O racismo faz parte dessa resposta, por isso a **Alma Preta** prefere não adotar a palavra. Recomenda-se a substituição por: difamar, caluniar.

Esclarecer: Ainda que, em sua origem, não seja um termo racista, vem sendo substituído por militantes de Movimentos Negros e jornalistas negras. Assim, a **Alma Preta** escolhe não utilizar. Recomenda-se a substituição por: evidenciar, explicar, informar, comunicar.

Inveja branca: O termo refere-se a uma inveja que não faz mal a ninguém. A **Alma Preta** escolhe não utilizar a expressão, pois se cria a relação do branco como algo positivo e bom, em contrapartida ao negro e ao preto, que é associado a comportamentos negativos. Recomenda-se a substituição por: inveja inofensiva.

Judiar: Referindo-se à ação de maltratar, zombar ou tratar mal, o termo se associa a “tratar como os judeus foram tratados”, em referência, portanto, ao Holocausto Nazista. Dessa forma, a **Alma Preta** prefere não utilizar. Recomenda-se a substituição por: maltratar, tratar mal, zombar.

Mercado negro: Termo comumente utilizado para referenciar o comércio ilegal de bens ou ser-

viços proibidos. É considerada racista porque a palavra “negro”, nesse caso, é vinculada à ideia de uma atividade ilegal, proibida, oposta a um comércio dentro dos limites da lei. Por reforçar uma visão negativa do que é associado ao negro, a **Alma Preta** não adota essa terminologia.

Recomenda-se a substituição por: comércio ilegal, mercado ilegal.

Portador de HIV: Não se utiliza mais esse termo porque é incorreto, estigmatizante e ofensivo para muitas pessoas vivendo com HIV.

Recomenda-se a substituição por: pessoa vivendo com HIV.

Portador de necessidades especiais: A palavra “portador” significa algo que a pessoa leva ou carrega, mas que em um determinado momento pode deixar de levar ou carregar. O termo não é, portanto, correto para falar sobre deficiências. Além disso, “necessidades especiais” também é uma expressão estigmatizante e imprecisa porque leva a crer que PcDs não possuem certas capacidades e, por isso, devem ser tratados de uma forma diferente. Todas as pessoas, em sua individualidade, possuem suas próprias necessidades e capacidades. Isso é diversidade.

*De acordo com o adotado pelo Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, recomenda-se a substituição por: pessoa com deficiência, aluno com deficiência, mulher cega, homem surdo, entre outras expressões indicadas na abordagem de Acessibilidade deste **Manual de Redação**.*

ANEXOS

AL

RE



ANEXO I

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros

Capítulo I - Do direito à informação

Art. 1º Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação.

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores.

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão;

IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não-governamentais, é uma obrigação social.

V - a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução

à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante.

Capítulo II - Da conduta profissional do jornalista

Art. 3º O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, estando sempre subordinado ao presente Código de Ética.

Art. 4º O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação.

Art. 5º É direito do jornalista resguardar o sigilo da fonte.

Art. 6º É dever do jornalista:

I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

II - divulgar os fatos e as informações de interesse público;

III - lutar pela liberdade de pensamento e de expressão;

IV - defender o livre exercício da profissão;

V - valorizar, honrar e dignificar a profissão;

VI - não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha;

VII - combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o

objetivo de controlar a informação;

VIII - respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão;

IX - respeitar o direito autoral e intelectual do jornalista em todas as suas formas;

X - defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito;

XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias;

XII - respeitar as entidades representativas e democráticas da categoria;

XIII - denunciar as práticas de assédio moral no trabalho às autoridades e, quando for o caso, à comissão de ética competente;

XIV - combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza.

Art. 7º O jornalista não pode:

I - aceitar ou oferecer trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial, a carga horária legal ou tabela fixada por sua entidade de classe, nem contribuir ativa ou passivamente para a precarização das condições de trabalho;

II - submeter-se a diretrizes contrárias à precisa apuração dos acontecimentos e à correta divulgação da informação;

III - impedir a manifestação de opiniões divergentes ou o livre debate de idéias;

IV - expor pessoas ameaçadas, exploradas ou sob risco de vida, sendo vedada a sua identificação, mesmo que parcial, pela voz, traços físicos, indicação de locais de trabalho ou residência, ou quaisquer outros sinais;

V - usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime;

VI - realizar cobertura jornalística para o meio de comunicação em que trabalha sobre organizações públicas, privadas ou não-governamentais, da qual seja assessor, empregado, prestador de serviço ou proprietário, nem utilizar o referido veículo para defender os interesses dessas instituições ou de autoridades a elas relacionadas;

VII - permitir o exercício da profissão por pessoas não-habilitadas;

VIII - assumir a responsabilidade por publicações, imagens e textos de cuja produção não tenha participado;

IX - valer-se da condição de jornalista para obter vantagens pessoais.

Capítulo III - Da responsabilidade profissional do jornalista

Art. 8º O jornalista é responsável por toda a informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros, caso em que a responsabilidade pela alteração será de seu autor.

Art. 9º A presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística.

Art. 10º A opinião manifestada em meios de informação deve ser exercida com responsabilidade.

Art. 11º O jornalista não pode divulgar informações:

I - visando o interesse pessoal ou buscando vantagem econômica;

II - de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes;

III - obtidas de maneira inadequada, por exemplo, com o uso de identidades falsas, câmeras escondidas ou microfones ocultos, salvo em casos de incontestável interesse público e quando esgotadas todas as outras possibilidades de apuração;

Art. 12º O jornalista deve:

I - ressalvadas as especificidades da assessoria de imprensa, ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas;

II - buscar provas que fundamentem as informações de interesse público;

III - tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar;

IV - informar claramente à sociedade quando suas matérias tiverem caráter publicitário ou decorrerem de patrocínios ou promoções;

V - rejeitar alterações nas imagens captadas que deturpem a realidade, sempre informando ao público o eventual uso de recursos de fotomon-

tagem, edição de imagem, reconstituição de áudio ou quaisquer outras manipulações;

VI - promover a retificação das informações que se revelem falsas ou inexatas e defender o direito de resposta às pessoas ou organizações envolvidas ou mencionadas em matérias de sua autoria ou por cuja publicação foi o responsável;

VII - defender a soberania nacional em seus aspectos político, econômico, social e cultural;

VIII - preservar a língua e a cultura do Brasil, respeitando a diversidade e as identidades culturais;

IX - manter relações de respeito e solidariedade no ambiente de trabalho;

X - prestar solidariedade aos colegas que sofrem perseguição ou agressão em consequência de sua atividade profissional.

Capítulo IV - Das relações profissionais

Art. 13º A cláusula de consciência é um direito do jornalista, podendo o profissional se recusar a executar quaisquer tarefas em desacordo com os princípios deste Código de Ética ou que agridam as suas convicções.

Parágrafo único. Esta disposição não pode ser usada como argumento, motivo ou desculpa para que o jornalista deixe de ouvir pessoas com opiniões divergentes das suas.

Art. 14º O jornalista não deve:

I - acumular funções jornalísticas ou obrigar outro profissional a fazê-lo, quando isso implicar substituição ou supressão de cargos na mesma empre-

sa. Quando, por razões justificadas, vier a exercer mais de uma função na mesma empresa, o jornalista deve receber a remuneração correspondente ao trabalho extra;

II - ameaçar, intimidar ou praticar assédio moral e/ou sexual contra outro profissional, devendo denunciar tais práticas à comissão de ética competente;

III - criar empecilho à legítima e democrática organização da categoria.

Capítulo V - Da aplicação do Código de Ética e disposições finais

Art. 15º As transgressões ao presente Código de Ética serão apuradas, apreciadas e julgadas pelas comissões de ética dos sindicatos e, em segunda instância, pela Comissão Nacional de Ética.

§ 1º As referidas comissões serão constituídas por cinco membros.

§ 2º As comissões de ética são órgãos independentes, eleitas por voto direto, secreto e universal dos jornalistas. Serão escolhidas junto com as direções dos sindicatos e da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), respectivamente. Terão mandatos coincidentes, porém serão votadas em processo separado e não possuirão vínculo com os cargos daquelas diretorias.

§ 3º A Comissão Nacional de Ética será responsável pela elaboração de seu regimento interno e, ouvidos os sindicatos, do regimento interno das comissões de ética dos sindicatos.

Art. 16º Compete à Comissão Nacional de Ética:

I - julgar, em segunda e última instância, os recursos contra decisões de competência das comissões de ética dos sindicatos;

II - tomar iniciativa referente a questões de âmbito nacional que firam a ética jornalística;

III - fazer denúncias públicas sobre casos de desrespeito aos princípios deste Código;

IV - receber representação de competência da primeira instância quando ali houver incompatibilidade ou impedimento legal e em casos especiais definidos no Regimento Interno;

V - processar e julgar, originariamente, denúncias de transgressão ao Código de Ética cometidas por jornalistas integrantes da diretoria e do Conselho Fiscal da FENAJ, da Comissão Nacional de Ética e das comissões de ética dos sindicatos;

VI - recomendar à diretoria da FENAJ o encaminhamento ao Ministério Público dos casos, em que a violação ao Código de Ética também possa configurar crime, contravenção ou dano à categoria ou à coletividade.

Art. 17º Os jornalistas que descumprirem o presente Código de Ética estão sujeitos às penalidades de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação.

Parágrafo único - Os não-filiados aos sindicatos de jornalistas estão sujeitos às penalidades de observação, advertência, impedimento temporário e impedimento definitivo de ingresso no quadro

social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação.

Art. 18º O exercício da representação de modo abusivo, temerário, de má-fé, com notória intenção de prejudicar o representado, sujeita o autor à advertência pública e às punições previstas neste Código, sem prejuízo da remessa do caso ao Ministério Público.

Art. 19º Qualquer modificação neste Código só poderá ser feita em congresso nacional de jornalistas mediante proposta subscrita por, no mínimo, dez delegações representantes de sindicatos de jornalistas.

Vitória, 04 de agosto de 2007.
Federação Nacional dos Jornalistas

AGRADECIMENTOS

A equipe responsável pelo desenvolvimento do **Manual de Redação da Alma Preta** gostaria de agradecer a todas as pessoas que participaram de maneira direta e indireta na conclusão desse documento. A Imprensa Negra brasileira precisava de um documento a essa altura, que só foi possível a partir da construção coletiva.

Em primeiro lugar, é necessário agradecer à ancestralidade negra e à luta do povo negro. Sem a coragem e a resiliência das antigas gerações, não estaríamos aqui e não seria possível desenvolver este ou qualquer outro trabalho.

A equipe agradece e muito a disposição da professora de História da Universidade Federal de Brasília (UnB), Ana Flávia Magalhães Pinto, e do professor de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Juarez Tadeu de Paula Xavier. Sem a orientação dos dois, o Manual teria ganhado outro formato, sem todas as qualidades que o documento conquistou.

A produção do Manual também contou com a contribuição de dezenas de entrevistadas e pessoas dispostas a checar o conteúdo escrito. Todas elas foram essenciais para o desenvolvimento deste guia para a **Alma Preta** e para a produção jornalística com o intuito de enfrentar o racismo.

Esta é também uma oportunidade para agradecer a toda a equipe de pesquisa que, durante três anos, se dedicou ao estudo, à escuta e à escrita do **Manual de Redação da Alma Preta**.

Este é, portanto, um material que nasce

histórico. Surge como um guia robusto, com dicas técnicas, comentários éticos e instruções práticas sobre o trabalho da Imprensa Negra e o modo de combater o racismo e as desigualdades a partir do fazer jornalístico. Acredita-se nesse instrumento como parte indispensável da construção de uma democracia que seja real, parte de um projeto civilizatório que rompe com séculos de uma estrutura racista e sexista. A **Alma Preta** é parte dessa trajetória de quase dois séculos que a Imprensa Negra vem construindo. E esse **Manual de Redação** pretende ser mais um capítulo dessa caminhada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Joel Zito. A força de um desejo – a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual. *Revista USP*, São Paulo, n. 69, março/maio de 2006, pp. 72-79.

BASTHI, Angélica (org.). *Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia*. Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM), 2011.

BORGES, Pedro; OLIVEIRA, Dennis; OLIVEIRA, Nathalia. *Narrativas brancas, mortes negras: Análise da cobertura da Folha de S. Paulo sobre os massacres nos presídios em Manaus, Boa Vista e Natal - Janeiro 2017*. São Paulo, 2018.

DIAS, Juliana. *Manual Étnico-Racial para o Jornalismo*. Salvador: UNISBA, 2010.

SHIKIDA, Claudio D., MONASTERIO, Leonardo, NERY Pedro Fernando. *Guia brasileiro de análise de dados: armadilhas & soluções*. Brasília: Enap, 2021.

LAJE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

KILOMBA: Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Manual de Redação: Folha de S. Paulo. 20ª ed. São Paulo: Publifolha, 2015.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de Redação** e Estilo de O Estado de S. Paulo: 3ª

edição, revista e ampliada. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Dennis. Iniciação aos Estudos de Jornalismo. São Paulo: Editora Abya Yala, agosto/2020.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Imprensa Negra no Brasil do Século XIX. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

Somente a verdade: Manual de jornalismo da EBC. Brasília: EBC, 2013.

WEST, Cornel. Genealogy of modern racism. In: _____. Prophecy deliverance! An afroamerican revolutionary Christianity. Louisville, KY: Westminster John Knox Press, 2002, pp. 47- 65. Tradução de Luiz Felipe M. Candido.

ALMA

PRETA

ALMA ALMA ALMA ALMA

PRETAPRETAPRETAPRE

ALMA ALMA ALMA ALMA ALMA ALMA

PRETAPRETAPRETAPRETAPRETAPRE

ALMA ALMA ALMA ALMA ALMA ALMA

PRETAPRETAPRETAPRETAPRETAPRE